

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

25
Fev
a 02
Mar
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

INSPEÇÃO

CNJ vai apresentar relatório sobre Judiciário capixaba

Conselho inspecionou Varas e fóruns no interior do Estado e na Grande Vitória

de **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encerrou na tarde de ontem, a inspeção que vinha realizando desde segunda-feira no Judiciário capixaba e prometeu divulgar nas próximas semanas os resultados.

Durante os cinco dias foram inspecionados gabinetes dos desembargadores, setor de precatórios do Tribunal de Justiça, Fórum Central Cível e Criminal, Varas de Fazenda Pública, além das Varas de outras especialidades.

“É uma inspeção de rotina e faz parte das atribuições da Corregedoria. O foco é verificar, entre outras coisas, as condições de trabalho dos servidores, condições de

atendimento ao cidadão, se os prazos processuais estão sendo cumpridos e a produtividade dos juízes”, diz nota enviada pelo CNJ.

Após a análise do relatório, caso sejam encontradas anormalidades, o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, poderá propor abertura de investigação no Estado.

“A expectativa é de que a inspeção lance luzes sobre a dificuldade que a advocacia do interior do Estado enfrenta. E sobre Vila Velha, Serra, e o quinto andar do Fórum de Vitória, sem a mínima condição de trabalho”, disse o presidente da OAB-ES, Homero Mafra.

“Espero que alguma coisa mude. Está muito difícil, perdas salariais, condições de trabalho ruins, falta de servidores...”, disse Adda Lobato, presidente do Sindjudiciário.

TJES



Reunião entre integrantes do CNJ e do tribunal

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Semana de combate à violência doméstica

O Tribunal de Justiça vai iniciar a 7ª Edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O evento, idealizado pela presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, começa na próxima segunda-feira (dia 6) e vai até o dia 10. O intuito é mobilizar a sociedade contra a violência doméstica e familiar. No Estado, a Semana conta com a atuação do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, com o ônibus rosa, que ficará nas proximidades do Fórum da Prainha, em Vila Velha.

A DIFÍCIL DEFESA DA MULHER

texto RAÍZA DIAS

Há dez anos, o Brasil dava um importante passo na defesa dos direitos humanos e na batalha contra a violência doméstica, problema com raízes profundas no País. Arraigada em uma cultura de machismo por vezes até imperceptível, a agressão praticada por anos contra mulheres só foi encontrar em agosto de 2006 uma legislação direcionada a coibir as ameaças contra a vida de milhares de brasileiras.

A Lei nº 11.340, popularizada como "Maria da Penha", em uma década de vigência trouxe mecanismos para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Para isso, criou órgãos públicos especializados, como juizados especiais, defensoria pública, casas-abrigo, delegacias e políticas voltadas a esse propósito. De lá para cá, o Brasil avançou nesse embate atingindo inclusive posição de destaque por criar uma das leis mais avançadas do mundo. "A Lei Maria da Penha só é considerada uma das melhores por ser integral, envolvendo prevenção, assistência, repressão e promoção de direitos. Ela é completa ao olhar a violência doméstica", avalia a ex-secretária-adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e atualmente consultora na área de gênero, Aline Yamamoto.

No entanto, ainda há muito a percorrer. A cada sete minutos uma pessoa do gênero feminino entra em contato com o 180, número da Central de Atendimento à Mulher, do governo federal, que registra denúncias de violência e orienta quanto a direitos e serviços especializados. Por dia, são

mais de 3 mil atendimentos realizados e, desse total, quase 13% se referem a relatos de violência. Os dados são do primeiro semestre de 2016.

De acordo com boletim do Ligue 180, dois terços das denúncias de violência contra a mulher têm ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes da vítima como agressor. Em quase 40% dos casos, a violência é diária. Apesar de ser difícil mensurar a efetividade da legislação nesses dez anos, é consenso que dispor de políticas públicas específicas foi essencial para iniciar uma jornada contra a violência doméstica.

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA

Uma análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) feita em 2015 para avaliar a efetividade da Lei Maria da Penha apontou que ela conseguiu reduzir em cerca de 10% a taxa de homicídio contra as mulheres dentro das residências. "Entre as dificuldades que tivemos foi a ausência quase que completa de dados. É possível imaginar a violência doméstica como um iceberg, em que mais de 90% dos casos não chegam ao conhecimento da sociedade", alerta o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, Daniel Cerqueira. A metodologia do levantamento se baseou em um cenário estimado do crescimento dos homicídios caso a lei não existisse.

Dados divulgados em julho de 2016 aferidos pelo Instituto DataSenado mostram que 61% dos entrevistados têm a percepção de que a violência contra a mulher aumentou nos últimos 12 meses. O resultado mostrou ainda que a mesma parcela (61%) conhecia alguém que tinha sido vítima desse tipo de agressão.

A CADA SETE MINUTOS, UMA PESSOA DO GÊNERO FEMININO ENTRA EM CONTATO COM A CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER

DOIS TERÇOS DAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER TÊM EX-COMPANHEIROS, CÔNJUGES, NAMORADOS OU AMANTES DA VÍTIMA COMO AGRESSOR

A falta de acordo sobre como está o quadro de violência contra a mulher no País é natural, considerando a ausência de informações centralizadas e o fato de muitos casos ainda serem desconhecidos pelos órgãos públicos. Aline Yamamoto inclusive chama a atenção para o cuidado ao avaliar a questão. “Uma pesquisa isolada não dará a dimensão nem avaliará a lei por completo. Estamos falando de uma violência que está na cultura e mexe com a estrutura básica da sociedade e das relações pessoais, que envolve discriminação e objetificação da mulher. Ainda assim, a pesquisa é valiosa porque é capaz de captar informações que, por vezes, não chegam ao sistema formal de Justiça”, alerta.

SOLUÇÕES DA LEI

Apesar da dificuldade na aplicação dos efeitos da Lei Maria da Penha, sua sanção trouxe para a sociedade a conscientização sobre o assunto, bem como criou mecanismos de atendimento às mulheres e a possibilidade de essas vítimas serem ouvidas para tentar interromper o ciclo de violência. “A lei foi estruturante para ampliar os serviços não só no âmbito de segurança pública, mas de acolhimento com orientação jurídica e apoios psicológico e social, fundamentais para essas pessoas que buscam o Estado para além da questão penal”, cita Aline.

Sua promulgação permitiu que diversos entes públicos trabalhassem em prol da mesma causa. Exemplo disso foi a ação criada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do projeto Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família. A iniciativa aproveita o trabalho das agentes comunitárias de saúde para orientar e instruir mulheres de comunidades carentes de São Paulo quanto aos serviços e direitos previstos pela Lei nº 11.340. “A agente comunitária de saúde já faz uma visita periódica às moradoras e acessa as residências onde, por muitas vezes, as mulheres silenciam a respeito da violência. Contudo, com o trabalho, cria-se um vínculo entre elas”, explica a promotora Fabíola Sucasas Negrão Covas, do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Ministério Público.

A ação não visa necessariamente a acionar a polícia em casos de agressão, mas quer atuar levando informação para essas pessoas. “Não privilegiamos a atuação criminal. As agentes vão de casa em casa, entregam material informativo e sinalizam alternativas para as mulheres. O projeto prima pela divulgação das infor-

mações da lei e dos serviços disponíveis. Além disso, hoje todas as unidades básicas de saúde da região compreendida têm condições de prestar atendimento de qualidade para a mulher em situação de violência”, comenta Fabíola.

No Espírito Santo, o Tribunal de Justiça (TJES) investiu em tecnologia para oferecer proteção às mulheres. O órgão foi pioneiro ao implantar o dispositivo de segurança preventiva, conhecido como “botão do pânico”. A solução é destinada a mulheres que ganham medidas protetivas contra seus agressores. Em caso de ameaça ou descumprimento da norma, a vítima aciona o dispositivo e, em poucos minutos, a Guarda Municipal chega no local e pode realizar a prisão em flagrante. “Para todas as mulheres que têm o botão do pânico não houve reincidência dos agressores”, comenta a coordenadora das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher do TJES, a juíza Hermínia Maria Silveira Azoury.

Atualmente, a ferramenta está disponível apenas na capital. Segundo a juíza, 90% dos botões são entregues a mulheres que correm realmente risco de morrer. “Não houve mais reincidência porque os ameaçadores ficam com medo de serem presos. Além de eles não voltarem, as vítimas se sentem mais seguras e empoderadas”, comenta Hermínia.

O interesse em reprimir a violência doméstica não está restrito aos órgãos públicos. Em Pernambuco, um grupo de mulheres desenvolveu um aplicativo para prestar apoio a essas vítimas, o Mete a Colher. Pelo sistema virtual, mulheres oferecem serviços como orientação jurídica, diálogo, abrigo temporário e oportunidades de trabalho. Além disso, a solução reúne os canais públicos que podem ser úteis para as vítimas contactarem conforme suas necessidades. “Com as categorias do aplicativo, pretendemos unir o mais rápido possível as pessoas que precisam de ajuda e as que podem prestar apoio”, explica uma das idealizadoras do projeto, Renata Albertim.

O aplicativo ainda não está disponível, mas contou com um financiamento coletivo para sair do papel, além de já ter em sua base 400 pessoas cadastradas para prestar serviços gratuitamente. A expectativa é que o sistema fique pronto no primeiro semestre deste ano e alcance, antes de tudo, as cidades de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. “Não queremos que as mulheres fiquem descredenciadas da Lei Maria da Penha ou das ferramentas do Estado. Queremos que elas exijam cada vez mais que a lei funcione”, cita Renata.

A PESAR DA NECESSIDADE DE AVANÇOS NA PROTEÇÃO DA MULHER AGREDIDA, A LEI CRIOU MECANISMOS DE ATENDIMENTO E A POSSIBILIDADE DE ESSAS VÍTIMAS SEREM OUVIDAS PARA TENTAR INTERROMPER O CICLO DE VIOLÊNCIA

Para a juíza Hermínia, é preciso ir além no combate à violência doméstica. “Falta educação para termos uma mudança na cultura machista e buscarmos a igualdade de direitos.”

LACUNAS

Para quem lida na prática com as políticas públicas da Lei Maria da Penha, há críticas quanto ao seu funcionamento e à necessidade de aprimoramento. Para a fundadora da Associação de Mulheres da Zona Leste (Amzol), na capital paulista, Maria Aparecida de Lima, ainda há profissionais do sistema que não se conscientizaram sobre a importância da lei. “A lei é boa, mas os equipamentos públicos que trabalham com essa questão às vezes emperram avanços. É necessário que todos, em uma mesma sintonia, trabalhem pela mulher agredida e ajudem-na a sair dessa situação”, critica.

A associação feminista, que completa 29 anos em 2017, presta apoio a mulheres da região, com assistência, cursos, promoção de autoestima e direcionamento para serviços públicos especializados. Por mês, cerca de 150 pessoas são atendidas.

Além da luta pelo contínuo avanço das políticas públicas, uma demanda defendida por especialistas é que a Lei Maria da Penha não se restrinja ao viés penal. “O Direito Penal não está preparado para lidar com a violência contra as mulheres porque ela é cotidiana e vai aumentando sua gravidade gradativamente. Se essa vítima não recebe proteção logo de início, o ciclo tende a se tornar mais grave, além de a agressão psicológica não deixar marcas. Como o Direito não enxerga lesões sem marcas, essa mulher fica sem uma resposta”, critica Aline Yamamoto. Segundo a consultora, “o Direito Penal olha muito para o agressor, para o réu, para prendê-lo. Mas as vítimas procuram proteção, e o Direito está instruído mais a punir do que a proteger.”

O envolvimento afetivo da vítima com o agressor também merece cuidado. “A mulher muitas vezes busca ajuda do Estado, mas volta atrás porque a decisão envolve afetividade e pessoas. Ao Estado cabe compreender e oferecer a proteção que ela busca”, sinaliza Aline.

Para a consultora, o País tem como desafio preparar adequadamente os profissionais de toda a cadeia de proteção à mulher para que a vítima não seja culpada pela violência sofrida. “É preciso não julgá-la por ter pedido ajuda ao Estado e depois desistido. Isso faz parte do ciclo da violência. Quando o Estado age assim, ele ‘revitimiza’ essas mulheres”, critica. A professora de Direito Penal da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Marília Montenegro, escreveu um livro para analisar essa questão. A obra *Lei Maria da Penha: uma Análise Criminológico-Crítica* questiona a dupla vitimização da mulher nesses casos e o fato de a lei, hoje, estar restrita ao sistema punitivo. Segundo ela, a punição é parte da legislação e não prioridade. “A lei se preocupa com educação, mídia e aspectos cíveis, mas todo o destaque dela tem sido para prender o agressor. E é preciso considerar que não há um modelo único de vítima”, ressalta.

A professora reforça que falta ao Estado ouvir, entender e julgar menos a vítima. “É preciso oferecer mais medidas protetivas, e não apenas processos criminais. O ideal seria disponibilizar a essa mulher um canal e um caminho de acolhimento, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, que não fossem apenas na delegacia, porque esta criminaliza a família da vítima. Não que em algumas situações não seja necessário, mas às vezes só é dada essa opção, e as mulheres não se sentem contempladas”, indica.

Marília sugere ainda que o sistema objetive mais a educação e a restauração em vez da punição. “É preciso fortalecer os aspectos da Lei Maria da Penha que não são meramente punitivos. A lei estabelece questões de gênero que precisam fazer parte do conteúdo programático escolar e que necessitam de visibilidade para que as próximas gerações cheguem com outras perspectivas.”

&

Novas famílias para 90 crianças

Este é o número de crianças que foram adotadas em 2016. Outros 145 menores e 855 pretendentes ainda aguardam na fila

Lorrany Martins

A história de vida de 90 crianças no Estado mudou após encontrarem novas famílias e um novo lar. Todas elas foram adotadas no ano passado, de acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Por meio do Sistema de Gerenciamento de Adoção (Siga) pais que sonhavam em ter seus filhos do coração e crianças que desejavam uma nova família se encontraram. No Brasil, foram adotadas 1.226 crianças e adolescentes em 2016.

Dados do sistema no Estado apontam que 145 crianças e 855 pretendentes ainda aguardam para realizar esse sonho.

No entanto, o perfil desejado pelos futuros pais é um dos problemas que dificultam esse encontro tão esperado, segundo a juíza da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Serra, Gladys Henriques Pinheiro.

De acordo com o Siga, dos pretendentes habilitados para adoção no Estado, 85,1% desejam adotar crianças de até 6 anos de idade. Sendo que apenas 9,3% dos menores disponíveis para adoção são dessa faixa etária.

"Ainda existe uma questão cultural de que as crianças maiores vão dar trabalho de comportamento. As famílias preferem

crianças com menos de 3 anos, e isso faz com que o processo demore", explicou a juíza.

Segundo ela, as varas da Infância e da Juventude estão fazendo um trabalho de conscientização e incentivo à adoção tardia, que é considerada quando a criança tem mais de 6 anos.

"Esse número de 90 crianças adotadas ainda não é o ideal, mas estamos trabalhando para mudar isso. A adoção tardia tem aumentado, mas ainda precisa melhorar."

De acordo com a assistente social da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Serra, Marcela Costa, qualquer pessoa acima de 18 anos pode adotar uma criança, desde que tenha pelo menos 16 anos de diferença da criança. "Para adotar, os pretendentes têm de passar por uma série de processos, que não demoram, mas são necessários para avaliar os candidatos."

Ela explicou que é preciso fazer entrevista com psicólogos e assistentes sociais, receber a visita da equipe para avaliação e passar por curso de habilitação para adoção.

"Não é preciso ser casado nem ter certa renda para adotar uma criança. Basta ter condições de cuidar e dar muito amor."

“Esse número de crianças adotadas ainda não é o ideal, mas trabalhamos para mudar isso. A adoção tardia tem aumentado, mas ainda precisa melhorar”

Gladys Henriques Pinheiro, juíza

FELICIDADE



“Senti que ele seria o meu filho”

Com 7 anos de idade, Pablo Eduardo Alves Cassimiro ganhou um novo sobrenome e uma nova família. Agora ele é filho da professora Nilza Alves, 45 anos, e do metalúrgico Itamar Cassimiro, 39.

O casal, que já estava na fila de

espera pela adoção há um tempo, mudou o perfil de criança que desejava e conseguiu encontrar o seu filho do coração. "Desde o momento que vi a foto dele, os papéis junto com assistente social, já senti que ele seria o meu filho, já tinha despertado

o sentimento de mãe", contou Nilza.

Mesmo antes de casar Nilza decidiu ter um filho adotivo e o marido concordou desde o começo. Há seis meses Pablo está com a nova família, que já está na fila novamente para encontrar um irmão para o menino.



JUIZA GLADYS PINHEIRO: incentivo à adoção de crianças com mais de 6 anos

SAIBA MAIS

Candidato passa por entrevista e curso

Quem pode ser adotado?

> **BEBÊS, CRIANÇAS** e adolescentes até 18 anos cujos pais morreram, são desconhecidos, tiverem sido destituídos do poder familiar ou concordarem com a adoção de seu filho.

Quem pode adotar?

> **HOMENS E MULHERES** (não importa o estado civil), maiores de 18 anos e 16 anos mais velhos que o adotado.

> É **IMPORTANTE** oferecer um ambien-

te familiar adequado.

> **PESSOAS SOLTEIRAS**, viúvas ou divorciadas, com modestas, mas estáveis condições socioeconômicas podem candidatar-se à adoção.

Primeiros passos

> **PROCURAR** a Vara da Infância e da Juventude mais próxima. O interessado passa por entrevista, tem de apresentar documentos e fazer curso para a habilitação de adoção.

> **DEPOIS**, o pretendente traça o perfil e entra na fila à espera de uma criança.

Apoio psicológico

> **NO PROCESSO** de adoção, a criança e a família são acompanhados por assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais para assegurar que todas as partes serão beneficiadas.

Fonte: Juíza Gladys Henriques Pinheiro e Defensoria Pública.

OS NÚMEROS

Maioria tem mais de 12 anos

Dados de 2017

> **ESTÃO DISPONÍVEIS** para adoção no Estado 145 crianças e adolescentes

> **NO ESTADO**, 833 estão acolhidos em abrigos. Desses, 689 ainda mantêm vínculo com suas famílias de origem

> **HÁ 955** pretendentes habilitados no Espírito Santo.

Dados de 2016

> **FORAM** adotados no Estado 90 crianças e adolescentes em 2016

> **OUTROS 631** foram reintegrados e voltaram para as famílias biológicas

Perfil desejado

> **DOS PRETENDENTES** habilitados para adoção no Estado, 85,1% desejam adotar crianças de até 6 anos

> **OUTROS 13,24%** desejam adotar crianças de 6 a 12 anos de idade e 1,86% desejam adotar adolescentes maiores de 12 anos.

> **DAS CRIANÇAS** e adolescentes disponíveis para adoção, 9,3% têm até 6 anos de idade e 18,6%, entre 6 e 12

> **OUTROS 72,1%** têm mais de 12 anos

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado.

Justiça quer até 8 meses de espera



CRIANÇA COM PAI: adoção

Como tentativa de acelerar o processo de adoção, que muitas vezes pode levar anos, o Ministério da Justiça divulgou uma proposta de projeto de lei que muda alguns termos sobre adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecendo pela primeira vez um prazo máximo para todo o processo: até oito meses para a adoção.

As alterações incluem ainda a criação da figura do padrinho afetivo, que já existe em projetos estaduais, mas não consta na lei federal. Além disso, com a mudança, fi-

ca estabelecida a prioridade para a adoção de meninos e meninas com deficiência ou problema de saúde e de grupos de irmãos.

O conjunto de propostas é fruto de uma consulta pública realizada pelo ministério entre outubro e dezembro de 2016, na internet e em audiências.

Os pontos de consenso foram incluídos nessa proposta, chamada de anteprojeto. Agora, ele será enviado para votação no Congresso e só entrará em vigor após ser sancionado pelo presidente Michel Temer.

ACESSO À JUSTIÇA

A HORA DE DAR VALOR À LIBERDADE



A cada 100 presos em flagrante, 46 são soltos após 24 horas

▲ VINÍCIUS VALFRE
vpreira@redgazeta.com.br

Marcelo, 35, trabalhava em uma empresa de telecomunicações. A remuneração fixa, somava extras por metas alcançadas. Mas aí entrou numa leva de demitidos e recorreu ao comércio de casadinhos nos coletivos para tentar sustentar os seis filhos, de sete a 13 anos. Não bastou. “Eu tinha que levar comida para dentro de casa.”

Decidiu entrar num supermercado e furtar seis frascos de desodorante. Venderia para comprar alguma comida, mas acabou preso em flagrante. Pela primeira vez, dormiu na cadeia. Em menos de 24 horas, foi posto diante de uma juíza, no Centro de Detenção Provisória de Viana, para uma audiência de custódia. É quando a Justiça avalia, a partir dos precedentes e do tipo de crime, se o autuado precisa ou não ficar preso.

Nesta etapa, o magistrado não conclui se houve ou não o crime, não confronta o relato do interno com o da

vítima. A decisão costuma passar por respostas a perguntas como: o crime é considerado leve? Oferece risco à sociedade, se solto? Quando julgado, o crime pelo qual responderá implica ou não em pena de regime fechado? O contato com condenados por crimes graves terá qual consequência a ele e à coletividade?

A juíza Raquel Valinho decidiu que Marcelo deverá aguardar o julgamento em liberdade. Em seguida, tomou a liberdade de orientá-lo com firmeza: “Olha a crueldade que fez com seus filhos! Estava com a ficha limpa e precisou dormir na cadeia. Vou te soltar, mas não volte mais aqui!”

Esse contato direto, dizem juristas, é assimilado de maneira mais eficiente do que a mera entrega de um papel com as condições impostas.

RESULTADOS

Do início do projeto no Estado, em 21 de maio de 2015, até o último dia 13, 5.598 pessoas tiveram, as-

sim como Marcelo, uma chance extra de ressignificar a própria liberdade. O número corresponde a 46,29% das 9.734 audiências de custódia feitas no período. Outros 6.495 (53,71%) tiveram o flagrante convertido em prisão preventiva.

Do ponto de vista do enfrentamento à superlotação, liberar quem cometeu um “crime simples” na condição de réu primário é interessante. Pela ótica do cidadão comum acuado pelo medo da violência, talvez não. Como explicar a estes o adiamento da punição?

“Seguimos o que o Código determina. Manter na carceragem um indivíduo que oferece um mínimo de risco à sociedade é muito complicado, diante de toda a superlotação. Não vejo como perigosa essa pessoa que praticou, quero deixar claro, um delito leve”, disse a magistrada.

O perfil dos que chegam à porta da cadeia e têm o primeiro contato com o Poder Judiciário por meio das audiências de custódia

“

Na maioria das vezes, tenho a sensação de que a pessoa merecia uma chance. A carceragem não é ambiente tão saudável”

—
RAQUEL VALINHO
JUÍZA

é homogêneo, segundo dados enviados pela Defensoria Pública. São jovens entre 18 e 25 anos, de pele escura, pobres e que nem concluíram o ensino fundamental.

Os delitos mais recorrentes estão ligados às drogas. Quando não ao tráfico em si, a furtos e roubos relacionados ao consumo.

Um exemplo da vulnerabilidade social da maioria dos autuados é Patrício, 26 anos, quarta série completa. Usuário de droga, dono de uma condenação anterior e pai de duas crianças, disse ter como fonte de renda a coleta de recicláveis. Foi pego em flagrante tentando furtar fios de eletricidade e de telefone. A Defensoria Pública sustentou que o suposto crime foi apenas uma tentativa, de baixa gravidade, e que mantê-lo em regime fechado seria prejudicial.

A juíza, então, concedeu a liberdade mediante fiança. Ele pagaria R\$ 300 e voltaria para casa. “Vou pagar preso, então”, disse, visivelmente frustrado.

DIREITO À DEFESA

A maioria dos autuados não tem advogado. Dados oficiais mostram que a Defensoria Pública atua em cerca de 79% das audiências de custódia.

Minutos antes de ir à audiência, o defensor público conhece o “cliente”. Em seguida, faz o trabalho que de-

manda paciência sacerdotal. É preciso, por exemplo, entrevistar alguém que foi preso pela sétima vez ao furtar um frasco de desodorante. Dizer a outro o que talvez será perguntado pela juíza e o que é de bom tom responder. Mostrar que o argumento de que “fiz porque precisava pagar aluguel e pensão” não serve de justificativa. Nesse atendimento, surgem diálogos surreais:

“Ela vai me liberar? Tenho filha lá fora.” “É difícil, você é reincidente.” “Mas, por roubo, não sou. Nem tenho advogado.” “A Defensoria tem advogados concursados, pagos pelo Estado. É um serviço gratuito, e você não terá despesa alguma.” “Tem um mês que perdi o emprego, num tem?! (sic). Precisava pagar o aluguel.” “Isso não justifica.” “Não justifica, mas não tem ninguém olhando por mim, não.”

Defensora pública há 11 anos, Olga de Almeida Marques conta que, no início, costumava perder o sono ao acompanhar alguns casos. Grosso modo,

BERNARDO COUTINHO

“

Cumprimos a lei. A gente não ressocializa uma pessoa a mantendo encarcerada quando a lei diz que não precisa ser”

OLGA MARQUES
DEFENSORA PÚBLICA

mãos algemadas às costas, trazido por um agente penitenciário. O ambiente não é desconfortável, mas não permite que nenhum dos presentes fique distante um do outro um par de metros.

As audiências duram menos de dez minutos, mas cada pergunta, resposta ou reação é matéria-prima para reflexões profundas. Diante da juíza, Max confirma ter 19 anos, embora aparente menos. Ele foi reconhecido por donas de dois carros que o acusaram de roubo à mão armada.

“Você parou de estudar em qual série?” “Na sétima”, responde. “Quando?” “Ixi, não lembro, não”, diz, colocando um sorriso nos lábios.

O jovem dá detalhes de seu trabalho como lavador de carros, no qual diz ganhar cerca de R\$ 750 por mês. “Três anos e dois meses de trabalho jogados na lata de lixo, você sabe?”, pergunta a juíza. Ele concorda.

Em seguida, o garoto pede para se explicar e a magistrada informa que o rito não a permite entrar no mérito. Mais tarde, ele encaixa a observação. “A vítima falou que era eu porque eu parei pra conversar com quem roubou ela (sic).”

A decisão é converter o flagrante em prisão preventiva. “Tem noção da gravidade do que fez? Tem 19 anos, começou alto. Não posso te soltar.”

Surpreende pedindo “licença” aos presentes ao ser levado da sala. Possivelmente, passará todo o início da fase adulta encarcerado. Impossível saber o que dirá quando sair.

*Os nomes dos internos citados são fictícios.

Jovem passa por audiência de custódia no Centro de Detenção Provisória de Viana

cabe a ela pleitear a liberdade dos infratores que chegam diariamente.

“Não me acostumei. A gente apenas aprende a ser mais objetiva. Mas me sinto, e me senti desde o início, impotente. É enxugar gelo”, diz.

Boa parte da frustração é alimentada pelo próprio sistema. Antes da entrevista, um dos casos que atendeu era o de um homem preso pela sétima vez por roubar um frasco de desodorante. É dependente químico “desde 2008” e a reincidência dele sempre está ligada ao consumo de drogas. Em teoria, um bom tratamento da dependência poderia contê-lo.

“Se hoje ele sair, pode voltar pelo mesmo motivo. O sistema deixa a desejar. A recuperação é fundamental para que ele não volte. Encaminho para um tratamento, mas não há abrigos de tempo integral. À noite ficam nas ruas usando drogas. Me sinto impotente”, desabafou.

NA SALA

A juíza, um servidor assistente e a defensora aguardam a chegada do próximo autuado. Um garoto franzino dentro de um uniforme azul chega à sala com as



BERNARDO COUTINHO

Réu primário e furto de desodorantes
À esquerda de Marcelo, a defensora pública Olga Marques, que o defende. A juíza Raquel Valinho concedeu a ele a liberdade provisória.

“Agora é procurar serviço, me reerguer e dar o exemplo”

MARCELO, 35



BERNARDO COUTINHO

Tentou furar fios de energia

Com ele foram encontrados uma serrinha, um alicate e uma faca. Observado por um agente, disse que parte dos fios já estava retirada. Trocaria o material por algum dinheiro.

“Era lavador de carro, mas saí há quatro meses. Cato material reciclável!”

PATRÍCIO, 26

Prisão desnecessária gera gasto milionário ao Estado, diz Defensoria

É caro manter um preso no sistema carcerário. Então, se alguém fica lá até que, meses depois, um juiz observe que a prisão era desnecessária, o custo para manter esse indivíduo foi em vão.

É como pensa a Defensoria Pública estadual, que comemora o que define como economia importante aos cofres públicos.

O cálculo é simples. O órgão leva em conta que cada preso custa, por mês, R\$ 3.080. Como de maio de 2015 a maio de 2016, 2.639 autuados ganharam a liberdade provisória

em audiências de custódia, após terem defensores públicos como advogados, calcula-se que R\$ 8,1 milhões deixaram de ser gastos.

Essa seria a despesa se todos esses que responderão em liberdade ficassem um único mês sob custódia. Antes de instituídas as audiências de custódia no país, quem havia sido preso em flagrante poderia esperar vários meses até ser levado para ficar diante de um juiz pela primeira vez, o que multiplicaria o gasto desnecessário.

Usando o mesmo racio-

ínio para os 5.598 que ganharam a liberdade do início das audiências de custódia até o último dia 13, tem-se uma economia estimada em R\$ 17,2 milhões.

Para efeito de comparação, o Orçamento de todo o ano de 2017 da Secretaria Estadual de Esportes é de R\$ 14,7 milhões.

ENTENDA

Com as audiências de custódia, o preso em flagrante é recebido por um juiz em até 24 horas. Cabe ao magistrado analisar não o mérito, mas características do preso e do crime re-

latado na autuação. Em geral, entende-se que réus primários e aqueles que praticaram crimes considerados leves não têm prisões convertidas em provisórias.

As audiências de custódia envolvem o Poder Judiciário e a Secretaria estadual de Justiça. O Espírito Santo foi o segundo Estado a adotar o projeto.

Até dezembro do ano passado, houve 174,2 mil audiências de custódia em todo o país. Em 80,5 mil (46,20%) dos casos o resultado foi a liberdade. Em outros 93,7 mil (53,80%), a prisão preventiva.

Audiências de custódia liberaram 65 mil presos em todo o país em 2016

Dos mais de 140 mil presos em flagrante que tiveram a oportunidade de serem ouvidos por um juiz no ano passado, nas audiências de custódia, 65 mil (46%) conseguiram responder ao processo em liberdade, com fiança, relaxamento ou alguma medida cautelar. Os 75 mil restantes correspondem a um terço dos 221 mil presos provisórios do país.

É o que aponta um levantamento inédito da revista eletrônica Consultor Jurídico com os 27 tribunais de Justiça do Brasil — nem o Conselho Nacional da Justiça, que estimula esses encontros presenciais, tem dados consolidados entre janeiro e dezembro de 2016. Em 2015, o número oficial indicou 15 mil soltos. Das solturas no ano passado, pelo menos 6.871 (10,5%) foram mediante fiança, e 6.659 das pessoas liberadas (10%) tiveram alguma assistência social. Oficialmente, 3.726 (2,5%) de todos os detidos reclamaram de violência policial.

A experiência completa dois anos nesta sexta-feira (24/2). Bahia e Maranhão já tinham projetos semelhantes antes de fevereiro de 2015, mas foi o Judiciário paulista que implantou o modelo formatado pelo CNJ: prazo de 24 horas para ouvir o preso, na presença de um promotor e defensor público ou advogado, sem entrar no mérito do motivo da prisão e com registro de relatos de eventuais maus-tratos praticados por policiais.

A estrutura varia de acordo com o tribunal ou até a região. Alguns locais têm centros e núcleos específicos, enquanto em outros juízes plantonistas e criminais atendem à demanda em esquema de rodízio. Em Porto Alegre, juízes vão até unidades prisionais para ouvir quem não passou por uma filtragem prévia, na análise tradicional por papel.

Como ainda está na Câmara dos Deputados um projeto de lei para regulamentar a prática, é o CNJ quem dita as regras gerais. Isso não quer dizer que tudo é seguido à risca: poucos tribunais de Justiça já cumpriram a ordem de levar as audiências de custódia pelo interior e nem todos conseguem seguir o limite de 24 horas. Maranhão adota prazo mais elástico de 48 horas, e problemas internos e até externos dificultam parte dos trabalhos pelo país.

Problemas locais

No sertão da Paraíba, onde há comarcas sem juiz titular, presos precisam aguardar o dia em que chega ao fórum algum juiz de outro lugar, segundo o juiz Carlos Neves da Franca Neto, que coordenou as audiências de custódia no estado até janeiro e hoje integra o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no estado.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.conjur.com.br/2017-fev-24/audiencias-custodia-liberaram-65-mil-presos-pais-2016>

ACESSO À JUSTIÇA

A ROMARIA DOS POBRES ATÉ A PORTA DA JUSTIÇA



Moacir (nome fictício) e a mãe no Fórum Criminal de Vitória em busca de uma ação de despejo

Custo e linguagem distanciam os mais humildes do Direito

VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Moacir, 45, bateu à porta do Fórum Criminal de Vitória em busca de solução para um problema com o qual não aguenta mais conviver. Após 11 anos de uma separação conflituosa, descerrada já no dia seguinte ao casamento, a ex-mulher retornou, com novos filhos e nova vida, pediu estadia à ex-sogra por alguns dias e não deixou nunca mais o cômodo cedido na pequena casa.

O estopim para a procura de providências foi a série de ameaças recebidas por ele e pela mãe, de 80 anos, da ex-companheira e de amigos dela. Também se cansou de dividir espaço com quem tornou-se uma estranha, usuária e vendedora de drogas. Interessado em uma ação de despejo, foi orientado a buscar um advogado. E aí começou outra etapa da saga.

Talvez a complexidade jurídica do caso dele — cujo nome é fictício — não seja tão elevada, mas as circunstâncias que o levaram a buscar uma porta do sistema Judiciário sejam as mais complicadas de sua vida. “Vejo droga, vejo arma. É perigoso acontecer alguma coisa com a gente. Minha mãe não pode conviver com isso.”

Pessoas tão simples quanto Moacir buscam o Judiciário



União familiar

O casal Lucimar e Valtair (nomes fictícios) tenta a guarda definitiva da sobrinha de 16 anos, da qual já cuida. Sem dinheiro para contratar um advogado, busca resolver a questão com assistência jurídica gratuita.

por conta própria todos os dias. Todas as noites também. O plantão do Judiciário costuma receber dezenas de populares em busca de ordens judiciais urgentes. Esse movimento mostra uma curiosa contradição: em grande medida, o sistema funciona para essas pessoas, mas, por outro lado, o mundo do Direito parece carregar consigo certa predisposição em manter-se restrito a quem o opera, seja pela complexidade dos ritos, pelo idioma jurídico inacessível, pelo custo ou mesmo pelo invariável paletó e gravata.

Presidente da OAB-ES, Homero Mafra lembra de um episódio em que um cidadão foi barrado na porta de um Fórum por estar de chinelo de borracha. “Às vezes, afastamos pessoas do mundo do Direito, de um mundo que é delas. O ambiente forense é extremamente formal, com símbolos que, muitas vezes, afastam ou intimidam”, comenta.

Depois de mais quatro dias de aflição, Moacir enfim esteve, com a família, diante de um defensor público. Recebeu uma carta que deveria ser entregue à

ex-mulher convidando-a para uma reunião de conciliação dentro de 60 dias. “Não vai adiantar. Tinha que ter uma autoridade competente”, queixou-se.

Uma conta simples com base na tabela de honorários da OAB mostra que o serviço privado de um advogado poderia custar ao aposentado R\$ 5 mil, valor muito maior do que o que recebe por mês do INSS, mais taxas e custas processuais.

ATENDIMENTO

A demanda da população mais pobre, nas áreas

SERVIÇO

▼ Renda

Têm direito a um defensor público todos com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

NÚCLEOS

▼ Cidades

Há núcleos da Defensoria Pública nas principais cidades do Estado. Em Vitória, na Cidade Alta; na Serra, em Laranjeiras; em Cariacica, Campo Grande; Vila Velha, na Praia de Itaparica.

▼ Internet

O site do órgão, com endereços dos núcleos, é: defensoria.es.gov.br.

criminal, de saúde, familiar ou do consumidor, recai sobre a Defensoria Pública estadual. Por mais interessada, humana e eficiente que pretenda ser a atuação do órgão, são necessários prazos mínimos para reagendamento de atendimentos. E, apesar de reconhecerem o bom nível da assistência jurídica gratuita, vários atendidos manifestaram à reportagem a sensação de que as demandas seriam mais rápidas e facilmente resolvidas caso tivessem advogados particulares.

É como pensa, por exemplo, o casal Lucimar e Valtair (nomes fictícios). Eles querem a guarda definitiva da sobrinha adolescente, da qual já cuidam. Consideram que a mãe, por ser dependente química, não tem condições de criá-la. “Talvez daqui a uns três anos conseguimos. Um particular cuidaria de tudo, claro que seria mais rápido”, concordam os dois.

O subdefensor-geral do Estado, Fábio Bittencourt, diz que, apesar de todos os esforços, o número reduzido de profissionais é agravante. “Às vezes, acontece de um defensor tirar férias e a gente ter dificuldade de suprir aquilo. Mas o cidadão que chega recebe atendimento. E o que atendemos, atendemos bem”, diz.

Parte da demanda da população carente também é absorvida pelos Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJs) das faculdades de Direito. “O sistema de Justiça Ainda não é acolhedor. Falta informação. Muitas pessoas têm até dificuldade de expressar o que é o interesse delas. São necessários profissionais com paciência e interesse em conversar e entender”, comenta Renata Stauffer, professora e coordenadora do NPJ da FDV.

CRISE DOBRA BUSCA POR ADVOGADO GRATUITO

Pedidos por revisão de pensão estão entre as principais demandas

4 VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Em três anos, o número de atendimentos feitos pela Defensoria Pública no Espírito Santo mais do que dobrou. Em 2014, foram 99 mil casos, contra cerca de 192 mil em 2015 e, finalmente, 210 mil, em 2016. Integrantes do órgão usam duas variáveis para explicar a evolução. A primeira diz respeito aos novos espaços ofertados para atendimento à população. A segunda, à crise financeira, que fechou postos de trabalho e diminuiu o poder aquisitivo das pessoas.

Um caso ilustrativo bastante recorrente nos últimos anos, segundo os defensores públicos, tem sido o de pedidos de revisão de pensões. Há registros de homens com boa remuneração e situação financeira que jamais tiveram problemas com o pagamento de pensões aos filhos e que, de uma hora para outra, perderam o emprego e se viram obrigados a revisar todas as despesas para manter o nome limpo.

“Também temos atendido casos de pessoas demitidas com problemas como plano de saúde, que impe-



GUILHERME FERRARI

Problemas com plano de saúde
Tatiana Smiderle esteve num núcleo da Defensoria em busca de informações.

“O plano está me enrolando. Se não conseguir resolver essas questões de saúde, terei que sair do outro trabalho também”

— TATIANA SMIDERLE, 37

de a portabilidade”, conta a defensora pública Samantha Pires Coelho, do Núcleo de Soluções Extrajudiciais de Conflitos, da Defensoria em Vila Velha.

AJUDA

Aos 37, Tatiana Smiderle sofre de artrite reumatoide, problema que a impediu de continuar em um dos dois trabalhos que ti-

caixa saiu por R\$ 575. “O plano está me enrolando. Se não conseguir resolver essas questões de saúde, terei que sair do outro trabalho também, um estágio pela manhã”, comentou a estudante de Pedagogia. Ela esteve na semana passada num núcleo da Defensoria em busca de informações sobre o que

pode ser feito para seus direitos valerem e saiu confiante após receber um primeiro atendimento.

DROGAS
Outro que a reportagem encontrou em busca de informações para acessar o sistema de Justiça foi Luís Carlos, 34 (nome fictício). Acompanhado da sogra, chegou duas horas

antes do horário de atendimento em busca de um caminho para internar o cunhado em uma clínica de tratamento de dependência química. Contou não ter condições de recorrer nem a um advogado privado, muito menos pagar a mensalidade de uma clínica.

Tomou conhecimento do serviço de assistência jurídica gratuita por uma vizinha. Mas só acreditou mesmo quando um juiz, de fato, providenciou a internação para o marido da mulher que sofre de alcoolismo.

“Não temos condição de pagar um advogado. Chegamos muito cedo, mas achamos melhor não voltar em casa. Teríamos outro gasto com deslocamento”, afirmou Luís. O próprio cunhado precisará comparecer no próximo atendimento.

Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado, Pedro Paulo Coelho também observa que apuros provocados pela crise financeira têm contribuído para o aumento da demanda. Ele elenca ainda a repercussão positiva do atendimento que os assistidos fazem em suas comunidades.



Sandra Vianna Fraga é a defensora pública-geral

Orçamento reduzido e serviços mantidos

Compõem o conjunto de antigas lamentações dos defensores públicos o número de profissionais abaixo do estabelecido em lei, os sucessivos encolhimentos orçamentários e a evasão de defensores por conta dos salários mais atraentes em outras carreiras jurídicas ou mesmo em Defensorias de outros Estados. Tudo isso prejudica o acesso à Justiça, sustentam, e, consequente-

mente, a própria justiça.

Embora corrobore com esses entraves, a atual administração da Defensoria Pública do Estado, sob a tutela de Sandra Vianna Fraga, mantém a diretriz de foco na continuidade dos projetos, manutenção e ampliação de serviços.

O Orçamento do órgão em 2016 foi de R\$ 51,7 milhões. Em 2017, é de R\$ 47,5 milhões. Ou seja, 8,12% a

menos. O montante atual também é menor do que o Orçamento da instituição em 2015 (R\$ 49,4 milhões). No período, foram abertos novos núcleos de atendimento em cidades como Serra, Vila Velha e Cariacica. O próximo será o de Cachoeiro de Itapemirim.

“Historicamente, não temos Orçamento. E estamos abrindo frentes novas de trabalho. Temos um motor de

empresa privada. Não tem espaço para gasto equivocado”, comentou Fábio Bittencourt, subdefensor-geral.

Hoje a Defensoria tem cerca de 173 defensores. A média de evasão é de um a cada 30 dias. No final de 2013, eram 215.

AMANHÃ

O que acontece em uma audiência de custódia, na qual a maioria dos presos nem tem advogados.

FERNANDO RIBEIRO - 23/02/2017

Empresária não fica longe do ex e é retirada de voo

Uma briga de casal na Justiça terminou em confusão em um voo da companhia aérea da Gol, no Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, em Vitória.

Tudo começou no momento do embarque, quando um empresário de 51 anos, que não quis se identificar, pediu ao comandante da aeronave que tirasse a ex-mulher do avião, alegando que tinha contra ela uma medida cautelar, determinando que ela mantenha 500 metros de distância dele.

Ele contou que estava viajando para Salvador (BA), na última terça-feira, e só depois de entrar no avião viu que no mesmo voo estava a sua ex-mulher, que também é empresária.

“Assim que eu vi que ela estava no mesmo voo, chamei uma funcionária e mostrei a medida cautelar pela tela do celular e pedi para que a tirassem do avião”,

contou.

O homem disse ainda que poucos minutos depois de reclamar da presença da ex-mulher, dois policiais federais entraram no avião e pediram para que os dois descessem da aeronave.

O empresário disse que não entendeu por que a medida preventiva não foi cumprida pela empresa aérea e disse que esta não é a primeira vez que a ex-mulher descumpriu a ordem judicial de manter distância dele.

“Eu a processei por perturba-

“ Eu a processei por perturbação da paz. Ela tem de manter distância de mim e de meus filhos ”

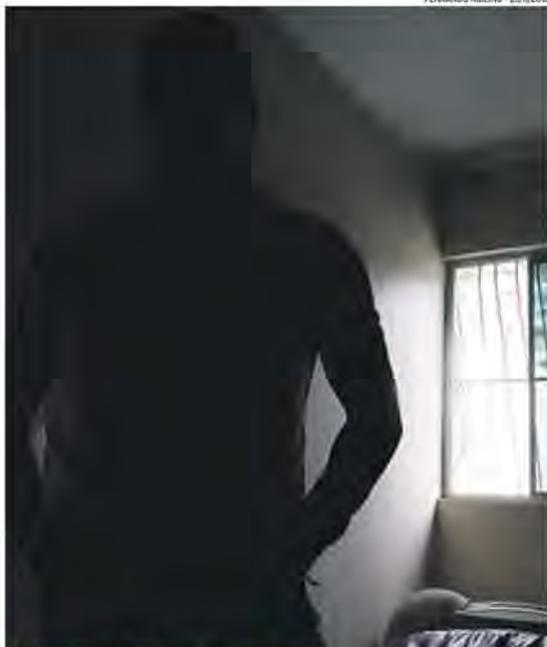
Empresário de 51 anos

ção da paz, e a ordem judicial é clara: ela tem de manter distância de mim e de meus filhos. Ela tira a minha paz”, afirmou.

Por telefone, a reportagem conversou com o advogado da ex-mulher do empresário. Ele não quis se identificar e informou que não estava autorizado por sua cliente a falar sobre o caso e nem a passar nenhum contato dela.

A assessoria de Comunicação da Gol informou que, neste caso, após comissários verificarem que o casal estava causando transtornos aos demais passageiros, por um procedimento padrão da empresa, acionou a Polícia Federal, que decidiu retirar o casal do avião.

A assessoria de Comunicação da Polícia Federal informou que, em situações como esta, o comandante é quem decide sobre a retirada do passageiro da aeronave.



EMPRESÁRIO, de 51 anos, também foi retirado de avião após confusão

PARTILHA DE BENS

Mais casais fazem contratos para evitar brigas no divórcio

Foram feitos 1.685 pactos nupciais no ano passado no Estado, número 88% maior do que em 2010, segundo especialistas na área

Bárbara Becalli

A decisão de se casar é tomada, geralmente, após o casal ter certeza de que quer selar o laço matrimonial. Mas, para evitar conflitos em caso de um eventual divórcio, as pessoas estão, cada vez mais, optando por firmar contratos antes do casamento.

No Estado, foram feitos 1.685 pactos nupciais em 2016. Esse número é 88% maior do que em 2010, quando 897 casais optaram pelo contrato antenupcial.

A tendência é que esse número não pare de crescer, de acordo com o presidente do Colégio Notarial do Brasil, Seção Espírito Santo e diretor do Sindicato dos Notários e Registradores do Estado (Sinoreg), Rodrigo Reis Cyrino. "O casamento não está só ligado à questão sentimental, mas também a aspectos patrimoniais", disse.

No pacto, devem estar descritos todos os bens que cada um possuía antes da oficialização do matrimônio, detalhado de forma clara os que serão partilhados ou não. "Esse pacto é muito adotado por pessoas que têm um patrimônio maior", acrescentou.

Segundo a advogada Vera Luiza Pimentel, ele não deve ser considerado constrangedor pelo casal.

"É muito importante prevenir conflitos e, ainda, ter a oportunidade de celebrar um pacto que reflita a intenção dos noivos quanto aos bens ao longo do casamento".

Apesar de ser considerado importante pelos especialistas e de vir crescendo, o número de contratos não ultrapassa, em média, 10% do total de casamentos realizados.

O contrato é mais prevalente nos casos em que o casal opta pelo regime de comunhão universal ou separação total de bens. Segundo o advogado de família Ricardo Pessanha, "na eventualidade de um divórcio, o pacto torna o processo mais simples".

A escritura pública de pacto antenupcial é feita com advogados, e também em cartórios que prestam essa assessoria como serviço.



RICARDO PESSANHA disse que o contrato, na eventualidade de um divórcio, torna o processo mais simples

THIAGO COUTINHO/AT

ENTENDA

O que é o pacto

> O PACTO antenupcial é um contrato assinado pelos noivos antes do casamento. Nele, é estabelecido o regime de bens que o casal optou e as relações patrimoniais que serão aplicadas ao casamento.

> TODOS OS BENS dos dois são detalhados no documento, que pode determinar como será a partilha deles em caso de divórcio.

> O PACTO ANTENUPCIAL é feito por escritura pública e levado ao Cartório de Registro Civil, onde será realizado o casamento.

> INTERESSADOS em realizar o pacto podem optar pela assessoria de um profissional de advocacia ou também cartórios que tem o serviço.

Regimes de casamento

COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

> FOI O REGIME legal até 1977 no País e era adotado por quase 100% dos casais que se casavam.

> NESSA OPÇÃO, todos os bens adquiridos pelos dois, antes e durante a união, poderão ser partilhados em caso de divórcio.

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

> ÚNICO REGIME em que não é necessário fazer o pacto antenupcial. É considerado hoje o regime legal.

> NESSA OPÇÃO, somente o patrimônio adquirido durante o tempo de união será passível de divisão.

SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS

> O PACTO ANTENUPCIAL é obrigatório nessa opção de regime, que diz que nenhum bem é comunicável.

PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUISTOS

> ESSE REGIME, que não é muito conhecido, dispensa a participação e o consentimento de um dos dois na compra ou venda de qualquer bem.

> TODOS OS BENS são partilhados igualmente em caso de divórcio.

SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS

> TODAS AS PESSOAS que decidem se casar após os 70 anos são obrigadas a se enquadrar nessa opção de regime, segundo a lei nº 12.344, de 2010.

> E AINDA DEVE ser o regime de todos os que dependerem, para se casar,



DIVULGAÇÃO

ASSINANDO O DIVÓRCIO: contrato antenupcial já estipula como será a partilha de bens

OPINIÕES



“Há, hoje, mais esclarecimento da população com relação à instituição casamento”

Rodrigo Reis, presidente do Colégio Notarial do Brasil no Espírito Santo

DIVULGAÇÃO



“É muito importante prevenir conflitos com a oportunidade de celebrar o pacto antenupcial”

Vera Luiza Pimentel, advogada

de suprimento judicial.

Números

> O NÚMERO DE divórcios aumenta a cada ano. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma alta de 7,7% entre 2014 e 2015, levando o Espírito Santo para o quinto lugar no ranking nacional de separações de casais.

> EM 2015, FORAM concedidos 8.953 divórcios, sendo que 7.223 foram em 1ª instância, e os outros 1.730 por escrituras extrajudiciais.

> EM 2014, FORAM 8.313 separações oficiais no Estado. O desempenho em 2015 levou o Espírito Santo a ter a quinta mais alta taxa do País: 3,22 por mil habitantes de 20 anos ou mais de idade. Em 2014, o Espírito Santo ocupava a sétima colocação.

> ENQUANTO OS divórcios aumentam no Estado, em todo o Brasil o índice caiu 3,5%, no mesmo período.

Fonte: Especialistas consultados e pesquisa A Tribuna.

CONTAS REJEITADAS

Ex-prefeito de Fundão tem derrota na Justiça

RICARDO MEDEIROS - 03/06/2011

Juíza suspende ato aprovado pela Câmara que beneficiaria candidato mais votado

▄ **KLEBER AMORIM**
kamoreira@redgazeta.com.br

Três dias após ser preso por suspeita de oferecer propina a vereadores – mas solto no dia seguinte – o ex-prefeito de Fundão e candidato mais votado nas últimas eleições, Anderson Pedroni (PSD), voltou a sofrer mais uma derrota ontem.

A juíza Priscila de Castro Murad, da Vara Única da cidade, determinou a suspensão da decisão tomada pelos vereadores em sessão extraordinária realizada no mês passado na Câmara, que permite a reabertura da defesa de Pedroni na Casa.

O ex-prefeito teve as contas de 2011 reprovadas em 2015, pela legislatura anterior à atual, o que impossibilitou que ele assumisse este ano a prefeitura, apesar do resultado nas urnas.

O ato, que possivelmente lhe beneficiaria, foi aprovado pela atual composição da Câmara e levaria a uma nova apreciação de suas contas. Como Pedroni tem maioria entre os vereadores, as contas seriam aprovadas e o candidato barrado teria um trunfo para tentar reverter sua situação, a ser definida pelo Tribunal Su-



Anderson Pedroni foi o candidato mais votado para a Prefeitura de Fundão

perior Eleitoral (TSE).

“Não se pode aceitar que, em caráter excepcional, logo após as eleições e o início de uma nova gestão, com uma suposta base aliada favorável, que a Câmara se reúna para anular ato emanado da legislatura anterior, em pleito que se encontra atualmente aguardando decisão de Tribunal Superior”, disse a juíza no texto da decisão.

DIVERGÊNCIA

A ação, que é de caráter popular, foi movida pelo presidente do PSC e ex-veador Ailson de Abreu Ra-

DECISÃO

“Não se pode aceitar que, em caráter excepcional, a Câmara se reúna para anular ato da legislatura anterior”

PRISCILA MURAD
JUÍZA

mos, partido que é da base aliada do segundo colocado nas eleições em Fundão, José Adriano Ramos Rangel (PMN). “O regimento só permite ser convocada ses-

são extraordinária para projetos relevantes a cidade, não pessoal”, disse.

Já Anderson Pedroni não foi localizado, mas seu advogado, Felipe Osório, disse que irá recorrer. “Não pode haver interferência do Judiciário no Legislativo”, ressaltou.

Já a presidente interina da Câmara de Fundão, Ângela Maria Coutinho (PV), disse que a Casa cumprirá a decisão imediatamente, mas vai recorrer. O presidente da Câmara, Eleazar Ferreira (PCdoB), aliado de Pedroni, é quem está à frente da prefeitura.

Ex-prefeito tem nova derrota em Fundão

A juíza de Fundão Priscila Murad determinou a suspensão da sessão da Câmara do município que anulou a votação que rejeitou as contas de 2011 do ex-prefeito e candidato mais votado para o cargo nas últimas eleições Anderson Pedroni (PSD). A decisão é de quinta-feira.

A juíza aceitou os argumentos de uma ação popular de autoria do presidente do PSC de Fundão e ex-vereador Ailson Abreu Ramos.

“Defiro a antecipação de tutela, para determinar que Câmara de Fundão suspenda, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a atual decisão de anulação que teve por escopo declarar a nulidade do ato de concessão do prazo de 10 dias para que Marcos Moraes e Anderson Pedroni apresentassem defesa/manifestação”.

Pedroni está inelegível e não

pode assumir a prefeitura devido à rejeição das contas. Ele foi preso na última terça por suspeita de comprar votos para que os vereadores votassem pela anulação, mas foi solto no dia seguinte.

A presidente da Câmara em exercício de Fundão, Angela Coutinho (PV), disse que irá cumprir a decisão. “Não obstante, apresentaremos um pedido de reconsideração àquele juízo, expondo para tanto, as razões da decisão administrativa judicialmente suspensa”, diz por nota.

Já o advogado de Pedroni, Felipe Osório, disse que na próxima quinta-feira irá entrar com uma ação para tentar derrubar a decisão. “Isso nos causou perplexidade. A defesa confia na Justiça que interferiu no Poder Legislativo e, dentro do conceito separação dos Poderes, isso não cabível”, disse.

Mulher é indenizada em R\$ 70 mil após marido ser assassinado no ES

Duas pessoas foram condenadas pela Justiça.

Vítima foi morta durante roubo de carga de café que estava em caminhão.

Uma moradora de Marechal Floriano, na região Serrana do Espírito Santo, será indenizada em R\$ 70 mil por danos morais por causa do assassinato do marido. Com a perda do pai, o filho da requerente teria apresentado quadro de depressão e problemas psicológicos. Duas pessoas foram condenadas pela Justiça.

De acordo com os autos, a vítima foi morta durante o roubo da carga de café que a vítima transportava em um caminhão. Um dos condenados, um homem, teria disparado três tiros contra a vítima para roubar a carga avaliada em R\$ 62 mil.

Após cometer o latrocínio, com o intuito de descarregar a carga, o homem seguiu com o caminhão até a casa dele, onde foi auxiliado por uma mulher.

De acordo com o juiz responsável, o casal foi detido e em depoimento à polícia, confessaram o crime. O magistrado afirma ainda que “um conhecimento mediano sobre relações humanas já seria o suficiente para se concluir pela inegável existência da dor e sofrimento causados pela perda do marido, justificando assim a condenação dos réus por danos morais”.

Tribunal de Justiça do ES vai contratar estagiário conciliador

Inscrições poderão ser feitas no período de 3 a 24 de abril.

Poderão participar alunos de direito matriculados entre o 5º e o 8º período.

O 3ª Juizado Especial Cível de Vitória, Justiça Volante, vai contratar um estagiário conciliador por meio de processo seletivo. As inscrições estarão abertas no período de 3 a 28 de abril, mediante petição escrita endereçada ao Juizado, acompanhada das provas de que o candidato atende às condições preliminares.

Os documentos deverão ser protocolados na Secretaria do 3º Juizado Especial Cível de Vitória, situado no 8º andar do Fórum Criminal de Vitória, com endereço à Rua Pedro Palácios, 105, Cidade Alta, no Centro de Vitória.

Quem pode participar

Poderão participar da seleção estudantes do curso de direito regularmente matriculados entre o 5º e o 8º período em instituição de ensino superior conveniada ao TJES para a realização de estágio supervisionado.

Não será admitida a participação de candidato que já tenha firmado contrato de estágio anterior no prazo superior a um ano com o Tribunal de Justiça ou com a Corregedoria Geral da Justiça do Estado.

Processo seletivo

O processo seletivo consistirá em prova objetiva, com 25 questões de múltipla escolha, cada uma no valor de um ponto. Serão avaliados conhecimentos em Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95) e Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).

A data e o local da prova, que terá duração de duas horas, serão definidos após as inscrições e divulgados por meio de publicação no e-diário.

Os candidatos deverão comparecer ao local da avaliação com caneta esferográfica azul ou preta, ficha de inscrição e documento de identidade original com foto.

O gabarito será divulgado logo após o encerramento da prova e também por meio de publicação no Diário da Justiça.

Os recursos contra as questões da prova poderão ser interpostos mediante petição em formato livre, protocolados na Secretaria do Juizado no prazo de dois dias úteis após a publicação do gabarito.

O processo seletivo terá validade de dois anos, contados a partir da data de divulgação do resultado final, que também será publicado no e-diário.

ESPECIAL SEGURANÇA

INVESTIGAÇÃO DE PMs PODERÁ SER FEDERALIZADA

Casos envolvendo militares do Estado vão ser apurados pela PF

▲ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

A investigação sobre os crimes cometidos por policiais militares — com destaque para os oficiais da corporação — durante a greve realizada nos últimos 21 dias, pode ser federalizada. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já iniciou os procedimentos que serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a quem caberá a decisão final.

No último dia 21 um ofício foi enviado ao governador Paulo Hartung, assinado por Janot, informando sobre a abertura do chamado “Procedimento Preparatório de Incidente de Deslocamento de competência”. No documento, ele relata que o procedimento é para “exame da adequação e da viabilidade da federalização da apuração dos crimes militares decorrentes do movimento paredista”.

Para instruir os trabalhos, a Procuradoria da República solicitou à área de segurança estadual que enviasse todas as informações relativas às investigações que já tinham realizado. Isto inclui os crimes militares já apurados, relacionados ao movimento, “com a identificação dos feitos e a



Policiais militares prestam continência no Quartel de Maruípe, mas não conseguem sair para o trabalho nas ruas

indicação dos casos que tenham como investigados integrantes da Polícia Militar com patente de oficial”, destaca o ofício de Janot.

Na prática, a federalização significa que a investigação e o julgamento de todas as ações poderá passar a ser responsabilidade da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal.

A assessoria de imprensa do governo do Estado

confirmou que recebeu o documento e que a área de segurança, como solicitado no ofício, já encaminhou toda a documentação pedida pelo procurador da República.

CONTRA

Por nota, o Ministério Público do Estadual diz que considera “prematura qualquer manifestação no sentido da federalização dos processos decorrentes

MOTIVO

“O procedimento é para exame da adequação e da viabilidade da federalização da apuração dos crimes militares decorrentes do movimento paredista”

RODRIGO JANOT
PROCURADOR
DA REPÚBLICA

da paralisação dos policiais militares”.

Esclarece que as instituições estaduais — MPES, Poder Judiciário, Corregedoria da Polícia Militar e Polícia Civil —, estão preparadas para conduzir todo o processo de investigação e as ações penais decorrentes da crise na segurança pública do Estado. Concluiu assinalando que todos “estão exercendo plenamente suas atribui-

ções e atuando com isenção e adotando as medidas que lhes competem”.

De acordo com a coordenadora geral da Justiça Global, Sandra Carvalho, o pedido feito por Janot é o primeiro passo para a federalização das investigações. Quando a documentação for concluída, ela será encaminhada para o STJ, que dará a decisão final.

Até hoje, explica ela, apenas um caso no Brasil foi federalizado até o julgamento. Trata-se do assassinato de Manoel Mattos, que integrava a Comissão de Direitos Humanos da OAB de Pernambuco e atuava, principalmente, contra grupos de extermínio quando foi morto a tiros em uma casa de praia na Paraíba, em 2009.

Em visita ao Estado no último dia 12, Janot já havia anunciado a intenção de federalizar as investigações. “Para que esses crimes sejam analisados de forma isenta”, disse. No mesmo dia, o ministro interino da Justiça, José Levi do Amaral, relatou que a Polícia Federal investiga a participação dos militares capixabas em crimes de extermínio. E que o trabalho também conta com a participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

DECISÃO ACERTADA

“A PM não pode fazer a investigação”

“O pedido feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é muito importante, já que a transferência de competência para a esfera federal pode garantir mais isenção às investigações. O que ocorreu no Espírito Santo é muito sério e há indícios de participação de militares nas mortes ocorridas durante a greve. A própria PM não pode fazer a investigação. É mais do que

necessário que ela seja feita de forma isenta. Mas além dos crimes cometidos pelos militares, como motim ou revolta, é importante que sejam investigadas as mortes ocorridas durante o período da greve, incluindo a participação dos policiais nestes assassinatos. No passado, já houve um pedido de intervenção federal relativo ao crime organizado no Espírito Santo, e que acabou sen-



do arquivado pelo então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. É importante que agora o Ministério Público Federal tenha revisto sua posição.”

SANDRA CARVALHO
COORDENADORA DA JUSTIÇA GLOBAL

INSTITUIÇÕES ATUAM

“Cedo para processo de federalização”

“Ainda é cedo para se iniciar um processo de federalização das investigações relacionadas aos crimes cometidos por militares. No geral, são situações que ocorrem quando há grave violação aos direitos humanos, aos tratados internacionais em que o Brasil faça parte, ou que não esteja ocorrendo uma atuação das instituições responsáveis pela investigação. Não vejo na atual situa-

ção algo que reúna estas condições. Houve perturbação da ordem pública, mas falar em violações que não possam ser analisadas pela Justiça capixaba é um exagero. É bom destacar que a Polícia Militar não faz as investigações sozinha. Há uma promotoria junto à Justiça Militar que tem competência para requerer diligências, que acompanha tudo, e pode realisar ela própria, novas



investigações. E os casos de federalização que tramitam no STJ são, em sua maioria, de situações que se arrastam há anos sem julgamento. Nosso caso é muito recente.”

FABRÍCIO CAMPOS
CRIMINALISTA

ESPECIAL SEGURANÇA

GREVE DA PM ACABA EM 61 MUNICÍPIOS

Protesto teve fim em cidades como Guarapari e Piúma

➤ Aumentou o número de cidades que já contam com o policiamento nas ruas. Em 61 delas foi encerrado o movimento grevista dos policiais militares, iniciado no último dia 4. Dentre elas está incluída Guarapari. Na cidade, assim que o bloqueio do 10º Batalhão local foi suspenso, as viaturas percorreram os bairros.

No final do dia, também a 10ª Companhia Independente, localizada em Anchieta, foi desobstruída. O policiamento foi normalizado e as viaturas foram disponibilizadas para o patrulhamento.

Ainda enfrentam dificuldades com segurança um total de 17 cidades, onde o policiamento só foi retomado de forma parcial. Dentre elas estão os quatro municípios da Grande Vitória: Cariacica, Vila Velha, Serra e Vitória.

De acordo com a Secretaria de Estado Segurança Pública (Sesp), nestas localidades o policiamento está sendo realizado à pé, com motos, bicicletas e ainda com o apoio de viaturas.

OPERAÇÃO

Na última quinta-feira, o Estado realizou operações na Grande Vitória e conseguiu recuperar de dentro dos batalhões um total de 41 viaturas. Seis delas foram resgatadas da Polícia Montada (RP-Mont), em Carapina, na Serra.

Outras cinco foram recuperadas do 6º Batalhão, na mesma cidade. Por fim, 17 foram retiradas de dentro da sede do Batalhão de Missões Especiais (BME), na sede da corporação, em Maruípe.

Mais 13, no final da quinta-feira foram conquistada após negociações que encerraram o movimento grevista na cidade de Viana, a primeira da Grande Vitória a ter o policiamento normalizado.

As operações pegaram os manifestantes de surpre-



O portão do 10º Batalhão da PM, em Guarapari, foi aberto pelos manifestantes na tarde de ontem



Viaturas deixam a unidade da PM após liberação

sa, com uma ação rápida que envolveu até o corte de muros para a passagem dos carros. Em Maruípe, mulheres de PMs que protestavam em frente ao quartel de Maruípe e a sede do BME tentaram impedir o resgate, mas as viaturas já estavam nas ruas. Se uniram a outras 275 que já estavam liberadas para uso no policiamento em todo o Estado.

PARALISAÇÃO

17 municípios

É o número de cidades do Estado onde a paralisação da Polícia Militar ainda permanece de forma parcial.

Mulheres e governo em negociação

➤ O Ministério Público do Trabalho (MPT-ES) mediu ontem uma reunião entre as mulheres dos policiais militares e o governo do Estado a fim de iniciar uma nova negociação entre eles.

A reunião, que começou às 22h, na sede do MPT, na Mata da Praia, em Vitória, contou com a presença das mulheres; da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em apoio ao movimento; e de representantes do governo, da Defensoria Pública da União, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES) e do MPT-ES.

De acordo com o presidente do MPT-ES, Estanislau Tallon Bozi, a instituição foi procurada pelas mulheres na tarde de ontem, e então entrou em

contato com representantes do governo para mediar a negociação.

“O MPT-ES pode ajudar fazendo a mediação entre as partes para que o diálogo flua e ocorra de uma forma cortês e produtiva”, explicou Bozi.

O procurador-chefe do MPT-ES ressaltou que o encontro de ontem foi uma negociação preliminar para que na quinta-feira se negocie a pauta de reivindicação”, complementou. Estanislau acrescentou ainda que o acordo final vai depender das mulheres e do governo.

“Essa reunião de hoje é uma negociação preliminar para que na quinta-feira se negocie a pauta de reivindicação”, complementou. Estanislau acrescentou ainda que o acordo final vai depender das mulheres e do governo.

BATALHÕES

POLICIAMENTO COMPLETO (61 CIDADES)

- ▼ Afonso Cláudio
- ▼ Venda Nova do Imigrante
- ▼ Conceição do Castelo
- ▼ Laranja da Terra
- ▼ Domingos Martins
- ▼ Marechal Floriano
- ▼ Ibatiba
- ▼ Iúna
- ▼ Muniz Freire
- ▼ Ibitirama
- ▼ Irupi
- ▼ Brejetuba
- ▼ Barra de São Francisco
- ▼ Água Branca
- ▼ Mantenedópolis
- ▼ Água Doce do Norte
- ▼ Ecoporanga
- ▼ Santa Teresa
- ▼ São Roque do Canaã
- ▼ Santa Maria de Jetibá
- ▼ Itaguaçu
- ▼ Itarana
- ▼ Santa Leopoldina
- ▼ Jaguaré
- ▼ Viana
- ▼ Colatina
- ▼ São José do Calçado
- ▼ Conceição da Barra
- ▼ Marilândia
- ▼ Baixo Guandu
- ▼ Pancas
- ▼ Alto Rio Novo
- ▼ Governador Lindenberg
- ▼ São Domingos do Norte
- ▼ Vila Pavão
- ▼ Pinheiros
- ▼ Montanha
- ▼ Mucurici
- ▼ Ponto Belo
- ▼ São Gabriel da Palha
- ▼ Vila Valério
- ▼ João Neiva
- ▼ Ibirapu
- ▼ Fundão
- ▼ Rio Bananal
- ▼ Sooretama
- ▼ Pedro Canário
- ▼ Boa Esperança
- ▼ Itapemirim
- ▼ Presidente Kennedy
- ▼ Rio Novo do Sul
- ▼ Muqui
- ▼ Atilio Vivacqua
- ▼ Vargem Alta
- ▼ Alfredo Chaves
- ▼ Guarapari
- ▼ Anchieta
- ▼ Piúma
- ▼ Iconha
- ▼ Marataízes
- ▼ Bom Jesus do Norte

POLICIAMENTO PARCIAL - (17 CIDADES)

- ▼ Alegre
- ▼ Guaçu
- ▼ Apicá
- ▼ Jerônimo Monteiro
- ▼ Divino de São Lourenço
- ▼ Dolores do Rio Preto
- ▼ Cachoeiro de Itapemirim
- ▼ Mimoso do Sul
- ▼ Castelo
- ▼ Vitória
- ▼ Vila Velha
- ▼ Serra
- ▼ Cariacica
- ▼ Nova Venécia
- ▼ Aracruz
- ▼ Linhares
- ▼ São Mateus

ESPECIAL SEGURANÇA



199
É o total de homicídios registrados do dia 4 até 24 de fevereiro de 2017



QUASE 200 MORTES EM 21 DIAS DE PARALISAÇÃO

Uma das vítimas foi comerciante assassinado ontem, na Serra

▲ **RUHANI MAIA**
ruhani.maia@redgazeta.com.br
▲ **VICTOR MUNIZ**
vmelo@redgazeta.com.br

A greve da Polícia Militar chegou ao 21º dia com o registro de 199 homicídios no Estado. De acordo com o Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Espírito Santo (Sindipol), esse número é equivalente ao total de assassinatos ocorridos na Grande Vitória e no interior, entre o dia 4 de fevereiro, dia em que começou o movimento, até ontem.

Entre as mortes registradas ontem na Grande Vitória, está a do comerciante Jucilânio de Souza Santos, de 47 anos. Jucilânio foi assassinado com um tiro na cabeça, dentro do restaurante dele, por volta das 6h30, no bairro Jardim Limoeiro, na Serra.

O comerciante tinha acabado de abrir o estabelecimento "China Tem", que também funciona como lanchonete, quando o bandido entrou no local e o matou.

De acordo com informações dos investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o assassino chegou ao local de carro.

Ele teria estacionado o veículo na Rua Guimarães



Lanchonete China Tem, onde comerciante Jucilânio de Souza Santos foi morto, em Jardim Limoeiro

Nunes e esperado o movimento da lanchonete diminuir. Segundo moradores, era comum as pessoas tomarem café da manhã no estabelecimento.

Assim que o movimento do local diminuiu, o bandido saiu do carro armado com uma pistola e entrou na lanchonete. Ao chegar, já com a arma na

mão, exigiu que os clientes virassem as costas e não olhassem para ele.

Em seguida, teria obrigado Jucilânio a levantar a camisa e atirado contra a cabeça do comerciante. Após o disparo, o assassino entrou no veículo e fugiu.

Homens do Exército, da Força Nacional e da Polícia



FOTOS: BERNARDO COUTINHO

Militar estiveram no local para atender a ocorrência. Momentos depois, policiais da DHPP e peritos da Polícia Civil realizaram o trabalho, antes de removerem o corpo de Jucilânio, que estava caído atrás do balcão do restaurante.

ABALADOS

Familiares do comerciante estiveram no local e ficaram muito abalados com a situação, assim como os funcionários do estabelecimento, que já funcionava no bairro há mais de dez anos.

De acordo com moradores, Jucilânio era muito querido e não teria problemas aparentes com ninguém na região.

A irmã da namorada da vítima, uma advogada de 40 anos, lamentou o assassinato do cunhado e disse que o considerava um membro da família. "Ele namora com a minha irmã há três anos. Era uma pessoa maravilhosa. Não conseguimos entender como isso aconteceu", relatou.

A polícia não adiantou qual foi a motivação para o crime, e nenhum suspeito foi identificado. O caso será investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) da Serra.

ESTUDANTE LEVA TIRO E MORRE APÓS BRIGA

Disparo foi dado por uma mulher, que ficou ferida



JUSTIÇA

“EU SÓ ESPERO QUE PEGUEM QUEM FEZ ISSO”

Advogada, 40 anos
Cunhada da vítima

« Muito abalada com o assassinato do comerciante Jucilânio de Souza Santos, o China, 47 anos, a cunhada dele, uma advogada de 40 anos, falou sobre a vítima e disse não entender o motivo da violência contra ele.

Como você soube da morte dele?

Minha irmã me ligou avisando. Ela era namorada dele há três anos já. Eu o considerava praticamente da família. Eu estava em casa quando ela me contou e vim direto para cá, pois não estava acreditando.

Sabe o que pode ter motivado isso?

Ele nunca mexeu com nada errado. Só queria saber de trabalhar. Todos os dias, umas 5 horas, ele vinha para a lanonete para trabalhar.

O que as pessoas contaram para a senhora sobre o crime?

Havia poucos clientes e os funcionários. Quando cheguei, não consegui vê-lo. As funcionárias me disseram que só ouviram o tiro. Não conseguiram nem socorrer. **O que vocês esperam daqui para a frente?** Eu só espero que peguem a pessoa que fez isso. Ele tinha dois filhos, era trabalhador. Tenho certeza que isso foi motivado por inveja. Não tem motivos.



Alexia tinha 16 anos; motivo do crime seria uma fofoca iniciada em escola

REPRODUÇÃO

« Uma estudante de 16 anos morreu e uma mulher ficou ferida durante uma briga entre as duas, na noite de quinta-feira, 23, no bairro Tabuazeiro, em Vitória.

Alexia Guimarães levou um tiro no ombro, que atingiu órgãos vitais. Ela foi levada ao Hospital São Lucas, mas não resistiu aos ferimentos. Já a outra vítima, de 20 anos, foi atingida de raspão na cabeça e foi hospitalizada.

O motivo da confusão entre as duas seria fofoca, e a briga teria começado em uma escola, se estendendo para as ruas do bairro, segundo a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). A polícia não

esclareceu se a briga envolvia mais pessoas e quem teria efetuado os disparos.

Momentos depois, o jovem Fábio da Silva Loreste também foi assassinado no Morro do Macaco, que fica na região. Ele estava na Rua Jacomo Forza e levou vários tiros. A DHPP não confirmou se os dois crimes têm ligação, e adiantou que ambos serão investigados.

Familiares de Alexia acreditam que há uma relação entre eles, mas não conheciam Fábio. “Não imaginei que ia acontecer isso porque moramos na região. Minha filha morreu de graça”, disse a mãe de Alexia, que não quis se identificar.

Vendedor de peixe é assassinado

« O jovem Micael Silva Ferreira, 18 anos, foi assassinado a tiros, na Rua José Farias de Barros, no bairro Santos Dumont, em Vila Velha. Ele vendia peixes no momento em que foi assassinado.

O crime ocorreu às 9h30. Testemunhas contaram à polícia que Micael passava pela rua, como faz todos os dias, e parou para atender uma cliente. O vendedor estava acompanhado com o sobrinho da namorada, que trabalhava junto com ele.

No momento em que mostrava os peixes para a cliente, dois homens desceram de um carro, estacionado na esquina da rua, já com armas em punho, foram em direção a Micael e atiraram. A vítima ainda correu por alguns metros, mas caiu morto na calçada. Após atirar no jovem, os assassinos fugiram do local.



Vários estabelecimentos comerciais foram saqueados em Cachoeiro, no início da greve da PM neste mês

REPRODUÇÃO

53 indiciados por saques no Sul

VARREDURA

“Já foram recuperados mais de 600 itens, e mais de 100 pessoas foram identificadas”

RAFAEL CARVALHO
DELEGADO

ataques no centro da cidade. As imagens do videomonitoramento das lojas e da prefeitura estão ajudan-

do nas investigações.

Segundo Carvalho, há muitas pessoas a serem indiciadas. “São mais de 30 horas de imagens. Estamos fazendo um trabalho minucioso para que ninguém fique impune. Já foram recuperados mais de 600 itens e mais de 100 pessoas foram identificadas”, disse.

Agora, segundo o delegado, após indiciadas estas pessoas, o inquérito policial é entregue à Justiça, para que o Ministério Pú-

blico ofereça denúncia ou não dos autores e, somente assim, processados. “Devolvemos mais da metade dos produtos aos proprietários. Uma resposta rápida à sociedade em meio a outros crimes de furto e roubo”, comentou.

Os indiciados, segundo a polícia, irão responder por furto, que tem pena variando de um a quatro anos; furto qualificado, com pena de dois a oito anos, ou receptação, de um a quatro anos.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

PM 100% nas ruas em 61 cidades

Cidades retomam policiamento aos poucos. Só ontem, a greve da PM terminou em mais 35 municípios em todo o Estado

Um total de 61 municípios do Espírito Santo já está com o retorno de 100% do efetivo da Polícia Militar patrulhando as ruas. Ontem, a greve dos policiais chegou ao fim em 35 cidades, somadas a outras 26 onde a greve já havia terminado.

Outros 19 municípios estão com policiamento parcial, incluindo Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

Na frente do 10º Batalhão da Polícia Militar de Guarapari, após 22 dias, mães e mulheres dos militares decidiram liberar a saída das viaturas. As tendas que abrigavam as mulheres em frente ao portão de entrada foram desmontadas por volta das 16 horas de ontem.

Segundo elas, esse será o voto de confiança ao governador, já que ele prometeu diálogo quando os quartéis fossem liberados.

"A gente vem conversando com as manifestantes desde o primeiro dia e falando para elas essa problemática toda do que pode trazer para os policiais. Hoje (ontem) elas nos informaram que, se a posição do governo é não negociar com os portões fechados, então elas resolveram sair", explicou o comandante, tenente-coronel Pessanha.

Com o fim da greve no local, 14 viaturas saíram do batalhão e o comandante acredita que é possível manter a ordem principalmente no período de Carnaval. "Colocaremos o máximo de viaturas nas ruas para fornecer segurança a Guarapari", declarou.

Mesmo com 100% do efetivo na rua, o comando do 10º Batalhão ainda destacou que o Exército mantém a programação específica durante o Carnaval na cidade.

Após a liberação das viaturas do 10º Batalhão, em Guarapari, o comando da PM planeja realizar blitz de norte a sul do município.

Em Anchieta e Piúma as mulheres também desocuparam a frente das companhias e permitiram que as viaturas voltassem para as ruas.

"A partir da tarde de hoje (ontem), todas as viaturas voltaram para as ruas e 100% do efetivo dos dois municípios voltou a trabalhar. Contamos com uma quantidade maior de militares para atender os foliões", garantiu o Major Rubim, comandante das companhias de Anchieta e Piúma.

“Colocaremos o máximo de viaturas nas ruas para fornecer segurança a Guarapari”

Pessanha, comandante do 10º Batalhão



FOTOS: ROBERTA BOURGUIGNON

VIATURAS são liberadas do 10º Batalhão de Guarapari. Comando quer o máximo de policiais nas ruas durante Carnaval

PATRULHAMENTO



EFETIVO COMPLETO NAS RUAS (61 CIDADES)

- | | | |
|---------------------------|-------------------------|----------------------|
| > Afonso Cláudio | > Itaguaçu | > Vila Valério |
| > Venda Nova do Imigrante | > Itarana | > João Neiva |
| > Conceição do Castelo | > Santa Leopoldina | > Ibraçu |
| > Laranja da Terra | > Jaguaré | > Fundão |
| > Domingos Martins | > Viana | > Rio Bananal |
| > Marechal Floriano | > Colatina | > Sooretama |
| > Ibatiba | > São José do Calçado | > Pedro Canário |
| > Iúna | > Conceição da Barra | > Boa Esperança |
| > Muniz Freire | > Marilândia | > Itapemirim |
| > Ibitirama | > Baixo Guandu | > Presidente Kennedy |
| > Irupi | > Pancas | > Rio Novo do Sul |
| > Brejetuba | > Alto Rio Novo | > Muqui |
| > Barra de São Francisco | > Governador Lindenberg | > Atilio Vivacqua |
| > Águia Branca | > São Domingos do Norte | > Vargem Alta |
| > Mantenedópolis | > Vila Pavão | > Alfredo Chaves |
| > Água Doce do Norte | > Pinheiros | > Guarapari |
| > Ecoporanga | > Montanha | > Iconha |
| > Santa Teresa | > Mucurici | > Piúma |
| > São Roque do Canaã | > Ponto Belo | > Anchieta |
| > Santa Maria de Jetibá | > São Gabriel da Palha | > Marataizes |
| | | > Bom Jesus do Norte |

EFETIVO PARCIAL (17 CIDADES)

- | | | |
|--------------------------|---------------------------|----------------|
| > Alegre | > Dorcas do Rio Preto | > Serra |
| > Guaçuí | > Cachoeiro de Itapemirim | > Cariacica |
| > Apiacá | > Mimoso do Sul | > Nova Venécia |
| > Jerônimo Monteiro | > Castelo | > Aracruz |
| > Divino de São Lourenço | > Vitória | > Linhares |
| | > Vila Velha | > São Mateus |

MAIS VIATURAS e batalhões da PM foram liberados, e a maioria dos municípios do Estado está com todo o efetivo de policiais circulando pelas ruas

“Liberação é temporária”

Ao deixarem a frente do 10º Batalhão da Polícia Militar em Guarapari, as mulheres divulgaram um documento explicando que o movimento não está sendo encerrado, mas paralisado para que haja policiamento na cidade durante o período de Carnaval.

O prazo, segundo elas, é de três meses e se o governo não der nenhum retorno, elas prometem voltar a ocupar a frente do batalhão.

"Não estamos encerrando, mas sim, parando para uma nova oportunidade. Sabemos que neste período de carnaval, devido ao fluxo de pessoas e com a ausência da PMES, mais vidas poderão ser ceifadas", escreveram.

No documento, elas disseram que liberaram os portões após diálogo com o comando da unidade. As mulheres ainda conclamaram a sociedade a apoiar as reivindicações da PM junto ao governo e ain-

TRECHOS

A carta

- > "NÃO ESTAMOS ENCERRANDO, mas sim, parando para uma nova oportunidade".
- > "SAÍMOS PARA GARANTIR a segurança da população e pelos comerciantes que dependem do Carnaval".
- > "POR ENTENDERMOS que é grande a lacuna deixada na segurança deste Estado, a não presença da PMES é que estamos, hoje dia 24/02/2017, após diálogo com o Comando deste Batalhão, liberando os portões do Décimo Batalhão".

da pediram desculpas à população. "Desculpe-nos pelos transtornos causados, sabemos que toda guerra deixa seus feridos, mas infelizmente, ela deixa também alguns mortos", concluíram.



ROBERTA BOURGUIGNON - 07/02/2017

MULHERES negociaram com o comando durante o tempo de bloqueio

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp)

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Iniciada ação para federalizar crimes

Os crimes cometidos por policiais militares com patente de oficiais (2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel) durante a greve da corporação poderão ser investigados pela Justiça Federal.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, solicitou ao governador Paulo Hartung (PMDB) informações sobre "instauração de procedimentos investigatórios dos crimes militares relacionados ao movimento paredista, com identificação dos feitos e a indicação dos casos que tenham como investigados integrantes da Polícia Militar com patente de oficial".

A partir das informações, Janot analisará se é viável a federalização das investigações. O governo do Estado informou, por nota, que "prontamente" encaminhou o ofício de Janot à área de Segurança e,

“É preciso que haja grave violação aos direitos humanos e omissão do Estado para federalizar um crime”

Ezequiel Turbilio, presidente da Amages

ontem, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) enviou as informações à Procuradoria Geral da República (PGR).

A Procuradoria, por meio de nota, esclareceu que "não é possível dizer que o processo de federalização foi iniciado. A PGR solicitou informações ao governo e ao Ministério Público do Estado. Quando chegarem à PGR, tais informações serão analisadas".

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), o juiz Ezequiel Turbilio, explicou que, para que haja a federalização dos crimes, é preciso uma autorização do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Turbilio lembrou ainda que apenas um caso, até hoje, foi federalizado no Brasil.

Procurado para comentar sobre a possibilidade de federalização, o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) afirmou, por nota, que as instituições estaduais (MP-ES, Poder Judiciário, Corregedoria da Polícia Militar e Polícia Civil) estão preparadas para "conduzir todo o processo de investigação e as ações penais decorrentes da crise na Segurança Pública".

O MP-ES disse ainda que considera prematura qualquer manifes-



RODRIGO JANOT vai analisar se inquéritos de policiais militares devem ser encaminhados para a Justiça Federal

tação no sentido da federalização dos processos decorrentes da paralisação dos policiais militares e defendeu a isenção das institui-

ções que trabalham no caso.

Até o momento, o comando-geral da PM instaurou Inquéritos Policiais Militares (IPMs) contra

2.580 policiais. Dessa lista, foram divulgados no Diário Oficial do Estado o nome de apenas quatro oficiais.

PASSO A PASSO DO PROCESSO



ANTONIO MOREIRA - 10/02/2017

MILITARES AQUARTELADOS: informações sobre os procedimentos de investigação dos PMs envolvidos na greve foram enviadas à Procuradoria Geral da República

Sesp enviou relatórios

Federalização

> O PROCURADOR-GERAL da República, Rodrigo Janot, enviou um ofício ao governador Paulo Hartung (PMDB), solicitando informações a respeito da instauração de procedimentos investigatórios dos crimes militares relacionados ao movimento paredista, com identificação dos feitos e a indicação dos casos que tenham como investigados integrantes da Polícia Militar com patente de oficial.

> JANOT esteve no Espírito Santo em 11 de fevereiro, e participou de reunião com ministros e o executivo estadual, no Palácio Anchieta. Na ocasião, por meio de nota, informou que analisava a possibilidade de federalizar crimes, como o de motim,

Patente

> OFICIAIS são: 2º tenente; 1º tenente; capitão; major; tenente-coronel e coronel.

Processos

> NO TOTAL, a Polícia Militar instaurou Inquéritos Policiais Militares (IPMs)

contra 2.580 PMs. No entanto, dessa lista, só foram divulgados no Diário Oficial do Estado o nome de quatro oficiais.

> SÃO ELES: os tenentes-coronéis Alexandre Quintino Moreira e Carlos Alberto Foresti, além do major Fabrício Dutra Correa e o capitão da reserva Lucínio Castelo de Assunção, mais conhecido como Capitão Assunção, que é ex-deputado federal e foi candidato a vereador de Vitória, na eleição de 2016, mas perdeu o pleito.

> HÁ AINDA outros 235 indiciados em Procedimentos Administrativos de Rito Ordinário (PAD RO) e 36 em Conselho de Disciplina.

Casos

> O SECRETÁRIO de Estado da Segurança Pública, André Garcia, afirmou à imprensa que já há mais de 30 denúncias na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos sobre crimes que teriam sido cometidos com a participação de PMs no Estado, durante o movimento paredista, que teve início no último dia 4. Até ontem, 199 pessoas haviam sido assassinadas.

“É o primeiro passo”, diz jurista

Pedir informações sobre os crimes praticados por oficiais militares durante o movimento grevista, iniciado em 3 de fevereiro, é o primeiro passo para federalizá-los, ou seja, mudar a competência de investigação e julgamento da Justiça Estadual para a Justiça Federal.

Esse é o entendimento do advogado especialista em Direito Criminal, Rivelino Amaral. “É um primeiro passo, certamente vai caminhar para federalização” afirmou o advogado.

Para Amaral, o procurador-geral

da República, Rodrigo Janot, já deu dois indicativos de que a federalização ocorra: a vinda dele ao Espírito Santo e o ofício requerendo o nome dos oficiais ao governo do Estado. “Ele vai fazer uma análise e, se for o caso, pedir a federalização ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, disse.

O advogado Victor Abreu, especialista em Direito Penal e Processual Penal Militar, salientou que, até o presente momento, não vê justificativas para despertar o interesse da União na apuração de su-

postos crimes militares.

“O Poder Judiciário capixaba é composto por sua Vara de Auditoria Militar há 70 anos e tenho certeza que poderá garantir a rigidez necessária ao alcance da Justiça”, garantiu o profissional.

Quem concorda é o advogado especialista em Direito Disciplinar Militar Tadeu Fraga. “A Auditoria Militar capixaba tem envergadura técnica e moral para cumprir seu papel constitucional, sem que o pacto federativo seja comprometido”, concluiu.

Decisão judicial não foi cumprida

A decisão de fazer uso de força policial moderada para retirar pessoas que ainda mantêm o bloqueio em frente a unidades da Polícia Militar na Grande Vitória, expedida pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Mário da

Silva Nunes Neto, ainda não foi cumprida.

Para o porta-voz da Força-Tarefa Conjunta Capixaba, tenente-coronel Boaventura, a retirada dos familiares de PMs não é mais a prioridade neste momento.

“A retirada das mulheres não é prioridade. Nossa prioridade é o cidadão capixaba como um todo. A missão da Força-Tarefa é garantir a lei e a ordem dentro do Estado. Nosso foco é garantir a vida do cidadão e a preservação do patrimônio”, explicou o tenente-coronel.

O juiz Mário da Silva Nunes Neto determinou ainda que todas as pessoas que bloqueiam a frente das unidades da PM sejam identificadas, intimadas e citadas.

A Procuradoria Geral do Estado não informou quantos familiares de policiais já foram identificados e que estão respondendo à ação civil pública aberta pelo governo.

Já a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) não informou sobre a nomeação de PMs que, segundo a decisão judicial, deveriam atuar junto a oficiais de justiça nas unidades onde ainda há familiares bloqueando a entrada.



FABIO VICENTINI - 23/02/2017

MANIFESTANTES em frente ao 6º Batalhão, na Serra: bloqueio continua



MANIFESTANTES no Quartel do Comando Geral, em Maruípe: eles permaneceram aguardando orientações de grupo de mulheres que foram à negociação



MEMBROS da Força atuam na rua

Tropa da Força Nacional no Estado por mais 20 dias

Os homens da Força Nacional de Segurança Pública continuam no Estado nos próximos dias, por determinação do ministro interino da Justiça e Segurança Pública, José Levi Mello do Amaral Junior. A decisão foi publicada em portaria, no Diário Oficial da União de ontem.

De acordo com a publicação, o prazo de permanência foi prorrogado por mais 20 dias, a contar do fim da Portaria Ministerial nº 143 de 15 de fevereiro.

As Forças Armadas também continuam no Estado, segundo o ministro da Defesa Raul Jungmann por até 13 dias. A prorrogação da operação da Garantia da Lei e da Ordem ocorreu por decreto do presidente Michel Temer até que seja normalizada a atuação da Polícia Militar capixaba.

Os 3.454 homens das Forças Armadas e da Força Nacional atuam em ações de patrulhamento, de postos de bloqueio e ações conforme as demandas de segurança pública, em conjunto com as autoridades locais.

A operação começou no dia 6 de março, quando o presidente Temer assinou decreto autorizando o emprego das tropas federais. Na semana passada, a operação foi prorrogada até o dia 23 de fevereiro, mas como o cenário da segurança pública não chegou à normalidade total, o governo optou por ampliar a presença das tropas no estado por mais 13 dias.

Além disso, helicópteros, viaturas blindadas e o patrulhamento no mar prometem garantir a segurança dos capixabas nos próximos dias de feriado, de acordo com a Força-Tarefa Conjunta Capixaba. São mais de 3 mil homens espalhados pelo Estado que, com a chegada do feriado, pretendem estar mais atentos aos aglomerados de pessoas.

“Vamos dar continuidade aos trabalhos já realizados. Não estamos fazendo patrulha específica para os blocos. Porém, nossa atenção, é claro, que é dada para o carnaval por conta do maior número de pessoas, como as praias. Muitas pessoas indo de um local para outro. Mas é importante destacar que será dada a mesma importância as demais localidades do Estado”, explicou o porta-voz da operação, tenente Coronel Boaventura.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Resultado de nova negociação sai hoje

Ministério Público do Trabalho, CUT, Comitê Permanente de Negociação e familiares de PMs debateram propostas para encerramento da greve

Mais uma reunião entre familiares de policiais militares e governo do Estado seguiu pela madrugada de hoje. Dessa vez, o encontro foi mediado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-ES).

A negociação começou às 22 horas e até o fechamento desta edição, ainda não havia encerrado.

Das cinco condições apresentadas pelas mulheres para encerrar o movimento, a única que permanecia pendente era a suspensão dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs).

As outras são: não abrir novos processos contra os militares, de-

stir das ações contra mulheres e associações, suspender as transferências já feitas e suspender as transferências em trânsito.

Os pontos foram debatidos entre as mulheres e familiares de policiais militares, o Comitê Perma-

“Na tarde de hoje (ontem), o órgão se dispôs a mediar essa reunião, após encontro com as mulheres”

Clenilde Cortes Pereira, secretária da CUT-ES

nente de Negociação, representado pelo chefe do Gabinete do Governador, Paulo Roberto Ferreira, pelo secretário de Direitos Humanos Julio Pompeu; representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT-ES) e o procurador-chefe do MPT, Estanislau Tallon Bozi.

De acordo com a secretária administrativa financeira CUT-ES, Clenilde Cortes Pereira, na quinta-feira, foi feito um pedido ao MPT solicitando uma mediação entre manifestantes e governo. “Na tarde de hoje (ontem), o órgão se dispôs a mediar essa reunião, após um encontro com as mulheres”, explicou.

A pauta começou a ser discutida às 16 horas, quando manifestantes conversaram com o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho. “O governo impôs a condição de desocuparem a frente



JULIO POMPEU integra comitê

dos batalhões para sentar à mesa e negociar. A contrapartida das mulheres foi que PADs e os processos contra elas fossem suspensos”, afirmou o procurador.

A meia-noite, manifestantes desarmaram as barracas em frente ao Quartel do Comando Geral, em Maruípe, mas permaneceram no local, aguardando o fim da reunião.

Mulheres dizem que “estão cansadas”

As mulheres que representam o movimento e participaram da reunião com o governo do Estado, mediada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-ES), se mostraram exaustas com toda a situação que está ocorrendo.

Durante a negociação com os representantes de governo, duas das oito mulheres disseram que elas não viam a hora do movimento acabar.

Elas revelaram ainda que estavam cansadas e até desenvolvendo de depressão, diante da situação instaurada. Contaram ainda que ficaram extremamente desapontadas com o uso da força para retirada de viaturas de dentro do Batalhão de Missões Especiais,

em Maruípe, Vitória.

A reunião transcorreu em clima amistoso. As duas partes mostraram-se dispostas a chegar a um acordo para o fim da greve.

Durante a negociação, foram feitas duas pausas para que os grupos discutissem as propostas apresentadas e para que o Comando-Geral da PM fosse consultado sobre as condições.

LANCHE

Depois de passarem por uma reunião de negociação com mais de 11 horas e sem se alimentarem, no início da paralisação, desta vez, as representantes do movimento lançaram com os representantes do governo.



COMISSÃO de mulheres pede que processos contra PMs sejam suspensos

ESPECIAL SEGURANÇA

Entrada do Quartel de Maruípe foi liberada



RICARDO MEDEIROS

APÓS 22 DIAS, GREVE DA POLÍCIA MILITAR ACABA

Tropa volta às ruas e vai atuar ao lado das forças federais

4 NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Vinte e dois dias após o início dos protestos de mulheres e familiares de policiais militares, a greve chegou ao fim ontem pela manhã, com todos os batalhões do Estado desocupados e 100% do efetivo respondendo a suas escalas de trabalho. Do dia 4 a 24 de fevereiro, foram 199 mortes de acordo com o Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Espírito Santo (Sindipol).

O acordo que pôs fim à paralisação foi firmado entre representantes das mulheres de policiais militares e o governo do Estado após quase nove horas de reunião, durante toda a madrugada de ontem, mediada pelo Ministério Público

do Trabalho (MPT).

As reivindicações do movimento por reajuste salarial e outras melhorias para a categoria, como a incorporação de escalas especiais, aumento do auxílio-fardamento, ou progressão horizontal até a referência 15 (nível máximo de remuneração) não foram garantidas pelo governo do Estado.

Para debater essas questões que impactam no contracheque, e consequentemente no gasto com pessoal para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ficou acordada a abertura de um processo de mediação entre mulheres e governo, realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e MPT, com a primeira audiência

TEMPO

22 dias

Foi a duração da greve da Polícia Militar, iniciada em 4 de fevereiro.

ASSASSINATOS

199 mortes

Foi o total registrado no período sem a atuação da Polícia Militar nas ruas.

marcada para a próxima quinta-feira.

Com a liberação dos batalhões e reabertura da negociação, o comandante-geral da PM, coronel Nilton Rodrigues, se comprometeu a ser o interlocutor institucional da tropa junto ao governo do Estado.

PUNIÇÕES

O movimento também contabiliza mais de 2.500 policiais punidos. Entre as linhas do acordo, ficou garantido ao movimento que não serão abertos novos processos disciplinares de agora em diante, mas não haverá anistia aos que estão em andamento.

Os PMs que atenderam ao chamado operacional e retornaram ao trabalho vão ter o afastamento can-

celado, para que exerçam suas atividades no transcorrer do processo e podem ter a punição atenuada, segundo o coronel.

Ele destacou que não haverá nenhum tipo de perseguição e "os bons policiais, que são a maioria, terão suas condutas individualizadas". "Verificamos que muitos bons policiais, com excelentes serviços prestados, embarcaram em um avião, em um voo sem rumo. Nosso papel do comando-geral da Polícia Militar é estabelecer uma pista de pouso para que ele aterrisse com segurança e dignidade", enfatizou.

Até o dia 8 de março, a Polícia Militar atuará conjuntamente com os 3.450 militares das tropas federais, que permanecem no

Estado. Até lá, o controle da segurança pública permanece sob a responsabilidade do general do Exército Adilson Carlos Katibe, comandante da Força-Tarefa Conjunta.

BOLSONARO

Ontem, o secretário de Estado de Controle e Transparência, Eugênio Ricas, revelou também que investigações monitoradas pelo governo do Estado apontam que 80% do que foi publicado nas redes sociais durante a greve da Polícia Militar – principalmente os boatos – tem ligação com um grupo articulado que usou o movimento para fins políticos e econômicos. O grupo seria ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

ESPECIAL SEGURANÇA

COMANDANTE DA PM PEDE DESCULPAS À POPULAÇÃO

Coronel Nylton Rodrigues chamou greve de “momento terrível”

de NATALIA DEVENS
nicostia@redegazeta.com.br

Ao anunciar ontem o completo retorno do policiamento para as ruas do Estado, o comandante da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, aproveitou para pedir desculpas à sociedade. “Por termos desassistido o povo deste Estado”. Ele acrescentou que todos os batalhões foram desocupados e 100% do efetivo já está de volta ao trabalho. Isso foi possível após acordo realizado durante a madrugada do último sábado, mediado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), entre mulheres de policiais militares e o governo do Estado.

Até a última sexta-feira, o número de PMs respondendo a PADs RO (procedimentos administrativos) chegou a 235. São militares com menos de 10 anos de atuação e que estão lotados principalmente na Rotam, no 7º Batalhão, ambos em Cariacica, e no 4º Batalhão, em Vila Velha. Eles são acusados de transgressões disciplinares previstas no regulamento da PM.

Outros 36 policiais que têm mais de 10 anos de atuação estão sendo investigados pelo Conselho de Disciplina. Quanto aos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), por acusações de crimes de motim e revolta, os policiais que a eles respondem (2.580), não estão afastados do trabalho. Seguem nas ruas durante a tramitação do processo.

Desculpas

“Em nome de todos os policiais militares, aposentados, da ativa e até mesmo daqueles que ainda entrarão na instituição, quero registrar nosso pedido de desculpas para a sociedade por esse momento terrível, trágico, por termos desassistido o povo deste Estado. Agora estamos de volta em nossa to-

talidade. A população pode voltar a contar conosco, porque cumprimos a nossa missão.”

Estratégia

“A nossa premissa número 1 era evitar a utilização do uso progressivo da força. A número 2 era resolver o problema através da conversa, e isso foi feito. Levantamos nossa escala de rádio patrulha, aqueles que atendem demandas do 190 e ontem (sexta-feira) chegamos a 43 municípios com a totalidade do efetivo atuando.”

Anistia

“Não haverá anistia às punições já determinadas. Os policiais que respondem a Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PADs RO), e estavam afastados, vão retornar ao trabalho. O afastamento será cancelado.”

Perseguição

“Não haverá nenhum tipo de perseguição. A instituição não quer isso, quer valorizar os bons policiais. A conduta dos policiais será individualizada

e o retorno ao policiamento vai colaborar para sua defesa. Além disso, os militares que foram transferidos para outras cidades, por 45 dias, voltam à sua rotina operacional na unidade a que pertenciam. Verificamos que muitos bons policiais, com excelentes serviços prestados, embarcaram em um avião, em um voo sem rumo. Nosso papel, do comando-geral da Polícia Militar, é estabelecer uma pista de pouso para que ele aterrisse com segurança e dignidade.”

Efetivo

“Temos quase 10 mil homens em suas fileiras e a Polícia Militar trabalha em regime de escala, de policiamento extraordinário. A tropa está respondendo suas escalas ordinárias e extraordinárias em sua totalidade.”

Pleitos

“Vou tomar para mim os anseios dos nossos soldados, sargentos, cabos e oficiais, como reajuste salarial e outras melhorias para a categoria. E com certeza a PM sairá desta crise mais fortalecida e valorizada, e

“

Em nome de todos os policiais militares, quero registrar nosso pedido de desculpas para a sociedade por esse momento terrível”

“Não haverá nenhum tipo de perseguição. A instituição não quer isso, quer valorizar os bons policiais. A conduta dos policiais será individualizada”

se tornará a melhor deste país. Confio, respeito e admiro a tropa. É ela que vai fazer o resgate da instituição. O Conselho Estadual de Direitos Humanos também vai acompanhar os trabalhos. Fazemos questão que isso aconteça.”

Salário

“Vivemos uma crise sem precedentes, e a questão de reajuste só pode acontecer quando o orçamento permitir. Em nenhum Estado do país a situação orçamentária vem permitindo qualquer tipo de aumento.”

Tropas federais

“O controle da segurança pública no Estado continua sob a responsabilidade do general do Exército Adilson Carlos Katibe, comandante da Força-Tarefa Conjunta. Eles permanecem no Estado até o dia 8 de março, quando o Ministério da Defesa fará uma nova análise para decidir se as tropas permanecem ou não.”

Carnaval

“O feriado de carnaval contará com a patrulha da Polícia Militar e das tropas federais, conjuntamente. Existe um planejamento prévio feito pelas Forças Armadas, do qual a PM participou. Estaremos atuando onde há concentrações de pessoas em todo o Estado, com ações específicas nos balneários.”

Fim da Rotam/BME

“A PM possui um órgão chamado Estado Maior Geral, que é justamente o órgão que estuda todas as modificações institucionais. Ele está estudando essa possibilidade. Ainda está em análise.”

Envolvimento de policiais em crimes

“Sobre tudo aquilo que está sendo investigado não posso me pronunciar, até porque alguns procedimentos sou eu que devo solucionar.”



RICARDO MENEZES

ESPECIAL SEGURANÇA

RICARDO MEDEIROS



Mulheres de policiais militares após reunião com Estanislau Tallon Bozi (no centro) e Júlio Pompeu

QUASE 9 HORAS DE NEGOCIAÇÃO NO MPT

Nova reunião sobre reivindicações será feita na quinta

4 RUHANI MAIA
ruhani.maia@redgazeta.com.br

Após quase nove horas de reunião, as mulheres dos policiais militares e o governo do Estado negociaram o fim da greve da PM entre a noite de sexta-feira e a manhã de ontem, na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT-ES), na Mata da Praia, em Vitória.

A reunião, que começou às 22 horas e terminou às 6h45, foi mediada pelo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT-ES), Estanislau Tallon Bozi, e contou com a participação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES), da Defensoria Pública da União e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que foi em apoio às mulheres dos policiais.

Apesar do fim da greve, todas essas entidades voltarão a se reunir às 14 horas na próxima quinta-feira. O objetivo do encontro, que pode durar um ou mais dias, será o início de um novo processo de negociação, para enfim definir um acor-

do com relação às reivindicações do movimento.

“A CUT assistiu o movimento e deu uma certa organicidade. Eles marcaram uma reunião conosco, vieram no MPT-ES, e nós acionamos o governo. O governo apontou algumas condições para negociar, mas veio. A participação do MPT-ES, do TRT-ES e da Defensoria ocorreu porque essas instituições têm propriedade em conciliação,

mediação”, explicou Tozi.

Entre as condições do governo para essa negociação, estavam a presença das associações dos militares, a paralisação do movimento e a comunicação da reunião à imprensa. A única condição não atendida foi a presença das associações. Elas serão acionadas na próxima quarta-feira para comparecerem ao novo processo de negociação.

“Desde a última reunião,

o que foi dito é que o governo aceitaria uma nova conversa desde que a PM voltasse às ruas, até que a normalidade fosse estabelecida. E foi o que fizemos. Só que ao invés de aguardar passivamente que o movimento terminasse, nos reunimos”, esclareceu o secretário da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Júlio Pompeu.

Pompeu ressaltou que, ao contrário das outras

seis reuniões, essa foi mais tranquila. “Havia de todas as partes um norte comum muito claro, ‘olha, nós queremos dialogar, queremos que esse movimento chegue ao fim, já é um desgaste muito grande para todo mundo’. Foi uma noite longa e cansativa, mas valeu a pena”, declarou.

A demora foi explicada pela necessidade que os participantes da reunião tiveram de sair do MPT-ES para ir até alguns batalhões da PM negociar com as mulheres dos policiais. E, ao final do encontro, elas definiram esse momento como maduro e consciente.

“Nós temos plena convicção de que o governo há de cumprir com a palavra dele. Chegamos a um ponto de amadurecimento de ideias, dos dois lados, e houve esse canal aberto, e ele há de cumprir. Esse é um processo mais maduro e consciente, e com a ajuda do governo vamos chegar ao nosso objetivo”, afirmou a advogada Gilmar Vazzoler.

PONTOS DO ACORDO

◀ QUE FOI NEGOCIADO

▶ Fim da greve dos PMs

Após a discussão de propostas de ambas as partes, as mulheres dos PMs e o governo do Estado negociaram a desobstrução das portas dos quartéis a partir do meio-dia de ontem.

▶ Novos PADs

Não serão abertos novos PADs, mas os que já foram iniciados serão mantidos. Não haverá anistia às punições que

já foram determinadas. Os policiais que respondem a Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PADs RO) e estavam afastados vão retornar ao trabalho. O afastamento que iria acontecer será cancelado.

▶ Retorno dos PMs transferidos

Os PMs terão um prazo de até 45 dias para se apresentarem nos

batalhões para onde foram transferidos para voltarem ao batalhão ao qual fazia parte antes da greve. O governo vai promover essa transferência.

▶ Mudanças em unidades da PM

O governo se comprometeu em alterar e reformular unidades da PM, com o compromisso de não transferir policiais.

PUNIÇÕES

TIPOS INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM)

▶ O que é

Processo penal, que não implica no afastamento das funções. Os militares respondem pelo crime de motim ou revolta, o que pode resultar em pena de até 20 anos.

▶ Total de alvos

2.580

▶ Como é

A investigação começa na Corregedoria da PM e depois segue para a Justiça Militar.

CONSELHO DE DISCIPLINA

▶ O que é

Processo administrativo cujos alvos são militares com estabilidade, ou seja, que possuem mais de 10 anos na corporação. São acusados de transgressões disciplinares previstas no regulamento da PM.

▶ Total de alvos

36

PAD RO

▶ O que é

O Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD RO) é destinado aos PMs que têm menos de 10 anos de atuação.

▶ Consequências

Enquanto respondem ao PAD, ficam afastados, têm que entregar seus coletes e armas e deixam de receber a escala especial, que representa cerca de 25% dos rendimentos.

▶ Total de alvos

235

ESPECIAL SEGURANÇA

PRISÃO PARA 4 PMs POR INCITAR MOTIM

Entre eles estão o Capitão Assunção e o coronel Foresti

« A prisão de quatro policiais militares que participaram ativamente do movimento grevista foi decretada na última sexta-feira pelo juiz da Vara da auditoria Militar, Getúlio Pereira Neves. O pedido foi endossado pelo Ministério Público Estadual. Três dos PMs não foram localizados na manhã de ontem e um quarto resistiu à detenção. Todos são considerados foragidos.

Eles são acusados de incitar o movimento grevista e de aliciamento de outros policiais, com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

Dentre os militares está o ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio

MILITARES

3

policiais

Não haviam sido localizados na manhã de ontem, e um resistiu à detenção.

Castelo de Assunção, mais conhecido como Capitão Assunção. Ele se envolveu em uma confusão na manhã de ontem ao lado do 4º Batalhão, em Vila Velha, no momento em que seria preso com a presença do coronel Ilton Borges, da Corregedoria da PM. Ele conseguiu fugir.

Por nota a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) informou que na manhã de ontem houve uma tentativa de efetuar a prisão do capitão, mas que "houve resistência por parte de um dos intimados, que fugiu do local. A PM destaca que não houve uso de força na ação".

Ainda segundo a nota da Sesp, os outros mandados não foram cumpridos porque os policiais não foram encontrados.

Outro com a prisão decretada é o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti. No último dia 8 ele teve uma crise nervosa no Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), no



Capitão Assunção e tenente-coronel Foresti são acusados de incitar o movimento

FOTOS: MARCELO PREST - 31/08/2015 E ARQUIVO

Ciodes e foi levado para ao Hospital da Polícia Militar, de onde foi liberado.

Ontem ele postou em perfil em rede social que estava em Itaperuna, no Rio de Janeiro, e que se apresentaria à Polícia Militar carioca. Informou que foi procurado em sua casa na manhã de ontem, mas que repousava "em uma estância".

Também estão sendo procurados o soldado Maxsom Luiz da Conceição e o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, mais conhecido como Sargento Robson. Os dois são presidente e vice-presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem).

OPINIÃO DA GAZETA

O dia seguinte

« Com o fim da greve da PM, é fundamental que as autoridades públicas se debrucem sobre as causas da tragédia. Foram quase 200 mortos. Os prejuízos para a economia são incalculáveis. O movimento deixou um trauma na sociedade, que levará algum tempo para cicatrizar. Os órgãos de inteligência falharam na identificação do movimento? O governo poderia ter

agido antes? Quem estaria por trás de um motim tão agressivo e inicialmente tão coeso? Tudo isso deve ser esclarecido. A imagem da PM precisa ser restaurada. O coronel Nylton pediu desculpas à sociedade, um belo gesto. A ordem pública e a paz social agora podem ser restabelecidas. Mas os responsáveis precisam ser exemplarmente punidos.

Governador agradece a tropas federais por apoio

« O governador Paulo Hartung se reuniu na manhã de ontem com o general Adilson Katibe, comandante da Operação Capixaba de atuação das forças armadas no Espírito Santo.

No encontro, o governador agradeceu o trabalho que vem sendo desenvolvido e destacou a importância da atuação do Exército e da Força Nacional em território capixaba.

"Reforço o meu agradecimento, assim como o das pessoas do nosso Estado.



Hartung se reuniu com o general Adilson Katibe

PEDRO DUTRA/SECOM-ES

CRUCIAL

"O trabalho das forças federais no Espírito Santo foi crucial em um momento delicado e desafiador"

PAULO HARTUNG
GOVERNADOR

O trabalho das forças federais no Espírito Santo foi crucial em um momento delicado e desafiador, nos ajudando a restabelecer a ordem. A permanência no

Estado tem sido de fundamental importância, com ações que contribuem para a crescente normalidade", declarou o governador do Estado.

CÚPULA

Poucas horas antes de receber o general Katibe, Hartung se reuniu com a cúpula da segurança pública estadual.

No encontro, o governador, o secretário de Segurança Pública, André Garcia, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodri-

gues, fizeram uma avaliação do trabalho realizado até o momento e discutiram a agenda para os próximos dias.

As tropas federais estão atuando no Espírito Santo desde a madrugada do último dia 7, três dias depois do início da greve dos policiais militares. O Ministério da Defesa garantiu a presença dos homens das Forças-Armadas e da Força Nacional no Estado, pelo menos até o próximo dia 8 de março. A decisão foi tomada antes do fim da greve dos PMs.

ESPECIAL SEGURANÇA

GRUPO DE BOLSONARO ARTICULOU O MOVIMENTO

Levantamento mostra participação de aliados do deputado

Um grupo político ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) esteve na linha de frente da comunicação e da logística do motim que parou a Polícia Militar do Espírito Santo no início deste mês, segundo levantamento do jornal O Estado de São Paulo em conjunto com uma equipe de especialistas em redes sociais.

Entre os nomes que constam desta rede de apoio estão o ex-deputado federal Capitão Assunção e o deputado federal Carlos Manato (SD-ES), aliados de Bolsonaro no Estado. A Polícia Federal (PF) investiga a origem do movimento, que durou de 4 a 25 de fevereiro, período em que ocorreram 199 homicídios na Grande Vitória e em cidades do interior.

Um relatório parcial da PF, de 17 de fevereiro, ao qual a reportagem teve acesso, cita os nomes de Assunção, de Manato e de assessores. O documento alerta para a possibilidade de falta de policiais nas ruas durante o carnaval.

Uma intensa troca de mensagens foi identificada entre pessoas ligadas ao grupo, influente na PM capixaba. Publicações do próprio Bolsonaro atingiram recordes de visualizações nos dias de paralisação. Em um vídeo Bolsonaro critica o governo do Estado, defende a polícia, alerta para a possibilidade de o movimento se espalhar para outros Estados e faz propaganda do nome do



Mulheres acampadas em frente ao quartel; assessora de deputado chegou a levar alimentos para elas

Capitão Assunção, que, segundo aliados, almeja voltar à Câmara em 2018.

A movimentação na internet antecede a presença massiva de familiares dos policiais na frente dos batalhões da Polícia Militar, um cenário que ganhou corpo a partir da manhã do sábado, dia 4. No dia anterior, sexta-feira, o ex-deputado Capitão Assunção, divulgou no Facebook uma lista de reivindicações da categoria e as primeiras imagens de mu-



Bolsonaro (PSC-RJ) fez vídeo apoiando PMs

lheres que faziam protesto em um batalhão na Serra.

Na noite da véspera do início do motim, o empresário Walter Matias Lopes, militar desligado da polícia, alertou seus seguidores: "Amanhã a Polícia Militar vai parar. Pior Salário do Brasil". Em seguida, convocou: "Você, admirador da Polícia Militar, está convidado para participar do movimento amanhã". Matias é companheiro de Izabella Renata Andrade Costa, funcionária comis-

sionada do gabinete de Carlos Manato, que é pré-candidato ao governo do Espírito Santo com o argumento de que, assim, dará palanque a Bolsonaro.

Além de também incentivar a manifestação, Izabella engrossou as fileiras em frente aos quartéis e ajudou a distribuir alimentos às mulheres, segundo publicou em sua conta no Facebook. Bolsonaro não respondeu aos questionamentos da matéria. Assunção não foi localizado.

Deputado vai exonerar assessora

O deputado federal Carlos Manato (SDD-ES) informou que irá exonerar a funcionária comissionada de seu gabinete, Izabella Renata Andrade Costa. Ela foi citada no relatório da Polícia Federal por ter incentivado a manifestação que parou a Polícia Militar capixaba.

A funcionária e o deputado estariam ligados a um grupo político ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ). Além de também incentivar a manifestação, Izabella engrossou as fileiras em frente aos quartéis e ajudou a distribuir alimentos às mulheres, segundo publicou em sua conta no Facebook.

"Só fiquei sabendo que ela foi para frente do Batalhão e o marido disse que não foi. Ela apenas cuida das minhas redes sociais. Eu não dei autorização para realizar nada e não vou pagar por algo que eu não fiz", comenta.

Ele negou ter incentivado o movimento dos policiais e afirmou que não lucrou politicamente com a crise na segurança. Defensor do armamento da população, ele apresentou projeto de anistia dos policiais.

Secretário: "terrorismo digital" veio de fora do Espírito Santo

Investigações monitoradas pelo governo do Estado apontam que 80% do que foi publicado nas redes sociais durante a greve da Polícia Militar – principalmente os boatos – tem ligação com um grupo articulado que usou o movi-

mento para fins políticos e econômicos. É a chamada "bancada da bala", que tem interesse no fim do desarmamento.

As investigações mostram que as publicações vieram de fora do Estado, ou até mesmo de ou-

tros países. Quem afirma é o secretário da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, Eugênio Ricas.

"Está sendo feita uma análise profunda de inteligência, de mídias sociais, desde o começo

do movimento. Ela mostra que 80% desse terrorismo digital veio de fora do Estado, e até de outros países. Isso é um indicador que demonstra dois interesses: político e econômico, ligado à indústria de armas", explicou.

O secretário acrescentou ainda que o grupo pode ser penalizado criminalmente.



Eugênio Ricas: mensagens vieram de outros países

GUILHERME FERRARI - 07/02/2017

FRED LOUREIRO/SECOM-ES

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Acaba a greve da PM

Mulheres de policiais liberaram a frente dos batalhões após acordo com o governo, que prevê revisão dos processos aos PMs

Após quase nove horas de negociações, mulheres e familiares de policiais militares aceitaram desocupar as frentes de batalhões e unidades da PM que ainda permaneciam bloqueadas em 17 municípios, incluindo Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

O fim da greve ocorreu após a Central Única dos Trabalhadores (CUT) intermediar a negociação entre as mulheres e o governo, convidando ainda o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) e a Defensoria Pública da União.

Na próxima quinta-feira, quando as mulheres voltam a negociar suas reivindicações com o governo do Estado, a partir das 14 horas, na sede do MPT, a CUT e as demais instituições continuarão fazendo parte da mesa de conversas.

"Acredito que as próximas discussões serão mais técnicas, objetivas e sem muito desgaste emocional. Todos nós continuaremos participando das negociações", afirmou o procurador-chefe do MPT, Estanislau Tallon Bozi.

Porta-voz do movimento das mulheres, Lais Soares explicou que as próximas negociações trarão de volta à pauta questões financeiras. "A gente vai retomar todas as reivindicações que apresentamos, reestruturar a pauta e colocar em negociação com o governo, junto com todas as instituições



VIATURA sai do portão do Quartel do Comando Geral, em Vitória, após mulheres de policiais desmontarem barracas que bloqueavam saída de veículos

que estavam aqui hoje (ontem)", esclareceu Lais.

Em troca do desbloqueio dos batalhões, o governo do Estado se comprometeu a não abrir mais nenhum processo disciplinar (PADS-RO e Conselho de Disciplina) contra os policiais e pedir suspensão temporária, por 15 dias, prorrogáveis, dos que já foram instaurados.

Quando o trâmite for retomado, todos os processos serão acompanhados pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Além disso, o governo se comprometeu a desistir das ações judiciais cíveis movidas contra fami-

liares de policiais e contra as associações de classe.

Em relação às 143 transferências assinadas pelo comandante-geral da corporação, coronel Nilton Rodrigues, elas serão tornadas sem efeito. O governo promoverá o retorno dos PMs a seus postos originais até 45 dias, após a data de publicação.

Outro ponto do acordo foi o retorno de policiais cedidos a outros órgãos, como Ministério Público Estadual, retornarem aos quadros da PM. E, por último, instaurar a mediação do MPT e do TRT-ES a partir da próxima quinta-feira.



GRUPO de mulheres de policiais com o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Estanislau Tallon Bozi, e o secretário de Direitos Humanos, Júlio Pompeu

Ajuda para encerrar paralisação

O secretário de Direitos Humanos e porta-voz do Comitê Permanente de Negociação criado pelo governo do Estado, Júlio Pompeu, destacou a entrada da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como decisiva para a retomada das negociações.

"Com uma contribuição fundamental da CUT, sentamos aqui para, junto com o movimento de mulheres, acordarmos os termos do retorno dos policiais às ruas, os termos do retorno à normalidade, para que a gente possa estabelecer não só um canal de diálogo para essa situação específica, mas para o futuro da Polícia Militar", disse.

Já os processos disciplinares passam a ser acompanhados pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, medida para que não haja "perseguições a policiais".

"Punições desnecessárias não são um bom começo para essa Po-



lícia Militar, que nós, juntos aqui, vamos discutir, transformar e construir", declarou.

Pompeu explicou ainda que, apesar do desbloqueio dos batalhões e do retorno de 100% do efetivo da PM às ruas em todo o Estado, ainda não é possível dizer quando a Força-Tarefa Conjunta

Capixaba deixará o Espírito Santo. O último prazo estabelecido é o dia 8 de março.

"Acredito eu que o prazo do uso de forças federais deva ser cumprido para ajudar nesse processo de restabelecimento da confiança do cidadão capixaba no sistema de segurança pública", frisou.

ACORDO ENTRE GOVERNO E MULHERES DE PMS

Nova negociação na quinta-feira

Processos disciplinares

> NÃO HAVERÁ abertura de novos processos disciplinares contra policiais, os chamados Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD-RO) e Conselho de Disciplina (CDs). Até ontem, tinham sido instaurados 235 PADS-RO e 36 CDs.

> OS PROCESSOS já instaurados serão suspensos temporariamente por 15 dias, podendo o prazo ser prorrogado, para que as negociações entre as mulheres e o governo do Estado possam avançar. Além disso, os PADS-RO e CDs serão acompanhados pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Ações judiciais

> O GOVERNO DO ESTADO se comprometeu a desistir das ações judiciais cíveis movidas, por meio de sua Procuradoria, contra familiares de policiais e associações de classe.

Transferências

> OS 143 POLICIAIS que haviam sido transferidos de batalhões da Grande Vitória para o interior deverão retornar a seus postos originais em até 45 dias da data de publicação, desde que se apresentem aos locais de transferência aos quais foram designados.

Policiais cedidos

> OS POLICIAIS que se encontram cedidos a outros órgãos públicos, como o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Justiça, os chamados policiais adidos, devem retornar aos quadros da corporação.

Mediação

> O PROCESSO DE MEDIAÇÃO será aberto pelo Ministério Público do Trabalho pelo Tribunal Regional do Trabalho na próxima quinta-feira.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Comandante afirma que confia em sua tropa

Coronel Nylton Rodrigues se desculpou com os capixabas e demonstrou confiança com o retorno às ruas

Com o fim da greve dos policiais militares no Estado, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, se desculpou com os capixabas e demonstrou confiança. "Eu confio na tropa, eu respeito a tropa, eu tenho admiração pela tropa. E é justamente essa tropa que vai fazer o resgate da nossa instituição", disse, na manhã de ontem.

O pronunciamento foi feito no Quartel do Comando Geral (QCG) da PM, durante coletiva de imprensa. O coronel não especificou quantos policiais estão nas ruas, mas garantiu que os militares retornaram em sua totalidade, em todo o Estado.

Ele disse que todo o planejamento de segurança para o Carnaval será executado e ainda terá o apoio das forças federais.

O coronel fez uma avaliação do movimento.

"O que verificamos é que muitos bons policiais, com excelentes serviços prestados, embarcaram no avião, em um voo sem rumo. Então, nosso papel, o papel do comando-geral, a partir de agora, é estabelecer uma pista de pouso para que eles pousem, com segurança e dignidade e continue prestando o excelente serviços para sociedade", frisou.

Sobre as reivindicações dos manifestantes, o coronel destacou que pretende se tornar o interlocutor institucional da tropa, junto ao governo do Estado, inclusive, para tratar dos anseios da categoria.

Porém, adiantou que não está previsto reajuste salarial aos policiais, por motivos financeiros.

Para Rodrigues, a PM sairá mais fortalecida. "Com certeza, absolu-

ta a Polícia Militar sairá mais fortalecida. Nossa Polícia Militar se tornará a melhor desse País".

DESCULPAS

O comandante pediu desculpas em nome dos policiais militares que se foram.

"Quero registrar o nosso pedido de desculpas por este momento terrível e trágico para todos nós, por termos desassistido o povo deste Estado. Mas agora estamos de volta em nossa totalidade, e a população pode voltar a contar conosco. Porque nós cumpremos a nossa missão".

OS NÚMEROS

10 mil
trabalham na PM
2.500 PMs
é o efetivo diário no Estado



CORONEL NYLTON RODRIGUES disse que será interlocutor do Estado

O QUE ELE DIZ SOBRE

Policamento nos balneários

Retorno

"Nessas últimas três semanas, a Polícia Militar vem retornando a sua rotina operacional. Usamos a estratégia das chamadas em locais externos às unidades, justamente para evitar qualquer tipo de confronto com as mulheres que ali estavam.

A nossa premissa número um dessa crise era evitar a utilização do uso progressivo da força e isso foi feito. A premissa número dois era resolver essa crise, através da conversa, da negociação, da razoabilidade e bom senso e também foi feito".

Carnaval

"Existe todo um planejamento para o Carnaval que será executado. E estamos com as Forças Armadas. Agora, esse planejamento terá um reforço com 100% do efetivo da Polícia Militar. Sem dúvidas, as escalas voltam à sua totalidade e as Forças Armadas continuam em nosso Estado.

A PM tem quase 10 mil homens em suas fileiras, que trabalham em regime de escala e policiamento ordinário e extraordinário. Estaremos presentes em todo o Espírito Santo, em pontos com maior concentração de pessoas, como os balneários".

Força-Tarefa

"O decreto prevê a permanência até o dia 8 de março. A partir daí, será feita uma análise da situação do Estado, se continua ou não".

Investigações

"O inquéritos policiais militares foram instaurados e as investigações vão transcorrer normalmente, assim como os procedimentos administrati-



POLICIAL faz patrulhamento

vos também.

As condutas serão individualizadas e aquele que retornou vai ter isso como sua defesa. Em relação aos procedimentos administrativos, vamos contribuir demais para a solução desses procedimentos.

No procedimento administrativo de rito ordinário, automaticamente, o policial está afastado. Eu vou publicar o cancelamento desse afastamento, uma vez que ele retornou ao trabalho".

Reestruturação

"A Polícia Militar possui um órgão chamado Estado Maior Geral, que é justamente o órgão que estuda ações institucionais. Esse órgão está estudando essa possibilidade (mudanças na Rotam e no Batalhão de Missões Especiais - BME). Isso é alvo de estudo para que possamos realinhar algumas coisas. É alvo de estudo."

Reintegração para PMs afastados que forem trabalhar

Os policiais voltaram às ruas e, segundo o Comando-Geral da Polícia Militar, os militares que foram afastados e retornaram ao trabalho serão reintegrados às escalas.

"Ficou estabelecido que a conduta dos policiais será individualizada e o retorno ao policiamento vai colaborar para a sua defesa. Inclusive, aqueles policiais que retornaram e estão respondendo a procedimento administrativo de rito ordinário, procedimento de missão e estão cumprindo suas escalas, deixaram de ser afastados e retornaram às suas atividades normalmente", explicou o coronel Nylton Rodrigues.

O coronel ressaltou que não haverá nenhum tipo de perseguição. "Tanto os inquéritos policiais militares instaurados, quanto as investigações vão correr normalmente, assim como os procedimentos administrativos também", informou.

Sobre os militares transferidos, o comandante disse que, no período aproximado de 45 dias, eles devem voltar à rotina operacional na unidade em que eles já pertenciam.

O especialista em Direito Penal e Processual Penal Tadeu Fraga, e o especialista em Direito Disciplinar Militar Victor Abreu informaram que já haviam ingressado com mandado de segurança coletivo, alegando que as transferências não atendiam ao princípio da finalidade, visto que, diante das circunstâncias, a motivação para a medida não foi o interesse do serviço, mas sim, uma forma de punir de maneira indireta os policiais.

Investigação para crimes cometidos por policiais

As investigações de crimes penais militares cometidos por policiais capixabas durante o movimento paredista das famílias bloqueando as entradas de unidades da Polícia Militar não serão interrompidas.

O acordo foi firmado tanto por representantes do governo do Estado que negociavam o fim do movimento dos familiares, quanto pelas mulheres de PMs.

Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) seguem o Código Penal Militar e estão tramitando na Justiça Militar.

"Os inquéritos estão na mão da Justiça e, com eles, não podemos, como agentes públicos, transigir. Nesses processos, apuram-se crimes graves muitas vezes. Nem o Estado e nem o movimento é conivente com o crime. Nossos policiais não são coniventes com a prática

criminosa", afirmou o secretário de Direitos Humanos, Júlio Pompeu.

Segundo ele, são crimes que estão sendo apurados por meio de IPMs que podem ser federalizados, caso esse pedido seja feito pela Procuradoria Geral da República (PGR) ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A pedido da PGR, o governo do Estado já encaminhou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informações sobre crimes que estão sendo apurados e que teriam sido cometidos por policiais com patente de oficial (2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel).

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turbino, apenas crimes previstos no Código Penal comum, como homicídios, podem ser federalizados.



RODRIGO JANOT: possibilidade de federalização de crimes de militares

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Jornal afirma que grupo de Bolsonaro ajudou na greve

Segundo publicação, políticos e policiais ligados ao deputado teriam dado início às postagens em favor do movimento de greve

A articulação do movimento que paralisou os trabalhos da Polícia Militar no Estado durante 22 dias em fevereiro foi atribuída a um grupo político ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), segundo o jornal O Estado de São Paulo.

Segundo a edição publicada ontem pelo jornal, políticos e policiais ligados ao deputado teriam não só dado início às publicações em favor do movimento, como também alimentado as redes sociais com boatos e notícias em favor dos policiais aquartelados.

A reportagem menciona um levantamento feito pelo jornal com especialistas em redes sociais, que teriam chegado ao nome do ex-deputado federal Capitão Assunção (PMB). O perfil de Assunção nas redes sociais seria a origem da primeira postagem anunciando o movimento um dia antes da primeira paralisação e já divulgando reivindicações dos policiais.

"Já que os militares não podem se manifestar, os familiares estão fazendo por eles", escreveu Assunção em sua postagem, com quase 300 mil compartilhamentos.

Ele, que usa a foto de Bolsonaro na capa da conta no Facebook, é ci-



BOLSONARO fez publicação nas redes sociais sobre a greve da PM no Estado, que teve mais de 2 milhões de visualizações

tado na reportagem como sendo "braço direito de Bolsonaro", e já teria sido mencionado pelo próprio deputado em uma postagem com 2 milhões de visualizações.

Outro capixaba apontado pelo jornal é o deputado federal Carlos Mannato (SD) que, próximo a Bolsonaro, chegou a se oferecer para concorrer ao governo capixaba na declarada intenção de fazer palan-

que ao presidencial em 2018, caso ele migrasse para o SD.

Segundo o levantamento, a servidora Izabella Andrade Costa — lotada no gabinete de Mannato — seria uma das principais articuladoras do movimento nas redes sociais e, inclusive, teria trabalhado dando suporte presencial ao motim.

Izabella é casada com Walter Lopes Matias, ex-soldado da PM,

apoiador de Bolsonaro e pré-candidato à Assembleia Legislativa.

"Não sou líder nem cabeça de movimento. Nem eu nem a Izabella", afirmou Matias que, teria apagado suas postagens em apoio ao motim logo após serem procurados pelo O Estado de São Paulo.

Capitão Assunção e Bolsonaro foram procurados, mas não foram localizados pela reportagem.

ENTENDA

Milhões de visualizações

A publicação do deputado federal Jair Bolsonaro teve mais de 2 milhões de visualizações. No post sobre o movimento da PM do Espírito Santo, em 6 de fevereiro — dia mais tenso do motim — o deputado fez menção ao Capitão Assunção, o chamando de um colega de "todas as batalhas".

Lista de pedidos

O ex-deputado federal Capitão Assunção publicou no Facebook uma lista de reivindicações do protesto e imagens de mulheres na frente de um quartel, no dia 3 de fevereiro, um dia antes do início da greve. Bolsonaro lamentou no vídeo que fez sobre o movimento que Assunção não tinha sido reeleito.

Bloqueio

Izabella Andrade Costa é servidora comissionada responsável por movimentar as contas do deputado Carlos Mannato (SD) nas redes sociais. Teria participado do grupo de mulheres que bloqueou as entradas dos quartéis durante o motim. Trabalhou no transporte e distribuição da alimentação.

Divulgação

Casado com Izabella Andrade Costa, Walter Lopes Matias é ex-soldado da PM capixaba e pré-candidato à Assembleia Legislativa. Tem empresas de seguros voltadas para militares. Usou suas contas na rede social para divulgar o início do motim.

Suposto palanque

Principal aliado de Bolsonaro no Estado, Mannato teria oferecido ao colega seu palanque como candidato ao governo para que migrasse ao seu partido. Com a negativa de Bolsonaro de ir ao Solidariedade, Mannato segue como candidato à reeleição e mantém apoio ao presidencial em 2018.

Fonte: Estado de São Paulo

Mannato vai exonerar servidora

Citado pela reportagem do O Estado de São Paulo como parte da rede em apoio a Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que teria articulado o movimento dos policiais, o deputado Carlos Mannato (SD) não negou sua proximidade com o colega e prometeu exonerar a servidora envolvida no processo.

"Vou tomar algumas medidas a respeito disso. Ela (Izabella Costa) vai ser exonerada na quinta-feira. No primeiro dia útil. Já conversei com meu advogado", disse o deputado, que prometeu ainda levar seu aparelho celular à Polícia Federal no mesmo dia.

"Vou à Polícia Federal levar meu celular. Quero quebrar meu sigilo para eles verem se tem uma mensagem sequer em que eu teria incentivado o motim", afirmou Mannato.

O deputado também tentou isentar Bolsonaro de uma possível proximidade com o movimento grevista. Segundo ele, a influência do parlamentar nas redes sociais não pode ser confundida com o incentivo às manifestações.

"Qualquer coisa que ele (Bolsonaro) faz, tem no mínimo 1,5 mi-

lhão de interações. Ele não foi lá na manifestação apoiar ou condenar ninguém", defendeu o deputado.

Questionado se teria ganho capital político com o processo, Mannato foi categórico ao dizer que teve um desgaste ao oferecer anistia aos policiais. "A experiência era que condenações naquele momento piorariam a situação que já

não era nada boa", justificou.

Sobre concorrer ao governo, Mannato usou a sinceridade e amenizou: "Não tenho capital político para isso".

Segundo ele, o único motivo que o faria concorrer ao governo seria uma migração de Bolsonaro ao seu partido, o que foi descartado pelo deputado carioca.



MANNATO tentou isentar Bolsonaro de possível proximidade com a greve

Secretário faz alerta sobre "terrorismo digital"

O secretário de Estado de Controle e Transparência (Secont), Eugênio Ricas, atribuiu a "fontes externas" a publicação e divulgação de informações que fomentaram o movimento dos policiais militares no Espírito Santo.

Segundo ele, a origem de algumas das postagens seriam de computadores de outros estados e até mesmo de fora do País. "Detectamos que 80% desse terrorismo digital foi feito de diferentes pontos do País, e até de fora dele, como da Malásia, por exemplo", disse Ricas que está à frente de uma investigação feita pela Secont.

Para o secretário, o fato das mensagens terem origem não dentro dos batalhões da PM, mas fora dos limites do Estado traria motivos políticos e econômicos à tona.

"Claro que a gente não descarta a possibilidade de comandantes da PM estarem juntos, mas isso demonstrou que estavam por trás desse movimento interesses políticos e econômicos muito fortes".

Sobre o envolvimento de pes-



EUGÊNIO RICAS faz investigações

soas ligadas a Jair Bolsonaro nas postagens, o secretário não confirma a ligação mas lembra que a investigação segue em curso.

Várias tentativas de invasão de perfis do governo nas redes sociais foram confirmadas pela assessoria do governo desde o início da crise e os números aumentaram nos últimos dias.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Justiça pede a prisão de quatro policiais

Mandados começaram a ser cumpridos e um tenente-coronel se entregou no Rio. Militares respondem a inquéritos

A Justiça pediu, na sexta-feira, a prisão preventiva de quatro policiais militares. Essas são as primeiras detenções decretadas a PMs que respondem a Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Ao todo, 2.580 PMs respondem a inquéritos, que foram instaurados por determinação do Comando-Geral da corporação. No entanto, isso não significa que todos terão a prisão decretada. Cada caso será analisado individualmente. Os mandados começaram a ser cumpridos na manhã de ontem.

Os quatro policiais, que são um soldado, um sargento, um capitão e um tenente-coronel, são acusados de incitar a greve e o bloqueio nos batalhões, que terminou na manhã de ontem.

O soldado Maxson Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agen), confirmou a reportagem que um mandado de

prisão foi enviado à sua residência. Ele afirmou ser inocente e que irá se reportar à Corregedoria da Polícia Militar após o Carnaval, devido ao fato de estar viajando.

Os advogados Valdenir Júnior, Victor Abreu e Tadeu Fraga, que representam o capitão Lucínio Castelo de Assunção — mais conhecido como capitão Assunção — e o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, o sargento Robson, disseram que aguardam por mais detalhes. No entanto, já informaram que o sargento se apresentará amanhã à Corregedoria.

Fontes da Justiça informaram que o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti teve também o mandado de prisão decretado. O militar, que se encontra no Rio de Janeiro, se entregou ontem para a polícia carioca.

O pedido de prisão preventiva foi feito pela Corregedoria da PM, teve o parecer favorável do Ministério Público — por entender que havia elementos suficientes para as prisões — e decretado pelo juiz titular da Auditoria de Justiça Militar.

Sobre policiais investigados e possíveis prisões, o comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, não entrou em detalhes.

“Tudo que está sendo investigado, não posso me pronunciar”,



POLICIAIS conferem radiopatrulhas no 1º Batalhão (Vitória): investigação sobre condutas de militares na greve

Relatos de resistência

Uma confusão aconteceu durante um cumprimento de mandado de prisão de um dos militares suspeitos, em Vila Velha, próximo ao 4º Batalhão.

O militar, que foi identificado pela polícia como o capitão Assunção, teria resistido e conseguido fugir da abordagem, que foi registrada em vídeo.

“A Polícia Militar, por decisão judicial, foi cumprir, na manhã deste sábado (ontem), mandados de prisão de policiais militares por envolvimento no motim que paralisou as ações da PM no Estado. Houve resistência por parte de um

dos intimados, que fugiu do local”, explicou a polícia, em nota.

Testemunhas que estavam no local alegaram que militares que foram prender o PM teriam dado uma gravata no capitão e que mulheres teriam ficado feridas durante o cumprimento da ordem decretada pela Justiça. A alegação foi negada pela corporação.

“A PM destaca que não houve uso de força na ação. Os outros mandados não foram cumpridos porque os cidadãos não foram encontrados. Cada um dos citados é considerado foragido da Justiça”, finalizou a nota.

ENTENDA

Inquérito Policial Militar

- > É INSTAURADO para avaliar se o policial cometeu algum delito previsto no Código Penal Militar (CPM).
- > AS MEDIDAS são utilizadas para investigar os policiais por crimes de motim e revolta, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública.
- > O IPM tem prazo de 40 dias para conclusão, prorrogáveis por mais 20. Os dados podem mostrar se houve ou não indícios de crime.
- > SE HOUVER INDÍCIOS, o Ministério Público pode fazer representações. Caso o militar seja condenado pelo crime de revolta, pode ir para a cadeia e ser expulso da PM.

Força-Tarefa até março no Estado

Mesmo com a volta dos policiais às ruas do Estado, os militares das Forças Armadas e da Força Nacional permanecem em terras capixabas até o dia 8 de março. A informação é do tenente-coronel Boaventura, porta-voz da Força-Tarefa Conjunta Capixaba.

“O decreto presidencial estabeleceu a presença das Forças Armadas no Espírito Santo até o dia 8 de março”, frisou o oficial.

No entanto, explicou que o prolongamento da permanência pode ser avaliada pelos governos estadual e federal.

“Nós estaremos com o nosso efetivo. A operação não acabou para a gente. O fato de a Polícia Militar ter voltado significa mais meios para a gente garantir a lei e a ordem. Com essa totalidade de efetivo da PM, vamos fazer a segurança de um modo que ela continue e depois teremos uma fase de transição para deixar para a PM”, explicou Boaventura.

O tenente-coronel explicou que a transição é feita de forma gradativa. “A PM ficou um período nos batalhões sem atuar nas suas áreas. Só vamos sair depois que toda essa transição for feita. E uma passagem muito tranquila e com responsabilidade”, ressaltou o porta-voz da Força-Tarefa.



SOLDADOS em ação com viatura blindada: vigilância da Força-Tarefa

SAIBA MAIS

Militares experientes

Eventos

- > 3.454 MILITARES participam da força-tarefa instalada no Estado desde 6 de fevereiro.
- > FORAM CONVOCADOS militares do Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia (GO), Taubaté (SP), Juiz de Fora (MG) e Campos dos Goytacazes (RJ).

Fonte: Força-Tarefa Conjunta Capixaba

Agradecimentos para comandante de operação

O governador Paulo Hartung se reuniu com o general Adilson Katibe, comandante da Força-Tarefa Capixaba, na residência oficial na Praia da Costa, em Vila Velha, na manhã de ontem.

Durante o encontro, o governador agradeceu ao comandante pelo trabalho que vem sendo desenvolvido e destacou a importância da atuação das Forças Armadas e da Força Nacional no Estado.

“Reforço o meu agradecimento, assim como o das pessoas do nosso Estado. O trabalho das forças federais no Espírito Santo foi crucial em um momento delicado e desafiador, nos ajudando a restabelecer

a ordem. A permanência no Estado tem sido de fundamental importância, com ações que contribuem para a crescente normalidade”, declarou o governador.

REUNIÃO

Antes de receber o general Katibe, Hartung se reuniu com o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues.

No encontro, eles fizeram uma avaliação do trabalho realizado até o momento e discutiram a agenda para os próximos dias. O governo não informou detalhes da agenda.



PAULO HARTUNG e o comandante da Força-Tarefa Conjunta Capixaba, general Adilson Katibe, se encontraram ontem em Vila Velha, na residência oficial na Praia da Costa

ESPECIAL SEGURANÇA

OFICIAL QUE ESTIMULOU MOTIM DA PM ESTÁ PRESO

Carlos Alberto Foresti foi encaminhado para presídio militar

de VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

O tenente-coronel Carlos Alberto Foresti já está detido no Quartel de Maruípe, em Vitória. Ele se apresentou na tarde de sábado à Polícia Militar carioca, em Itaperuna, e na manhã de ontem foi encaminhado para o Presídio da Polícia Militar do Espírito Santo, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

O oficial é um dos quatro militares que tiveram a prisão decretada na última sexta-feira. Eles são acusados de incitar o movimento grevista e de aliciamento de outros policiais, com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

A prisão foi pedida pelo Ministério Público Estadual e decretada pelo Juízo da Vara da Auditoria Militar. Os quatro militares estão entre os primeiros a responderem a Inquéritos Policiais Militares (IPMs). O nome de Foresti e o do Capitão Assunção, outro que está sendo procurado, foi divulgado no Diário Oficial. A reportagem entrou em contato com os advogados deles, mas não obteve retorno.

No último dia 8, Foresti teve uma crise nervosa no



RICARDO MEDEIROS - 25/02/2017

Foresti veio do Rio de Janeiro e está detido no quartel da PM, em Maruípe



Ciodes e foi levado para ao Hospital da Polícia Militar, de onde foi liberado. Na ocasião, em entrevista para A GAZETA, o major Roger Almeida, vice-presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), relatou que tenente-coronel estava sob estresse e surtou ao saber da notícia de que policiais militares tinham

sido baleados em Flexal, Cariacica. Foi quando ordenou aos militares que trabalhassem no Ciodes que desligassem seus rádios.

No último sábado, Foresti postou em seu perfil em uma rede social que estava em Itaperuna, no Rio de Janeiro, e que se apresentaria à Polícia Militar carioca. Informou que foi procurado em sua casa, mas que estava em uma estância se recuperando.

Em nota divulgada ontem, a Sesp informou que o tenente-coronel entrou em contato com policiais mili-

tares da Corregedoria e tomou conhecimento do mandado de prisão que havia sido expedido em seu nome. "Às 17h40 de ontem, o oficial se apresentou na unidade da Polícia Militar de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro", diz o texto, acrescentando que na manhã de ontem ele foi trazido para Vitória. Ele foi encaminhado para o presídio no quartel, onde ficam detidos os militares.

A Sesp informou ainda que a PM "estará adotando medidas para cumprir as ordens de prisões dos ou-

tros três policiais militares com mandando de prisão ainda em aberto". Também são procurados o soldado Maxsom Luiz da Conceição e o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, o Sargento Robson.

Ao todo o comando da PM já anunciou a abertura de 2.580 IPMs, na área criminal, e na área administrativa outros 235 Processos Administrativos Disciplinares de Rito Ordinário (PAD RO) e 36 para Conselhos de Disciplina. Um mesmo policial pode responder a mais de um processo.

Foresti nega fuga do Estado

« Em seu perfil, em uma rede social, o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti informou que estava se recuperando de problemas de saúde, em Itaperuna, no Rio de Janeiro. Anunciou que iria se apresentar à Polícia Militar carioca. "Tomei conhecimento que foi expedido mandado de prisão preventiva contra a minha pessoa no ES. Não me informaram o motivo até o momento, mas parece ser relativo ao movimento das esposas dos policiais militares".

Assinalou que faria isto mesmo estando debilitado: "Apesar de passar esta noite na Unidade de Saúde de Raposo aqui no Rio de Janeiro. Com problemas sérios de pressão baixa, desidratação, vômitos e diarreia. E também estar afastado por 30 dias pelos médicos do HPM e com Junta Médica marcada para o próximo mês."

Disse que estava sem armamento e que "estava tentando repousar em uma estância", para recuperar a saúde. "Não tenho motivos para me esconder e jamais o farei", acrescentou.

Capitão Assunção ainda está foragido

« O ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assunção, mais conhecido como Capitão Assunção é outro militar que teve a prisão decretada e que, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), está foragido.

Na manhã do último sábado houve uma tentativa de prendê-lo em um ponto próximo ao 4º Batalhão, em Vila Velha. "Houve resistên-

cia por parte de um dos intimados, que fugiu do local. A PM destaca que não houve uso de força na ação", informa nota da Sesp.

O capitão, que também responde a um Inquérito Policial Militar (IPM), também é acusado de incitar o movimento grevista da PM e de aliciamento de outros policiais, com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

Assunção também teve

o seu nome vinculado a uma investigação da Polícia Federal relativa ao movimento paredista.

De acordo com matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, um grupo político ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) esteve na linha de frente da comunicação e da logística do motim que parou a PM. Entre os nomes que constam desta rede de apoio estão o de Assunção e

o deputado federal Carlos Manato (SD-ES), aliados de Bolsonaro no Estado. Manato nega a participação.

Um levantamento feito pelo jornal identificou uma intensa troca de mensagens entre pessoas ligadas ao grupo, influente na PM capixaba.

De acordo com o jornal, a movimentação na internet antecede a presença massiva de familiares dos policiais na frente dos bata-

lhões da Polícia Militar, um cenário que ganhou corpo a partir da manhã do sábado, dia 4. No dia anterior, sexta-feira, o ex-deputado Capitão Assunção, braço direito de Bolsonaro no debate de segurança pública na Câmara entre 2009 e 2011, divulgou no Facebook uma lista de reivindicações da categoria e as primeiras imagens de mulheres que faziam protesto na frente a um batalhão na Serra.



Assunção escapou da PM no último sábado

ESPECIAL SEGURANÇA

CENAS DO DOMINGO



GOIABEIRAS

▼ Mais policiamento

Os taxistas Jorge Rosa e Antônio Souza acreditam que o bairro está mais seguro. "Há policiamento nas ruas, muitos ficam circulando pelo bairro com a viatura".



JARDIM CAMBURI

▼ Carnaval

A educadora física Sarita Alves levou a filha de um ano para o carnaval em uma praça em Jardim Camburi. "Eu moro em Jardim da Penha e está tendo policiamento. Aqui eu ainda não vi, mas estou me sentindo mais segura".



PRAÇA DOS NAMORADOS

▼ Mais segurança

O médico Vicente Paulo levou os netos Gabriel e Daniel para a praça. "O carro de polícia passa com frequência, estou me sentindo mais seguro".

POPULAÇÃO VOLTA A VER POLICIAIS PELAS RUAS

Com fim da greve, policiamento é maior em praças, praias e bairros

RAQUEL LOPES
rlopes@redgazeta.com.br

Com o fim da greve da polícia militar, ontem já foi possível ver uma maior circulação dos PMs em praças, praias e bairros de Vitória. A sensação de segurança, aos poucos, começa a voltar para os capixabas. O jornal A GAZETA circulou por diversos pontos da cidade e presenciou e ouviu relatos de moradores.

A concentração maior de militares foi vista em praças e praças de Vitória. Na Curva da Jurema e Praia de Camburi havia a presença constante deles. Na última, por exemplo,

uma viatura e seis policiais realizavam o patrulhamento ostensivo.

A aposentada Catarina Tostes Arruda, de 53 anos, aproveitou o domingo de carnaval para levar os sobrinhos, que moram em São Paulo, para a praia. "Da nossa casa em Jardim da Penha, passamos pela Ilha do Boi e viemos aqui, estamos vendo policiais militares e com a sensação de mais segurança".

A reportagem também circulou pela Praça dos Namorados, Praça da Ciência e Praça do Papa. Em todas, foram vistos policiais. A presença de-



Policiais militares atuavam ontem na região da Ponte de Camburi, em Vitória

les também foi vista dentro de bairros em Vitória, como em Goiabeiras e em Jardim Camburi. Em Goiabeiras, por exemplo,

o taxista Jorge Luiz Rosa, de 58 anos, afirmou que o policiamento ostensivo está ocorrendo em todo o bairro.

"A sensação de segurança aumentou. Há bastante policiamento nas ruas, muitos ficam circulando pelo bairro com a viatura,

alguns fazem o patrulhamento a pé em Goiabeiras, andam sempre em grupo".

SERRA

Apesar do fim da greve da PM e do consequente aumento do efetivo, moradores de algumas regiões da Grande Vitória relatam que a presença de policiais ainda é tímida.

Em Manguinhos, na Serra, moradores dizem que não está havendo policiamento. Um morador de 33 anos relatou que no sábado um carro de funk chegou ao local, havia gente armada e moradores tiveram que ficar trancados em casa. "Não havia policiamento", diz.

CARIACICA

PM preso após atirar em carro de colegas

Um cabo da Polícia Militar do Espírito Santo foi detido por soldados do Exército após atirar três vezes contra um veículo no qual estavam outros quatro policiais militares. O crime aconteceu na madrugada de ontem no bairro Jardim

América, em Cariacica. Além de tentativa de homicídio, o policial também foi autuado por porte ilegal de arma, que estava vencido, e por dirigir embriagado. O cabo foi levado para o Quartel da PM, em Maruípe.

GRANDE VITÓRIA

Domingo teve três mortes em uma hora

Em apenas uma hora tarde de ontem, três pessoas foram mortas. Em Vila Velha, às 16h, um casal de moto passou atirando na Rua do Coqueiro, no bairro Divino Espírito Santo, e matou o autônomo Wederson Pereira Sunderhus, 33, que tinha um manda-

do de prisão em aberto. Ele levou 2 tiros na cabeça. Às 16h30, no bairro Jardim Marilândia, em Vila Velha, Carminelo Moises Pinto, 57 anos morreu com 4 tiros. Na Serra, um adolescente levou 3 tiros em frente ao Terminal de Carapina, às 17h, e morreu.

CARIACICA

Pizzaiolo é morto e tem casa incendiada

O pizzaiolo Adão dos Reis Camargo, 47, foi assassinado com um corte no pescoço, dentro da casa onde morava, na madrugada de ontem, no bairro Rosa da Penha, em Cariacica. A residência foi revirada e incendiada. Segundo a polícia, o motivo

pelo qual Adão foi morto ainda não foi identificado. Ele era homossexual e teria chegado em casa acompanhado, de acordo com testemunhas. Nenhum suspeito foi preso. O caso será investigado pela Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cariacica.

FIM DA GREVE DA PM

Tenente-coronel é levado para a prisão

Acusado de incitar greve, Carlos Foresti já está no presídio da PM. Hoje, o sargento Robson diz que vai se entregar

Brunella França

O tenente-coronel Carlos Alberto Foresti já está detido no Presídio da Polícia Militar do Espírito Santo, que fica dentro do Quartel do Comando-Geral da corporação, em Maruípe, Vitória. Ele é acusado de incitar a greve da PM e o bloqueio em frente aos batalhões, que terminou na manhã de sábado, após 22 dias.

Segundo fontes da PM, as investigações apontaram que Foresti, que trabalhava no centro de despa-

cho de viaturas, desde o início do movimento, fez manifestações de apoio aos PMs com divulgação de vídeos nas redes sociais.

O tenente-coronel é o primeiro dos quatro policiais que tiveram mandado de prisão expedido na última sexta-feira a se entregar. O oficial, que estava no Rio de Janeiro, se apresentou na unidade da PM de Itaperuna (RJ). De lá, foi encaminhado para Vitória.

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), Foresti entrou em contato com a Corregedoria da PM no sábado e descobriu que havia um mandado de prisão em seu nome.

Antes de se entregar, o tenente-coronel publicou mensagem em seu perfil, em uma rede social, na qual afirmava que seu estado de saúde é debilitado e que buscou atendimento em uma unidade de saúde no Rio.

Ainda na primeira semana do movimento paredista da PM, no último dia 8, Foresti teve uma crise nervosa no Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), no Cíodes, e foi encaminhado para ao Hospital da Polícia Militar (HPM), em Vitória, de onde foi liberado. O oficial escreveu em sua mensagem que está "afastado por 30 dias pelos médicos do HPM e com Junta Médica marcada para o próximo mês".

A Sesp informou que "a PM estará adotando medidas para cumprir as ordens de prisões dos outros três policiais militares com mandando de prisão ainda em aberto".

O sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, do 4º Batalhão, em Vila Velha, conhecido com sargento Robson, diz que se apresentará hoje à Corregedoria da PM, mas ainda não tem o horário definido.

Os outros dois policiais com mandado de prisão expedido são o oficial da reserva e ex-deputado federal Lucínio Castelo de Assunção, mais conhecido como Capitão Assunção, e o soldado Maxson Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem).

DEPOIMENTO DO TENENTE-CORONEL FORESTI



Surpresa

"Não me informaram o motivo (do mandado de prisão) até agora, mas parece ser relativo ao movimento das esposas dos policiais militares. (...) Não tenho motivos para me esconder e jamais o farei. Sou uma pessoa do bem e todos que me conhecem, inclusive na PM, sabem".

OS NÚMEROS

4 PMs
tiveram a prisão decretada

22 dias
durou a greve da PM no Estado

SARGENTO ROBSON SUSPEITO DE MOTIM

"Fui visto na manifestação"

Com 27 anos de carreira na Polícia Militar do Espírito Santo completados no último dia 19, o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, conhecido como sargento Robson, diz que se apresentará hoje à Corregedoria da PM em resposta ao mandado de prisão expedido contra ele na última sexta-feira.

Vice-presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem), ele afirmou que cumpriu sua escala de trabalho no 4º Batalhão, em Vila Velha, ao longo do movimento paredista da PM, que durou 22 dias.

A TRIBUNA - Por que há um mandado de prisão contra o senhor?

SARGENTO ROBSON - Talvez pelo fato de eu ter sido visto na manifestação das mulheres ou pelo fato de ter sido candidato a vereador e eles pensarem que eu supostamente seja alguma liderança ou tenha alguma influência no

lhão porque tínhamos notícia de que familiares de criminosos iriam para lá afrontar as famílias de policiais. E, em três ocasiões, como



SARGENTO ROBSON: apresentação

cristão, convidei pastores para fazermos culto lá e orar pelo fim pacífico do movimento e para que o governo negociasse.

> O senhor chegou a faltar o trabalho algum dia?

Em todo o período da manifestação, eu não faltei nenhum dia de serviço e cumpri integralmente minhas escalas, não tenho nenhuma falta. No início, estava à disposição do cartório do 4º Batalhão, das 13h às 20 horas.

Depois, fui escalado para fazer o policiamento a pé e cumpri integralmente. Não tenho nada a ver com a manifestação.

“Em todo o período da manifestação, eu não faltei nenhum dia de serviço e cumpri minhas escalas”

Sargento Robson, do 4º Batalhão



VIATURA NA FRENTE DO QUARTEL: greve foi encerrada após 22 dias

Soldado diz não saber de acusação para ser preso

Presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem), o soldado Maxson Luiz da Conceição está em viagem e confirmou que ainda não conhece os motivos que levaram ao pedido de sua prisão preventiva.

Por meio de nota, o soldado, disse que sua defesa sempre foi pela categoria militar. Ele alegou ainda que, quando o movimento teve início, estava fora do Brasil, concluindo um mestrado na Argentina.

"Estou tranquilo de que, conhecedor da legislação que sou, não cometi nenhum crime e que quando a justiça realmente for feita esse mandado de prisão será revogado. Aguardo o corpo jurídico da Agem tomar as medidas cabíveis", escreveu o policial.

De acordo com a defesa do soldado, ele viajou na última sexta-feira e o mandado de prisão preventiva só chegou ao conhecimento do setor

jurídico da Agem no sábado.

"Ele irá se apresentar imediatamente à Corregedoria quando conseguir retornar", afirmou a advogada Karina Nunes, que faz parte do corpo de defesa de Maxson.

A advogada disse que a defesa ainda não teve acesso ao Inquérito Policial Militar (IPM) impetrado contra o soldado Maxson e que não tem conhecimento sobre os crimes imputados a ele.

"O mandado de prisão veio como prisão preventiva para manutenção da ordem pública. Se for algo relacionado ao movimento, uma vez que o movimento se encerrou no sábado, então não procede o mandado de prisão porque não subsiste mais o fundamento dele", alegou.

Ao todo, 2.580 PMs respondem a inquéritos, que foram instaurados por determinação do Comando-Geral da corporação.



SOLDADO MAXSON alega que estava fora do País, no início da greve

FIM DA GREVE DA PM

Capitão nega participação

Considerado foragido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), o oficial da reserva e ex-deputado federal, capitão Lucínio Castelo de Assunção, o capitão Assunção, negou que tenha participado da greve dos policiais militares, iniciada no dia 4 de fevereiro e que durou 22 dias.

"Ficaria muito honrado se tivesse participado de alguma articulação ou se fosse o mentor dessa manifestação, mas não tive nenhuma participação. Querem me colocar em um planejamento de algo que foi espontâneo", afirmou.

O PM da reserva alegou que o movimento "surgiu da angústia de meia dúzia de familiares de policiais, mas que representavam o nó na garganta de todas as famílias de PMs e bombeiros militares".

Segundo o capitão, não houve greve por parte dos policiais militares. "Houve uma manifestação justa dos familiares dos policiais militares reivindicando melhorias profissionais e salariais", argumentou.

Assunção é um dos quatro poli-

ciais militares que tiveram prisão preventiva decretada na última sexta-feira. Eles são acusados de incitar o movimento e de aliciar outros policiais com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

O capitão não se manifestou sobre a acusação de resistência à prisão, no último sábado. A Sesp informou que ele resistiu à abordagem comandada pelo coronel Ilton Borges, e que Assunção fugiu do local. A ação foi gravada em vídeo.

Assunção teria tido participação presencial nas entradas dos quartéis e divulgado mensagens de apoio à greve nas redes sociais.

O advogado Tadeu Fraga, que atua na defesa do militar, informou que o capitão Assunção pretende ter acesso aos fundamentos da decisão que decretou sua prisão antes de tratar com seu defensor sobre eventual apresentação à Corregedoria da PM.

Outro advogado que trabalha no caso, Victor Abreu, disse que quando a defesa tiver conhecimento das peças que integram o Inquérito Policial Militar (IPM) e da decisão que motivou a expedição do mandado de prisão, serão buscados os meios de reversão da medida.

Apesar de responder a um IPM, Assunção disse que tem interesse em disputar as eleições de 2018 para deputado federal e admitiu ainda ser amigo pessoal do deputado federal Jair Bolsonaro (PSC).

“Ficaria muito honrado se tivesse participado ou se fosse o mentor dessa manifestação”

Capitão Assunção, PM da reserva



REPRESENTANTES do governo, grupo de mulheres e MPT-ES durante acordo para o fim da greve: nova rodada de negociações para a categoria militar

Mulheres já preparam pauta de negociações

A nova rodada de negociações entre familiares de policiais militares e o governo do Estado terá início na próxima quinta-feira, na sede do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), em Vitória, às 14 horas.

Segundo Laís Soares, uma das porta-vozes das mulheres, a pauta das negociações já está sendo preparada. Um dos pontos que será colocado na mesa é a construção de uma agenda de reuniões com o governo para que as reivindicações não caiam no esquecimento.

"A nossa expectativa é de que o governo cumpra sua parte do acordo que é abrir o diálogo de negociação", adiantou. O encontro faz parte do acordo assinado no último sábado e que pôs fim ao bloqueio de unidades da PM, encerrando a greve da corporação.

Além do MPT, estarão presentes representantes da Central Única

dos Trabalhadores (CUT), do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) e da Defensoria Pública da União (DPU).

"A CUT e as Centrais que solicitaram a reunião com o governo (que pôs fim à greve) vão compor a mesa auxiliando nas negociações, e garantindo a abertura/manutenção do canal de diálogo aberto com a corporação", disse Clemilde Pereira, integrante da diretoria da CUT-ES.

Quando iniciaram o movimento, no último dia 3, as mulheres tinham uma série de reivindicações junto ao governo, entre elas, o reajuste salarial de 43%, repondo perdas inflacionárias dos últimos sete anos; adicional noturno; incorporação de escalas-extra ao salário e o fim do rezevamento de coletes balísticos.

Também foram apontados o sucateamento da frota, a ausência de auxílio-alimentação, plano de saúde, periculosidade e insalubridade.



CAPITÃO ASSUNÇÃO é alvo de Inquérito Policial Militar (IPM) e acusado de incitar a greve da PM no Estado

SAIBA MAIS

Militar pode pegar até 20 anos de prisão

Inquérito Policial Militar

> É INSTAURADO para avaliar se o policial cometeu algum delito previsto no Código Penal Militar (CPM). Nesse processo, por se tratar de uma investigação preliminar, o policial investigado não apresenta defesa.

> ESSE PROCEDIMENTO está sendo utilizado para investigar os policiais por crimes de motim e revolta, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

> O IPM tem prazo de 40 dias para conclusão, prorrogáveis por mais 20. Os dados podem mostrar se houve ou não indícios de crime.

Punições

> SE HOUVER INDÍCIOS, o Ministério Público pode apresentar denúncia auditoria militar. Caberá então, ao



BLOQUEIO no quartel: investigação

juiz responsável, avaliar os requisitos da denúncia que, se estiverem devidamente preenchidos, será aceita, iniciando o curso da ação penal militar.

> CASO O MILITAR seja condenado pelo crime de revolta, a pena pode chegar a 20 anos de prisão, além de acarretar na expulsão do policial. Durante a condução do IPM, o militar não é impedido de trabalhar.

Casos

> FORAM ABERTOS 2.580 IPMS até o momento pelo Comando-Geral da Polícia Militar. Os casos em que houver indícios de crime com grave violação aos direitos humanos poderão ser federalizados a pedido do Procurador-Geral da República e autorização do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDO FIRMADO ENTRE GOVERNO E MULHERES

Transferências vão ser revertidas

Processos disciplinares

> NÃO HAVERÁ abertura de novos processos disciplinares contra policiais, os chamados Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD-RO) e Conselho de Disciplina (CDs).

> OS 271 PROCESSOS de demissão já instaurados serão suspensos temporariamente por 15 dias, podendo o prazo ser prorrogado, para que as negociações entre as mulheres e o governo do Estado possam avançar. Além disso, os 235 PADs-RO e 36 CDs serão acompanhados pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Ações judiciais

> O GOVERNO DO ESTADO se comprometeu a desistir das ações judiciais civis movidas, por meio de sua Procuradoria, contra familiares de policiais e associações de classe.

Transferências

> OS 143 POLICIAIS que haviam sido

transferidos de batalhões da Grande Vitória para o interior deverão retornar a seus postos originais em até 45 dias da data de publicação, desde que se apresentem aos locais de transferência aos quais foram designados.

Policiais cedidos

> OS POLICIAIS que se encontram cedidos a outros órgãos públicos, co-

mo o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Justiça, os chamados policiais adidos, devem retornar aos quadros da corporação.

Mediação

> O PROCESSO DE MEDIAÇÃO será aberto pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho na próxima quinta-feira.



FACHADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, em Vitória: reunião acontece na próxima quinta-feira para mediar termos entre mulheres de PMs e o governo do Estado

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Associações de PMs na defesa

As associações de policiais militares se reúnem nesta semana para decidirem se vão aceitar ou não a decisão do governo de desistir das ações judiciais contra as associações de classe. Alegam que não foram convidados para a reunião da última sexta-feira que culminou com o fim da greve da PM.

“O Estado moveu uma ação contra as associações, olha o dano que isso causou, sofremos ataques! Agora o Estado coloca na pauta que pretende desistir da ação, mas para isso precisa que a gente aceite. Se o Estado quiser prosseguir na ação, para nós é tranquilo, porque o ônus da prova é de quem acusa e temos convicção de que não fizemos nada. E quando alguém te acusa e não consegue provar, você tem direito à indenização”, disse o presidente da Associação dos Oficiais da PM, major Rogério Fernandes. Ele afirmou esperar ser convidado para a nova rodada de negociações na quinta-feira.

* * *

Assistência jurídica

Os policiais militares também vão contar com a assistência jurídica das associações para enfrentar os PADs (Processo Administrativo Disciplinar), IPMs (Inquérito Policial Militar) e conselhos disciplinares abertos pelo governo contra os PMs.

“Vamos analisar caso a caso e alocar nosso RH. Vamos acompanhar”, disse o major Rogério Fernandes.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



Secretário denuncia terrorismo digital e sofre ataque

Uma hora após conceder uma entrevista coletiva em que denunciou a ação de “terrorismo digital” nas redes sociais durante a greve da PM, o secretário estadual de Controle e Transparência, Eugênio Ricas, foi ele mesmo vítima da ação de hackers em seus perfis nas redes sociais. Houve várias tentativas de invasão em suas contas, algumas até do exterior, como da Malásia. Ricas, no sábado pela manhã, recebeu até notificação de segurança para trocar de senha.

Para profissionais

O serviço de Inteligência do governo identificou mais de 40 hashtags durante a crise na PM com quase 56 mil retuítes de 50 internautas. Juntos, esses perfis têm mais de 33 milhões de seguidores. Dos 56 mil retuítes, 30 mil vieram de fora do Espírito Santo, o que sugere uma ação digital muito bem orquestrada e organizada.

ESPECIAL SEGURANÇA

RICARDO MEDEIROS - 25/02/2017



Entrada do Quartel da Polícia Militar, em Maruípe, Vitória, complexo onde estão detidos o sargento Robson e tenente-coronel Carlos Alberto Foresti

PRESO SEGUNDO POLICIAL ENVOLVIDO EM MOTIM

Sargento Robson está detido em presídio localizado no quartel

LUÍSA TORRE
ltorre@redgazeta.com.br

O sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, um dos quatro militares que têm mandado de prisão por envolvimento no movimento partidista da Polícia Militar do Estado, se apresentou voluntariamente ontem à Corregedoria da PM. Ele foi preso no Quartel do Comando Geral, em Maruípe. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Victor Abreu, advogado do sargento Robson, destacou que o militar ficou sabendo através das mídias sociais e da imprensa que poderia haver um mandado de prisão contra ele. "Ele se apresentou hoje (segunda-feira) de forma espontânea à Corregedoria, por volta das 15h", declarou.

Segundo o advogado, trata-se de um PM com 26 anos de serviço ativo, com excepcional conduta, duas medalhas "Valor Policial Militar", e que trabalhou todos os dias durante as manifestações. Abreu informou que num primeiro momento, o sargento atuou dentro do cartório do 4º Batalhão e, depois, no policiamento os-



Robson se apresentou à Corregedoria da PM



Maxsom está foragido, segundo o órgão

tensivo em Vila Velha.

O advogado salienta que ainda não teve acesso aos autos do inquérito para saber dos fundamentos que basearam a prisão. "Quando tivermos acesso, vamos tomar as medidas cabíveis a fim de restabelecer a liberdade do militar".

SEM MOTIVO

Conforme Abreu, o sargento Robson estranha qualquer acusação de motim. "Ele não poderia ser um dos cabeças tendo em vista que trabalhou normalmente durante as manifestações, não postou nem incitou ninguém por rede social ou qualquer veículo de comunicação, e não esteve

presente em nenhum tipo de conclave em favor do aquartelamento, motim, revolta, ou qualquer outro crime militar ou ato de indisciplina", sublinhou.

Outro militar que segundo a Sesp está foragido é o soldado Maxsom Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral dos Militares (Agem-PMBM ES). De acordo com o diretor jurídico da Agem, subtenente Ramalho, o soldado está em viagem, e informou que iria se apresentar no Quartel. Ele não soube informar para onde foi Maxsom.

Segundo o subtenente, quando o movimento de paralisação da PM começou, o soldado estava fora do Esta-

do, fazendo um curso e retornou na semana seguinte ao início da movimentação.

No sábado, Maxsom postou em uma rede social: "Assim que estiver de retorno estarei prosseguindo para a Corregedoria da PMES onde me apresentarei e aguardarei que a verdade tenha espaço".

A advogada de Maxsom, Karina Nunes, afirmou que a equipe de defesa ainda não teve acesso ao inquérito. "Estamos tentando ter acesso ao IPM para saber das acusações, não estamos tendo acesso e isso é um absurdo. Vamos nos manifestar assim que tivermos conhecimento do teor. Não tenho ciência de onde ele está, ele viajou sexta-feira e foi surpreendido pelo mandado".

A advogada argumenta que Maxsom não teve envolvimento nenhum no aquartelamento da PM. "Ele é presidente da associação e manteve algumas informações em relação ao movimento, mas não houve qualquer incitação. Ele apenas repassou informações, como várias pessoas repassaram. Se esse for o motivo da acusação, tem que acusar umas 10 mil pessoas. Não tem lógica", reclamou.



Foresti está no presídio desde o último domingo



Assunção escapou de cerco policial no sábado

Capitão Assunção está foragido desde sábado

Outro militar que está com mandado de prisão em aberto e é considerado, pela Sesp, foragido é o ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assunção, o Capitão Assunção.

Os advogados Victor Abreu e Tadeu Fraga informaram que vão representar o militar, mas que ainda não tiveram contato com ele.

O quarto militar é o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, detido desde domingo no Quartel Central.

Assunção se envolveu em uma confusão no sábado do 4º Batalhão, em Vila

Velha, no momento em que seria preso, mas ele conseguiu fugir.

O capitão também teve o seu nome incluído em uma investigação da Polícia Federal. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, um grupo político ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) esteve na linha de frente da comunicação e da logística do motim que parou a PM. Entre os nomes da rede, estão o de Assunção e o do deputado federal Carlos Manato (SD-ES), aliados de Bolsonaro no Estado. Manato nega a participação.

FIM DA GREVE DA PM

Sargento acusado de incitar greve está preso

Sargento Robson se entregou ontem na Corregedoria da PM. Ele é o 2º militar a se apresentar, dos 4 com mandados de prisão

Tais de Hollanda
Felipe Pacheco

O sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, do 4º Batalhão (Vila Velha) foi o segundo dos quatro acusados de incitar a greve dos PMs que se apresentou na Corregedoria da Polícia Militar. Antes de ser conduzido à carceragem do Quartel do Comando Geral (QCG), em Maruípe, Vitória, na tarde de ontem, sargento Robson desabafou: "Estou me sentindo injustiçado".

Além dele, o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti - que se entregou no domingo - o presidente da Associação Geral dos Militares do Estado (Agem-PMBM/ES), soldado Maxson Luiz da Conceição, e o oficial da reserva e ex-deputado federal, capitão Lucínio Castelo de Assunção, tiveram mandado de prisão decretado na última sexta-feira pela Justiça, a pedido da Corregedoria da PM.

Eles são acusados de incitar o movimento paredista e de aliciar outros policiais com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

Acompanhado de seu advogado, Victor Abreu, sargento Robson afirmou que ainda não conhece o teor da denúncia, mas nega qualquer envolvimento na greve.

"Não tive acesso ao mandado de prisão. Vim aqui espontaneamente, pois quero saber o que está



SARGENTO Robson negou que tenha incitado colegas por redes sociais durante a greve de policiais militares

PERFIL

Aurélio Robson Fonseca da Silva

- > TEMPO DE SERVIÇO: 27 anos de PM
- > FAMÍLIA: É casado e tem três filhas e um filho.
- > 1990: Ingressou como soldado, na primeira turma do ano.
- > 2011: tornou-se cabo e permaneceu na função por cinco anos.
- > 2016: ascendeu a sargento.
- > ELE TEM Medalha Valor Policial Militar de bronze e de prata, por ter boa conduta na carreira. A primeira conquistada após 10 anos como militar e a de prata após 20 anos de serviço.

acontecendo. Fiquei sabendo através da imprensa e das mídias sociais que tinha prisão decretada. Mas oficialmente não chegou nada em minhas mãos".

Ele contou que no domingo estava em Linhares, no Norte do Estado, em passeio com a família no dia de folga, quando soube do mandado. "Foi uma surpresa para

mim esse mandado. Não boa. Mas foi. É uma informação errada essa de que incitei a greve. Como incitei se trabalhei todos os dias? Não coloquei nada nas redes sociais e não compartilhei nada em relação à manifestação", contou.

O advogado Victor Abreu explicou a situação da apresentação do militar:

"A apresentação espontânea do militar ocorreu após a confirmação de que havia mandado de prisão expedido. Nesse momento, nós confiamos no devido processo legal e na oportunidade de conduzir a defesa do militar dentro de todas as garantias constitucionais cabíveis", afirmou o advogado de defesa do sargento.

Dificuldade de explicar motivo da prisão aos filhos

Pai de quatro filhos, o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, do 4º Batalhão (Vila Velha) afirmou que os efeitos da prisão trouxeram grande tristeza para sua família. "Todos os meus filhos ficaram muito tristes. Minha filha de 5 anos, a caçula, chorou. Estou sendo injustiçado. Eles não queriam me ver preso".

O militar afirmou que, como não sabe o motivo pelo qual foi preso, não teve como explicar para sua filha. "Não tive nem como explicar. Do contexto da manifestação ela sabe, mas não entende porque estou indo preso. Nem eu sei", disse o militar.

O sargento explicou que, no 4º Batalhão da Polícia Militar, trabalhava diretamente com Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e inquéritos policiais no cartório. Depois, por conta da paralisação, passou a fazer patrulhamento a pé em Vila Velha.

"Estávamos na escala de expediente. Fiquei a serviço na Prainha e trabalhava das 14 às 20 horas e fazia patrulhamento no Centro de Vila Velha e na Glória, na região de comércio", comentou o sargento Robson.

Ele ainda afirmou: "Não estou chateado ou magoado por estar acontecendo isso. Entendo que é um trâmite normal. Só não entendo porque foi colocado meu nome dessa forma como foragido. Meu batalhão e minha companhia sabem meus contatos. E de forma nenhuma sou criminoso".

O advogado do sargento, Victor Abreu, afirmou que inicialmente a prisão foi para manutenção de ordem pública.

"O próximo passo será tomar conhecimento da fundamentação que motivou o mandado de prisão. E posteriormente impetrar a medida cabível a fim de restabelecer a liberdade individual de um militar que se encontra na excepcional conduta e com mais de 26 anos de serviço", finalizou o advogado.

ENTENDA O MOTIVO DAS PRISÕES

Prisões

> QUATRO MILITARES tiveram mandado de prisão expedido pela Justiça na última sexta-feira, a pedido da Corregedoria da PM.



TENENTE-CORONEL Foresti

> A ACUSAÇÃO é de que eles incitaram o movimento e aliciam outros policiais com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

> O TENENTE-CORONEL Carlos Alberto Foresti estava no Rio de Janeiro, se apresentou na unidade da PM de Itaperuna (RJ), no sábado. De lá, foi encaminhado para Vitória, onde se encontra preso.

> SEGUNDO FONTES da PM, as investigações apontaram que Foresti, que trabalhava no centro de despacho de viaturas, desde o início do movimento, fez manifestações de apoio aos PMs com divulgação de vídeos nas redes sociais.

> O SARGENTO Aurélio Robson Fonseca da Silva, do 4º Batalhão (Vila Velha) se apresentou na tarde de ontem. Ele afirma que não sabe a mo-

tivação da prisão.

> ELE ALEGA que o mandado pode ter vindo por terem visto ele na manifestação e disse que, em três ocasiões, como cristão, convidou pastores para fazerem culto no local e orar pelo fim pacífico do movimento e para que o governo negociasse.

> O PRESIDENTE da Associação Geral dos Militares do Estado (Agem-PMBM/ES), soldado Maxson Luiz da Conceição e o oficial da reserva e ex-deputado federal, capitão Lucínio Castelo de Assunção, são considerados foragidos.

> DE ACORDO com a defesa do soldado Maxson, ele viajou na última sexta-feira e o mandado de prisão preventiva só chegou ao conhecimento do setor jurídico da Agem no sábado.

> A ACUSAÇÃO contra Assunção é de

que ele teria tido participação presencial nas entradas dos quartéis e divulgado mensagens de apoio à greve nas redes sociais.

> FOI DIVULGADO um vídeo no sábado em que ele teria resistido à prisão. Mas o militar não quis falar sobre o assunto.

Inquérito Policial Militar

> É INSTAURADO para avaliar se o policial cometeu algum delito previsto no Código Penal Militar (CPM). Nesse processo, por se tratar de uma investigação preliminar, o policial investigado não apresenta defesa.

> ESSE PROCEDIMENTO está sendo utilizado para investigar os policiais por crimes de motim e revolta, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).



SOLDADO Maxson está foragido

> O IPM tem prazo de 40 dias para conclusão, prorrogáveis por mais 20. Os dados podem mostrar se houve ou não indícios de crime.

FIM DA GREVE DA PM

Capitão pretende se entregar na 5ª

Defesa do capitão Assumção diz que assim que tiver acesso ao teor do inquérito, o militar da reserva vai se apresentar

Tais de Hollanda
Felipe Pacheco

Ainda sem acesso aos fundamentos da decisão que define sua prisão – um dos argumentos que o militar avalia para sua entrega – o oficial da reserva e ex-deputado federal, capitão Luciano Castelo de Assumção ainda não se apresentou à Corregedoria. Mas ele pretende se apresentar na quinta-feira, segundo sua defesa.

Ele é um dos acusados de incitar a greve da PM, que durou 22 dias e foi iniciada no último dia 4.

O advogado responsável pela defesa do militar, Tadeu Fraga, explicou que vai conversar com o capitão Assumção sobre o assunto na quinta. “Os autos do inquérito estão em poder da Auditoria Militar do Estado, que só volta ao funcionamento normal a partir de quinta-feira. Ele vai estudar a possibilidade de se apresentar neste dia, se tiver acesso às fundamentações”.

Assumção é apontado como participante do movimento, com presença nas entradas dos batalhões e divulgação de mensagens de apoio à greve nas redes sociais.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) informou que ele resistiu à abordagem comandada pelo coronel Ilton Borges, no

sábado, e ainda fugiu. A ação foi gravada em vídeo.

Já o soldado Maxson Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem), segue sem data programada para se apresentar à Corregedoria da PM.

A defesa do policial confirmou à reportagem que tenta localizá-lo para combinar uma data. O soldado Maxson teria viajado na última sexta-feira, quando o mandato preventivo de prisão ainda não havia chegado a Agem. Porém, advogados se queixam por não ter acesso ao inquérito. O documento está na Vara da Auditoria Militar.

“Precisamos ter acesso para saber no que a pessoa está sendo imputada. Pelo despacho do juiz saberemos pelo que foi indiciado”, disse Jefferson Bregonci Nunes, advogado do soldado Maxson.

A PM afirmou que adotará medidas para cumprir as prisões dos militares considerados foragidos.

FORESTI

A defesa de tenente-coronel Carlos Alberto Foresti afirmou que ingressou com pedido de habeas corpus, mas foi indeferido por não ter o despacho decretando a prisão. A PM não respondeu sobre o fato.

“Os autos estão em poder da Auditoria Militar do Estado, que só volta ao funcionamento a partir de quinta”

Tadeu Fraga, advogado de Assumção



CAPITÃO ASSUMÇÃO é oficial da reserva da PM e ex-deputado estadual. Ele ainda não se apresentou à Corregedoria da Polícia Militar e é considerado foragido. De acordo com o advogado do militar, eles conversarão para saber o teor do documento que determina a prisão e vão definir a defesa

Mulheres não descartam protesto

Representantes das mulheres e dos familiares de PMs vão se juntar amanhã para definir a pauta para o início da nova rodada de negociações com o governo do Estado.

Elas não descartam novos movimentos em caso de dificuldades nas negociações. “Não pensamos (em paralisação). Se for preciso, podemos protestar de outras formas. Mas acreditamos na postura do governo”, afirmou Bianca Cruz, uma das porta-vozes do grupo.

Na quinta-feira, as partes realizam a primeira reunião, na sede do

Ministério Público do Trabalho (MPT-ES), em Vitória, às 14 horas. O encontro contará com a presença de órgãos como Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES).

Segundo Bianca Cruz, uma das porta-vozes das mulheres, ter conseguido a revogação das transferências de PMs foi um importante passo inicial.

As mulheres acreditam que estabelecer a agenda de reuniões será essencial no processo e a conversa com o governo será po-

sitiva. “Essa primeira reunião não fechará tudo. É importante abrir um diálogo para discutir períodos, já que o governo apontou impossibilidade de atender algumas reivindicações de imediato”, disse.

Quando iniciaram o movimento, no último dia 3, as mulheres tinham entre as reivindicações: reajuste salarial de 43%, reposição de perdas inflacionárias dos últimos sete anos; adicional noturno; incorporação de escalas extras ao salário e o fim do revezamento de coletes balísticos.

ACORDO FIRMADO ENTRE GOVERNO E MULHERES

Processo de demissão suspenso

Processos disciplinares

> NÃO HAVERÁ abertura de novos processos disciplinares contra policiais, os chamados Processos Administrativos Disciplinares de Rito Ordinário (PAD-RO) e Conselho de Disciplina (CDs), segundo acordo entre o grupo de mulheres e representantes do governo firmado no último sábado.

> OS 271 PROCESSOS de demissão já instaurados serão suspensos temporariamente por 15 dias, com o prazo podendo ser prorrogado, para que as negociações entre as mulheres e o governo do Estado avancem.

> OS 235 PADS-RO e 36 CDs serão acompanhados pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Ações judiciais

> O GOVERNO DO ESTADO se comprometeu a assistir das ações judiciais civis movidas, por meio de sua Procuradoria, contra familiares de policiais e associações de classe.

Transferências

> OS 143 POLICIAIS que haviam sido transferidos de batalhões da Grande Vitória para o interior deverão retornar a seus postos originais.

> A PREVISÃO para o retorno, de acordo com a PM, é em até 45 dias da data



MULHERES e governo em acordo

de publicação, desde que se apresentem aos locais de transferência aos quais foram designados.

Policiais cedidos

> OS POLICIAIS que se encontram cedidos a outros órgãos públicos, como o Ministério Público do Estado e o Tribunal de Justiça, os chamados policiais adidos, devem retornar aos quadros da corporação.

Mediação

> O PROCESSO DE MEDIAÇÃO será aberto pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho na próxima quinta-feira.

> A NOVA rodada de negociações será na sede do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES), em Vitória, às 14 horas.

MULHERES de policiais ficaram 22 dias bloqueando batalhões da PM em todo o Espírito Santo, em prol de melhorias para os militares. Elas vão definir nova pauta de reivindicações para negociar com o governo



FÁBIO NUNES - 18/02/2017

ESPECIAL SEGURANÇA

CARLOS ALBERTO SILVA - 05/02/2017



O Quartel de Maruípe, além de outras unidades da Polícia Militar no Estado, teve seus acessos bloqueados pelo movimento grevista

OS MILITARES POR TRÁS DO MOVIMENTO

Investigação revela atuação de grupo bem articulado

▲ VILMARA FERNANDES
▲ LUISA TORRE

Os quatro militares que tiveram a prisão decretada pela Vara da Justiça Militar – três deles já estão presos –, e um ex-policial, participaram intensamente da articulação, coordenação, promoção e divulgação do movimento grevista da Polícia Militar. Alguns deles, inclusive, ajudaram ainda a incentivar o aquartelamento.

É o que aponta um documento da Corregedoria da Polícia Militar, a que A GAZETA teve acesso, e que respaldou os pedidos de prisão feitos pelo Ministério Público Estadual. Nele é destacado que o grupo conta com “forte participação e influência do Capitão Assunção, do soldado Maxson Luiz da Conceição e do ex-PM, Walter Matias Lopes”.

O nome de Matias aparece também em uma investigação que vem sendo feita

pela Polícia Federal. Ele é casado com uma assessora do deputado federal Carlos Manato, Izabela Renata Andrade Costa. O parlamentar e Assunção são aliados no Estado do deputado federal Jair Bolsonaro e participam da chamada bancada da bola, que defende o fim da Lei do Desarmamento.

PARTICIPAÇÃO

Assunção, Maxson e Matias, relata o documento da Corregedoria, atuaram na “articulação, coordenação, manipulação, promoção, incentivo e divulgação das atividades do referido Movimento das Mulheres e dos militares aquartelados”.

A investigação se baseou nas declarações feitas por eles em vídeos e áudios divulgados nas redes sociais. Neles, destaca o texto, “é possível verificar sempre uma postura proa-

MORTES

199

assassinatos

Foram registrados entre 4 e 22 de fevereiro, período da greve da PM.

tiva por parte daqueles acima citados, no sentido de incentivar, buscar articular, promover e até defender o movimento”.

Assunção, por exemplo, destaca a investigação, subiu em carros de som para discursar, postou vídeos defendendo a greve, percorreu batalhões do interior articulando o movimento. É descrito ainda que, em suas ações, há até “indícios de intimidação contra militares do Exército”.

Também foi identificado no documento que a es-

posa do soldado Maxson, Silvana Baptista da Silva da Conceição, seria integrante do “Movimento das Mulheres”. Ela aparece em diversos vídeos e fotos registradas nas reuniões de negociações realizadas com o governo do Estado.

Maxson é presidente da Associação Geral dos Militares (Agem). Os advogados desta instituição – também identificados em fotos – estariam “orientando o movimento das mulheres”.

OUTROS

O sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, vice-presidente da Agem, em grupos nas redes sociais convocou policiais para atuarem “na segurança das mulheres que realizam o bloqueio das unidades da PM”, diz o texto das investigações.

Já o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, em

outro documento também obtido por A GAZETA, atuou no sentido de incentivar o movimento. No dia em que teve um surto nervoso no Ciodes, e logo antes, teria dado ordem para que todos os militares desligassem seus radiocomunicadores.

Logo depois, teria ordenado a um sargento que gravasse um áudio e o remetesse para o soldado Maxson, para que este o divulgasse nas redes sociais. Mais tarde divulgou outro vídeo.

As investigações começaram a ser feitas pela Corregedoria da PM logo após o início do movimento, principalmente quando a manifestação ganhou corpo, se espalhando pelo Estado e levando o caos às ruas por falta de policiamento.

A secretaria de Estado da Segurança e a Polícia Militar não falam sobre o assunto.

A INVESTIGAÇÃO

DOCUMENTO

Confira abaixo alguns trechos da investigação da Corregedoria da PM a que A GAZETA teve acesso.

CAPITÃO ASSUNÇÃO

▼ 08/02/2017

Na manifestação em frente ao Quartel, em Maruípe, indícios de intimidação a militares do Exército: “Vocês receberam ordens para tirar nossas mulheres daqui. Vocês vão ser nossos parceiros, hein? Vai ter problema! Nós somos parceiros, não somos?”

4º Batalhão

Em vídeo, o capitão diz: “Nós estamos ainda muito bem fortalecidos”, indicando, segundo a investigação, que faz parte do movimento e que sobre ele exerce forte influência.

Passada em Vila Velha

Em discurso, fala: “O nosso movimento tá forte!” “Sustentem aquele elo fraco, não recriminem o elo fraco”. E frases de ameaça, aponta a Corregedoria: “Se alguém encostar a mão em vocês, é chumbo grosso”.

SARGENTO ROBSON

Convocação

Chama, nas redes sociais, policiais para garantirem a segurança das mulheres: “Muitos postam #sustenta, mas ninguém comparece na porta dos batalhões, e logo agora que a vitória está próxima. Não seja covarde, não abandone os companheiros. Vamos ficar juntos. Retorne para a frente dos batalhões. Sustenta”.

WALTER MATIAS

Passada em Vila Velha

Ele se apresenta como soldado, mas saiu da PM em abril de 2016. No carro de som disse: “Se encostar um dedo em nosso familiar, poderá haver derramamento de sangue”.

Aquartelamento

Nas redes sociais disse: “Eu soldado Matias conclama a todos militares a se aquartelar até que o governador atenda todos os pedidos que foram expostos nas reuniões (sic)”.

ESPECIAL SEGURANÇA

A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO

COMO FOI A ATUAÇÃO DE CADA MILITAR NA GREVE

Confira a participação dos militares na articulação do movimento grevista da PM, segundo investigação da corregedoria da PM.

Capitão Assunção

Para a Corregedoria da Polícia Militar, não há dúvidas sobre a participação do policial da reserva (aposentado) e ex-deputado federal, no movimento grevista da PM. Segundo a investigação, ele estava na "articulação, coordenação, manipulação, promoção, incentivo e divulgação das atividades do movimento. Postou vídeos, subiu em carros de som fazendo



Capitão Assunção

discursos de incentivo ao movimento, teria intimidado militares do Exército e feito ameaças, caso fosse feita alguma coisa contra os militares grevistas. Em discurso durante uma das passeatas, em um carro de som, disse: "Se alguém encostar a mão em vocês, é chumbo grosso". Também percorreu batalhões no Norte do Estado. "Onde

diz que foi bem recebido, numa demonstração de articular o movimento em outras unidades. No mesmo vídeo faz um apelo final: Sustental", diz o texto da investigação sobre um vídeo feito pelo capitão.

Soldado Maxson

O soldado Maxson Luiz da Conceição é presidente da Associação Geral de Militares (Agem), a



Soldado Maxson

instituição teria oferecido advogados para o Movimento das Mulheres. Eles foram inclusive fotografados em reuniões de negociações das líderes com o governo. E a esposa dele, Suzana Baptista da Silva da Conceição, participaria do movimento das mulheres.

Sargento Robson

Aurélio Robson Fonseca da Silva, vice-presidente da Agem, convocou pelas redes sociais policiais militares a irem para as unidades da PM garantirem a segurança das mulheres. Também chama os policiais para voltarem para a frente dos batalhões que estavam bloqueados.

Tenente-coronel Foresti

O militar Carlos Alberto



Sargento Robson

Foresti ordenou que os policiais do Ciodes desligassem seus radiocomunicadores, o que impediria que ocorrências fossem atendidas. Em seguida, pediu a um sargento para gravar um áudio e enviar para o soldado Maxson, da Agem, relatando o ocorrido. Mais tarde, segundo a investigação, postou outro vídeo nas redes sociais. "Incitando outros militares

e a população capixaba a aderirem aos propósitos dos grevistas, veiculando promoção de crítica à estrutura de trabalho dos policiais em atividade no Estado, quando também discorreu sobre os baixos salários da corporação, a falta de coletes balísticos, as condições ou a ausência de viaturas, entre outras circunstâncias."

Ex-soldado Matias

Walter Matias Lopes, que não está mais na PM desde abril de 2016, é presidente da Aspobom. Fez discursos nas manifestações, ajudou a articular o movimento, conclamou os policiais a se aquartelarem. Seu nome aparece ainda em investigação da Polícia Federal, com ligações ao grupo de Bolsonaro.

TRIBUNAL NEGA PEDIDOS DE LIBERDADE A FORESTI

Um dos argumentos usados foi a garantia da ordem pública

Dois pedidos de liberdade para o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, feitos ao Tribunal de Justiça, foram negados na última segunda-feira pelo desembargador Willian Silva.

O primeiro pedido de habeas corpus, apresentado pela advogada Patrícia Maria Rocha Teixeira Dias, foi na madrugada do dia 27. Ela argumentou que o militar estava com a saúde debilitada e que não tivera acesso ao processo e aos motivos de sua acusação.

O desembargador Willian negou o pedido com o argumento de que não foi "capaz de vislumbrar a verossimilhança das alegações trazidas" pela advogada. Disse ainda que a prisão encontra-se justificada não apenas "na garantia da ordem pública como também na exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares", diz em sua decisão, concedida às 2h15.

A advogada apresentou um novo pedido de libertação para o militar, no mesmo dia, que voltou a ser



Foresti está detido no presídio militar em Maruípe

DIVULGAÇÃO

avaliado pelo mesmo desembargador. E outra vez foi negada a sua soltura.

O desembargador ainda ressaltou que o "plano judiciário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem em plantão anterior, nem a sua reconsideração ou reexame, motivo pelo qual é vedada uma nova análise acerca da liberdade pretendida", diz em sua segunda decisão.

Acrescentou ainda que os argumentos apresentados pela defesa do militar

não eram suficientes para remover a sua prisão. "Além disso, também já ponderei acerca da situação de saúde do paciente, que, a meu sentir, não se demonstrou ser incompatível com a custódia (prisão)", finaliza sua segunda decisão, concedida às 22h45, do dia 27.

Foresti se apresentou à polícia carioca em Itaperuna no último sábado. No domingo foi trazido para o Presídio Militar, localizado no Quartel de Maruípe, em Vitória, onde segue preso.

Assunção se apresentou à Corregedoria

O capitão da reserva Lucínio Castelo de Assunção, mais conhecido como Capitão Assunção, se apresentou às 11 horas da manhã de ontem à Corregedoria da Polícia Militar. Ele foi recolhido ao Presídio da corporação, localizado no quartel, em Maruípe, segundo

informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Ele divide espaço no mesmo local com outros dois militares que tiveram a prisão decretada por estimularem o movimento grevista dos policiais militares com a publicação de áudios e vídeos em redes

sociais. São eles: o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva e o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti.

Segue foragido, segundo a Sesp, o soldado Maxson Luiz Conceição. Ele é o presidente da Associação Geral dos Militares (Agem), cujo vice-presidente é o sargen-

to Robson.

Em nota, a Sesp informou que "estará adotando medidas para cumprir a ordem de prisão do quarto policial militar com mandando de prisão ainda em aberto".

Uma tentativa de prender o Capitão Assunção ocorreu no último sábado,

quando ele se envolveu em uma confusão próximo ao 4º Batalhão da PM, no Ibes, em Vila Velha. Logo após receber voz de prisão, ele conseguiu fugir.

O sargento Robson se apresentou voluntariamente na última segunda-feira também à Corregedoria da PM. No último domingo, o tenente-coronel Foresti tinha sido conduzido também ao

mesmo presídio, após se apresentar à polícia carioca, em Itaperuna.

As quatro prisões foram decretadas na última sexta-feira pelo juiz da Vara da Auditoria Militar, Getúlio Pereira Neves. O pedido havia sido feito pelo Ministério Público Estadual, embasado em uma investigação realizada pela Corregedoria da Polícia Militar.

ESPECIAL SEGURANÇA

CARLOS ALBERTO SILVA - 12/02/2017



Movimento de mulheres obstruiu as entradas de diversas unidades da PM em todo o Estado, entre elas a do Batalhão do Trânsito, que fica no Centro de Vitória

ADVOGADOS DE POLICIAIS VÃO RECORRER DE PRISÕES

Defesas de três militares devem pedir revogação ou habeas corpus

➤ O advogado Tadeu Fraga, que representa Lucínio Castelo de Assunção, o Capitão Assunção, afirmou que não vai pedir habeas corpus para o militar e, sim, a revogação da prisão preventiva. Segundo ele, a equipe de defesa ainda não teve acesso aos autos, mas "a prisão dele parece estar calcada na legalidade", disse.

"Já descartamos a hipótese de habeas corpus por enquanto, porque a prisão dele parece estar calcada na legalidade. O mandato tem uma motivação jurídica e a gente entende que seria factível a legalidade. Se fosse algo flagrantemente ilegal, a gente impetraria um habeas corpus. Na quinta-feira (amanhã), vamos tomar ciência de inteireza dos motivos da prisão dele".

A equipe de defesa é

MANIFESTANTE

"Ele (Capitão Assunção) não teve participação na articulação, ele disse que simplesmente teria se envolvido como manifestante"

TADEU FRAGA
ADVOGADO

composta por três advogados – Tadeu Fraga, Victor Abreu e Valdenir Junior – e representa tanto o Capitão quanto o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva.

Segundo o advogado, os dois alegam que não participaram da articulação do movimento. "Ele (Capitão Assunção) não teve participação na articulação, ele

ESPONTÂNEO

"Estão querendo transformar o movimento em algo organizado e arquitetado. Foi um movimento social, de mulheres e familiares"

KARINA NUNES
ADVOGADA

disse que simplesmente teria se envolvido como manifestante, alguém que estava ali expressando uma posição política", citou Fraga. "Ouvi do próprio sargento Robson que ele cumpriu todas as escalas normalmente, e isso é incompatível com a acusação de participação dele. A acusação não tem fundamento",

DEFESA

"Ele (Foresti) não tem envolvimento, não esteve à frente de nenhum movimento e não faz parte de qualquer liderança"

PATRICIA TEIXEIRA DIAS
ADVOGADA

alega o advogado.

Já a advogada Patrícia Teixeira Dias, que representa o tenente-coronel Foresti, disse que está tendo um cerceamento de defesa. "Ele está cumprindo a pena sem sequer saber porque está acusado. Entramos com pedido de habeas corpus e ele foi negado por falta de instrução da peça,

justamente porque eu não tive acesso ao inquérito policial. Ele não tem envolvimento, não esteve à frente de nenhum movimento e não faz parte de qualquer liderança", diz.

Karina Nunes é advogada da equipe de defesa de Foresti e do soldado Maxsom Luiz Conceição, que é presidente da Associação Geral de Militares (Agem). Ela reforça que ainda não teve acesso aos autos e que Maxsom vai se apresentar esta semana no Quartel.

"Ele está voltando de uma viagem. Vou me manifestar assim que tiver acesso aos autos do inquérito. Não procede nenhuma influência no sentido de levar o nome da Agem ou decisão da Agem para representar juridicamente as mulheres. O soldado Maxsom, como

presidente da associação, está ciente das leis e nunca incitaria movimento que traz prejuízo à sociedade. Mas como presidente manteve tropa atualizada do que estava acontecendo".

Já o ex-soldado Walter Matias Lopes disse que pediu para sair da PM em 2015 por causa de perseguição política. Ele destacou que não incitou o movimento. "O governador não iria negociar e não tinha finalidade em continuar com o movimento. Achei que depois da Caminhada da Paz seria um momento ideal para acabar com o movimento, então fui ao trio elétrico para dizer isso. De forma alguma ameacei alguém. Não incentivei nada, não mobilizei os policiais nos batalhões", frisou.

Nova reunião será feita amanhã

➤ Uma nova reunião de negociação entre governo do Estado e mulheres de policiais militares está marcada para amanhã. Na última sexta-feira, elas procuraram o Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo (MPT-ES) pa-

ra fazer a mediação de uma negociação com o governo do Estado.

Ficou decidido que essa primeira reunião seria uma negociação preliminar, com algumas condições, entre elas, o fim do bloqueio dos batalhões, e que o

resultado final da conversa seria definido amanhã.

"Essa reunião de hoje é uma negociação preliminar para que na quinta-feira se negocie a pauta de reivindicação", disse o presidente do MPT-ES, Estanislau Tallon Bozi, após

reunião na sexta-feira.

Após nove horas, as mulheres concordaram em encerrar o movimento que durou 22 dias. O governo do Estado se comprometeu a não abrir novos procedimentos disciplinares contra os militares.

RICARDO MEDEIROS - 25/02/2017



Mulheres participaram de encontro no sábado

FIM DA GREVE DA PM

Capitão Assumção se entrega

Acusado de incitar a paralisação da Polícia Militar, oficial da reserva está preso no Quartel do Comando Geral, em Maruípe

Rafael Louzada
Tais de Hollanda

Oficial da reserva da Polícia Militar e ex-deputado federal Lucínio Castelo de Assumção, o capitão Assumção, se entregou às 10h20 de ontem, e foi conduzido à carceragem do Quartel do Comando Geral (QCG), em Maruípe, Vitória, onde está preso.

Ele é acusado de incitar a greve da PM e aliciar militares para o movimento paredista, iniciado no dia 4 e que durou 22 dias.

Antes de chegar ao plantão do órgão, ele conversou com a imprensa. O oficial, que havia informado na segunda-feira, por meio de sua defesa, que estudava se entregar amanhã após ter acesso aos autos do inquérito, decidiu adiantar sua apresentação.

Questionado sobre a suposta fuga de um cerco policial que teria acontecido no último sábado, o oficial negou que tenha sido informado sobre um mandado de prisão preventiva contra ele.

"Eu não fugi de cerco policial. Eu quero confrontar com esses coronéis, porque em nenhum mo-

mento me apresentaram documento dizendo que havia prisão preventiva decretada, senão me entregaria", afirmou.

O oficial negou participação na manifestação dos familiares de policiais, que bloquearam a saída dos batalhões, e disse ser vítima de perseguição política. "Quando eu fui para a Câmara em 2009, eu denunciei irregularidades, agora estou sofrendo perseguição".

No último dia 25, reportagem do jornal O Estado de São Paulo atribuiu a articulação do movimento que paralisou os trabalhos da Polícia Militar no Estado a um grupo político ligado ao deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

Capitão Assumção defendeu o deputado. "Eles querem colocar na conta do Bolsonaro, porque ele é meu amigo", afirmou.

O advogado de defesa do capitão Assumção, Victor de Abreu, afirmou que assim que tiver acesso aos autos irá tomar as medidas cabíveis para pedir a liberdade do oficial. "Próximo passo é saber qual a fundamentação que levou a essa prisão. Tudo indica que o Judiciário se embasou em um movimento que ainda estava ativo".

Além do capitão Assumção, outros três policiais são acusados de incitar o movimento paredista: tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, preso no sábado; sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, preso na segunda; e soldado Maxson Luiz da Conceição, que ainda não se entregou.

Direito à visita íntima

Três dos quatro militares acusados de incitar o movimento de greve, que durou 22 dias e foi iniciado no último dia 4, já estão presos no Quartel do Comando Geral (QCG) da PM, em Maruípe, Vitória.

No QCG, mesmo sendo presos preventivamente, eles vão ter direito a visitas íntimas e vão poder praticar esportes e usar academia de musculação.

Os acusados que já estão presos são o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, sargento Aurélio

Robson Fonseca da Silva, do 4º Batalhão (Vila Velha) e o ex-deputado federal, capitão Lucínio Castelo de Assumção. Apenas o presidente da Associação Geral dos Militares do Estado (Agem-PMBM/ES), soldado Maxson Luiz da Conceição ainda não tinha se apresentado na Corregedoria, até o fechamento desta edição.

O presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), major Rogério Fernandes Lima destacou alguns dos direitos. "Eles têm direito a banho de sol todos os dias. Ocorrem visitas, inclusive íntimas. E oficiais (de segundo-tenente a coronel) e praças (de soldado a subtenente) ficam em celas diferentes".

No local também há academia e uma quadra esportiva, que eles podem usar, seguindo horários. Há atividades como corrida, futebol e vôlei.

Pela lei, eles têm horário para se recolher à cela, mas a corporação não informou qual a hora-limite.



CAPITÃO ASSUMÇÃO negou ter sido informado sobre um mandado de prisão preventiva e disse que não fugiu

O QUE ELE DISSE

“Eu não fugi de cerco policial. Eu quero confrontar com esses coronéis, porque em nenhum momento me apresentaram documento”

“Quando eu fui para a Câmara em 2009, eu denunciei irregularidades, agora estou sofrendo perseguição”

“Eles querem colocar (a paralisação da PM) na conta do (deputado federal) Jair Bolsonaro, porque ele é meu amigo”

ENTENDA O CASO

Acusação de divulgar áudios e vídeos

Prisões

- > QUATRO MILITARES tiveram mandado de prisão expedido pela Justiça na última sexta-feira, a pedido da Corregedoria da PM.
- > A ACUSAÇÃO é de que eles incitaram a greve da PM e aliciaram outros policiais com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

Entregaram-se

- > APÓS A EXPEDIÇÃO do mandado de prisão, apenas na manhã de ontem, ou seja, quatro dias depois, é que o oficial da reserva e ex-deputado federal, capitão Lucínio Castelo de Assumção, se apresentou ao Quartel do Comando Geral (QCG), em Maruípe, Vitória.
- > A ACUSAÇÃO contra Assumção é de que ele teria tido participação presencial nas entradas dos quartéis e divulgou mensagens de apoio à greve nas redes sociais.
- > FOI DIVULGADO um vídeo no sábado



TENENTE-CORONEL Foresti



SOLDADO Maxson não se entregou

com a presença do coronel Ilton Borges, corregedor da PM, em que Assumpção teria resistido à prisão. Mas o militar nega resistência e fuga.

> ELE TINHA DITO aos advogados que gostaria de entender a fundamentação do inquérito contra ele para após isso se entregar, mas decidiu, ontem, adiantar sua apresentação.

> O SARGENTO Aurélio Robson Fonseca da Silva, do 4º Batalhão (Vila Velha) se apresentou na segunda-feira. Ele afirma que não sabe a motivação da prisão.

> ELE ALEGOU QUE o mandado pode ser motivado por terem visto ele na manifestação e disse que, em três ocasiões, como cristão, convidou pastores para fazerem culto no local e orar pelo fim pacífico do movimento e para que o governo negociasse.

> NO DIA SEGUINTE à expedição do mandado de prisão, o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, que estava em viagem no Rio de Janeiro, se

entregou a unidade da Polícia Militar de Itaperuna, no Rio de Janeiro, no sábado. Domingo já tinha sido encaminhado ao Quartel do Comando Geral, no Estado.

> SEGUNDO FONTES DA PM, as investigações apontaram que Foresti, que trabalhava no centro de despacho de viaturas, desde o início do movimento, fez manifestações de apoio aos PMs com divulgação de vídeos nas redes sociais.

Pendente

> O SOLDADO Maxson Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral dos Militares do Estado (Agem-PMBM/ES), foi o único dos quatro que ainda não se entregou.

> DE ACORDO com a defesa do soldado Maxson, ele viajou na última sexta-feira e o mandado de prisão preventiva só chegou ao conhecimento do setor jurídico da Agem PMBM/ES no sábado.



SARGENTO Robson se apresentou



QUARTEL do Comando-Geral da PM

ESPECIAL SEGURANÇA

GUILHERME FERRARI - 31/08/2016



Homens do BME em atuação na Grande Vitória: tropa será redistribuída para operar em Vitória, Serra e Vila Velha

TROPA DE ELITE DA PM VAI PATRULHAR BAIRROS

Governo anuncia mudanças e reestruturação da Polícia Militar

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Após uma greve de 22 dias, o governo começa a reestruturar a Polícia Militar. A mudança gira em torno da extinção da Rotam, como A GAZETA antecipou em 16 de fevereiro, e do rebaixamento do BME. Homens que preenchem ambas as tropas de elite serão redistribuídos para atuar em Vitória, Serra e Vila Velha. Foram criados, em cada uma dessas cidades, companhias independentes de policiamento. Elas vão somar esforços com batalhões que já existem nesses municípios para reforçar o policiamento nos bairros.

O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Segurança Pública, André Garcia e pelo comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, após o governador Paulo Hartung (PMDB) assinar o decreto com as alterações. A publicação está no Diário Oficial de hoje.

“Em princípio, vamos fazer a redistribuição de efetivos que estavam concentrados no BME e na Rotam para essas unidades territoriais locais, as companhias independentes”, disse André Garcia, antes de reforçar: “(Serão preenchidas) não necessariamente com policiais de Rotam e BME. Mas, principalmente, sim”.

Com os remanejamentos, as três companhias independentes terão, ao todo, 695 militares, para 74 bairros e localidades. Não quer dizer automaticamente que são policiais “a mais”. Essas companhias absorverão a força que já atua na estrutura das unidades em que serão instaladas.

Na Serra, por exemplo, a Companhia Independente funcionará onde hoje está a 2ª Cia do 6º Batalhão, em Feu Rosa. A unidade já tem cerca de 120 homens. O comandante-geral estima que os efetivos totais das três cidades sejam incrementados em até 20%.



Coronel Nylton Rodrigues e secretário André Garcia detalharam as alterações

RESISTÊNCIA

De acordo com o secretário, a ideia da reformulação é “desburocratizar” as forças de elite, “aproximar a polícia da comunidade” e “fixar melhor” os efetivos. Vale lembrar, no entanto, que Rotam e BME foram consideradas focos de rebeldia no auge de paralisação.

Adotando tons mais diplomáticos, Garcia e o comandante-geral da PM,

Nylton Rodrigues, em nenhum momento, usaram as palavras extinção e rebaixamento. Na prática, porém, é o que acontecerá.

O BME terá o efetivo reduzido de 340 para 260 homens. As atribuições serão mantidas, mas deixará de ser um batalhão para se tornar uma companhia independente – portanto, com status inferior. Sua nova sede será em Jardim

América, Cariacica, onde estava sediada a Rotam.

A Rotam, nas palavras de Garcia, “será descentralizada”. Os batalhões de Vitória, Serra e Vila Velha terão cada um a sua Companhia de Tático Móvel, um grupo especializado cujas atribuições serão aquelas antes desempenhadas pela Rotam, de onde virão, principalmente, os 260 membros desse núcleo.

Com isso, cada chefe de batalhão terá uma equipe especial à disposição para usar conforme julgar necessário nos bairros. O coronel Nylton explicou que era comum um comandante solicitar a Rotam para alguma atividade e receber como resposta que a tropa estava ocupada em outra missão.

“Estamos nos tornando mais eficientes. Com uma Companhia de Tático Móvel, com a mesma doutrina da Rotam, disponibilizada para um comandante de batalhão, esse policiamento vai ser mais próximo, mais efetivo”, declarou.

De acordo com eles, o treinamento desses policiais especiais será mantido. “Quando se tem uma unidade menor, dando um controle melhor, uma estrutura melhor, respeitando a importância de cada uma dos nossos policiais, estamos indo por um caminho mais correto de policiamento”, frisou Garcia.

ESPECIAL SEGURANÇA

ENTENDA AS MUDANÇAS NO POLICIAMENTO

COMO É

Têm seus respectivos batalhões da PM

- Vitória
- Vila Velha
- Serra

Eles são responsáveis por organizar e fazer o policiamento das cidades



Em situações atípicas, os comandos podem acionar a Rotam, que atua em cidades de todo o Estado

Há situações, segundo a cúpula da polícia, em que a mesma tropa da Rotam recebe várias demandas, o que inviabiliza o atendimento de algumas

COMO SERÁ

A organização e o policiamento dessas três cidades serão divididos entre os respectivos batalhões e as companhias independentes criadas

BATALHÃO

É o responsável por planejar e executar o policiamento de uma região

GRUPO TÁTICO MÓVEL

Os batalhões de Vitória, Serra e Vila Velha terão esse grupo especial. Fará o que fazia a Rotam, porém fixa em cada cidade. Será usado conforme o comandante do batalhão julgar necessário

CIA. INDEPENDENTE

Será formada por policiais que já atuam na unidade que deu lugar a ela e por homens que eram da Rotam e do BME, além de outros remanejados. Vai aliviar os batalhões, uma vez que ficará responsável por policiar uma série de bairros

SERRA Serão 263 policiais para atender 37 bairros e localidades



VITÓRIA 221 policiais vão atender a 15 bairros



A 12ª Cia, em Vitória, funcionará no lugar do novo Destacamento da PM, em Jardim Camburi

CARIACICA

O Batalhão de Missões Especiais (BME) será transformado em Companhia Independente de Missões Especiais. A nova sede será em Jardim América, Cariacica. O comando vai se reportar ao Comando de Policiamento Ostensivo Especializado (CPOE). Como deixou de ser um batalhão e teve o efetivo reduzido de 340 para 260 homens, pode-se dizer que a unidade foi rebaixada

VILA VELHA

Serão 211 militares para 24 bairros



A 4ª Cia do 4º Batalhão, em Jabaeté, Vila Velha, dará lugar à 13ª Cia Independente

Infografia | Genildo

Promessa de mais eficiência na PM do interior

Além da reestruturação da PM na Grande Vitória, duas medidas anunciadas ontem prometem melhorar o policiamento no interior do Estado. O decreto, publicado hoje, prevê a criação do Comando de Polícia Ostensiva (CPO) Noroeste e do CPO Serrano. Dois coronéis da área administrativa serão destacados. Os nomes não divul-

gados ontem. Com essas duas novas estruturas, o governo pretende melhorar a coordenação do policiamento nessas regiões e, com isso, melhorar a prestação do serviço. "O CPO atua como coordenador, estabelecendo normas, doutrinas de atuação. E tudo que é melhor coordenado, organizado, compartimentado,

se atinge com mais eficiência", comentou o comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues. O CPO Noroeste englobará o 2º, 8º e 11º Batalhão. Ficarão, portanto, responsável por 21 municípios: Mucurij, Montanha, Ponto Belo, Pinheiros, Boa Esperança, Vila Pavão, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Nova Venécia, Alto Rio Novo,

Pancas, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Mantenedópolis, Barra de São Francisco e Águia Branca. O CPO Serrano ficará responsável pelo 14º Batalhão e pelas 2ª, 6ª, e 8ª Companhias Independentes: Brejetuba, Ibatiba, Iúna, Irupi, Ibitirama, Muniz

Freire, Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Marechal Floriano, Itaguaçu, São Roque do Canaã, Santa Teresa, Itarana, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina. Antes, essas áreas estavam sob cuidados dos CPOs Norte e Sul, que agora atenderão a menos cidades.



Policial militar em serviço na rua

MARCELO PREST - 12/02/2017

ESPECIAL SEGURANÇA

ACORDO ENTRE MULHERES
E GOVERNO AMEAÇADO

Em decisão de Rodrigo Janot, MPT não poderá mediar negociação

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

O Ministério Público do Trabalho (MPT) não poderá atuar como intermediador entre o movimento grevista da Polícia Militar e o governo do Estado. As negociações iniciadas por eles na sexta-feira que antecedeu ao carnaval não poderão ser levadas adiante.

Com isso, fica suspensa a nova reunião agendada para as 14 horas de hoje, na sede do órgão, pondo em risco o acordo fechado com os familiares dos policiais. A decisão é do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O procurador-geral, em documento datado de ontem a que A GAZETA teve acesso com exclusividade, diz que todas as investigações relativas aos policiais militares e ao movimento grevista é de atribuição exclusiva do Ministério Público Estadual (MPES).

Ele explica que a categoria está vinculada ao governo do Estado, sendo assim, todas as questões jurídicas e administrativas a eles relacionadas devem ser resolvidas pela Justiça Comum e não pela Justiça do Trabalho. Desta forma, o Ministério Público do Trabalho fica impedido de atuar.

O chamado conflito de competência - de atribuição - em relação ao MPT foi levantado pelo Ministério Público Estadual jun-



Acordo entre mulheres de policiais, representante do MPT e o secretário Júlio Pompeu foi firmado no sábado

RICARDO MEDEIROS - 25/02/2017

to ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Dentre os motivos estava o de que as lideranças do movimento estariam utilizando o "MPT como tentativa de criar um ambiente desfavorável às prisões".

Eles se referem ao fato de que a primeira reunião com o MPT ocorreu no final da noite da sexta-feira (24), tendo durado nove horas. Às 17h45 daquele mesmo dia, porém, o Juízo Vara da Auditoria Militar decretou as prisões de quatro militares que foram acusados de incentivo ao motim da PM.

No documento apresentado ao CNMP, o Ministério Público Estadual informa ainda que, o acordo fechado com o MPT na

ATUAÇÃO

"Desde o início o MPE vem atuando no sentido de debelá-la (a greve) e promover a responsabilização dos responsáveis"

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

manhã de sábado (25), passou a ser "imediatamente invocado como tese de defesa para a revogação das prisões preventivas". E citam entrevistas concedidas por advogados dos militares cujas prisões foram decretadas, onde declaram "não haver mais motivo para as prisões, uma vez que o movimento tinha sido encerra-

do na manhã do sábado". Eles destacam ainda que desde que foi iniciado o movimento diversas ações foram adotadas de acompanhamento de todos os casos, por diversos promotores, incluindo ações propostas na Justiça, tanto comum quanto militar, e ainda os pedidos de restrição de liberdade para lideranças do movimento paredista. "Desde o início o MPE vem atuando no sentido de debelá-la (a greve) e, ao mesmo tempo, promover a responsabilização dos responsáveis por sua deflagração", declarou o MPE.

Outro ponto diz respeito a não instauração de novos PADs. De acordo com o documento apresentado ao CNMP, "os fatos e con-

ditas cometidos não é e nem nunca poderá ser barganhável ou negociável, por se tratar de imperativo legal sobre o qual a autoridade militar ou administrativa não tem qualquer poder de disponibilidade". Abrir mão destas investigações pode, inclusive, segundo o MPE, resultar em responsabilização na Justiça para as autoridades envolvidas.

MOTIVOS

O CNMP encaminhou o assunto para Janot, que lançou mão de uma outra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir. Trata-se de um caso que envolvia servidores do Estado de São Paulo, onde foi decidido que a atribuição para cuidar do

caso era a do MPE, "ante a natureza estatutária da relação de trabalho" dos servidores paulistas.

Ele cita ainda outro caso ocorrido na Bahia, também em relação a servidores estaduais, em que o ministro do STF Marco Aurélio, tomou decisão semelhante. Ele explica ainda que nos casos de servidores estaduais, que são estatutários, a Justiça do Trabalho não pode atuar, "o que evidencia a incompetência da Justiça do Trabalho para o julgamento de eventual litígio (disputas) decorrentes dessa relação", destaca a decisão.

Com base nesses casos, ele declarou que reconhece "a atribuição do Ministério Público Estadual para atuar com exclusividade, ressalvada a atribuição de outros ramos, nos procedimentos decorrentes da crise de segurança relacionada às manifestações dos PMs e seus familiares", diz Janot em sua decisão, que determinou ainda que o próprio MPE comunicasse o fato ao procurador-chefe do MPT-ES, Estanislau Tallon Bozi, o que foi feito na tarde de ontem.

Estanislau Tallon Bozi afirmou que soube da proibição informalmente por Whatsapp. "Apesar de entender que a conciliação pode ser feita em qualquer juízo, instância e Ministério Público, vamos respeitar a decisão. Mas o espaço do MPT estará aberto para que as partes façam a reunião".

Preso mais um indiciado por estimular motim

➤ O soldado da Polícia Militar Maxson Luiz da Conceição, que estava foragido, se apresentou no Quartel do Comando Geral (QCG), em Maruípe, Vitória, na tarde de ontem, e está no presídio da corporação. Ele é o presidente da Associação Geral dos Militares (Agem).

Agora, todos os quatro denunciados por articularem a paralisação dos PMs no Espírito Santo estão presos. Os outros presos são o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti; o ex-deputado federal e militar da reserva Lucínio Castelo de Assunção, mais

conhecido como Capitão Assunção e o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, mais conhecido como Sargento Robson.

No último domingo, o tenente-coronel Foresti tinha sido conduzido também ao mesmo presídio, após se apresentar à

polícia carioca, em Itapeiruna. O sargento Robson se apresentou voluntariamente na última segunda-feira também à Corregedoria da PM, assim como o capitão da reserva Assunção, que se apresentou à Corregedoria da Polícia Militar na manhã de terça-feira.

As quatro prisões foram decretadas na última sexta-feira pelo juiz da Vara da Auditoria Militar, Getúlio Pereira Neves. O pedido havia sido feito pelo Ministério Público Estadual, embaixado em uma investigação realizada pela Corregedoria da Polícia Militar.



Soldado Maxson Luiz está no quartel

ARQUIVO

ESPECIAL SEGURANÇA

27 MORTOS NO CARNAVAL

Foram 10 mortes a mais no Estado do que o registrado em 2016

de NATALIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

O carnaval de 2017 no Espírito Santo teve 10 mortes a mais que no ano passado. Neste ano, de sábado (25) a terça-feira (28), 27 pessoas foram assassinadas em todo o Estado. No mesmo período em 2016, de 6 a 9 de fevereiro, foram 17 assassinatos.

Segundo o Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Nylton Rodrigues, a crise atrapalhou o planejamento de policiamento para os eventos que ocorreram pelo Estado.

“Não conseguimos fazer todo o planejamento de carnaval da melhor forma possível por motivos óbvios. Estávamos enfrentando uma crise e registramos na Grande Vitória vários eventos que não estavam programados. Por isso, não

NÚMERO DE MORTOS POR CARNAVAL



Infografia | Marcelo Franico

tínhamos planejamento de policiamento para aqueles eventos. Esse tipo de situação colaborou para o aumento nos indicadores”,

justificou o coronel.

A quantidade de homicídios no carnaval de 2017, embora superior ao de 2016, não fica muito longe

do que foi apurado nos anos anteriores. Em 2015, por exemplo, foram 26 assassinatos e, em 2014, o número chegou a 30.

Para a Secretária de Estado de Segurança Pública (Sesp), os dados de homicídios deste carnaval revelam uma interrupção na queda de assassinatos que era registrada nos últimos anos.

“Houve um aumento no número de ocorrências no carnaval que levou o Estado à média dos últimos anos. A sequência de redução de homicídios dos últimos sete anos será interrompida em 2017”, calcula o secretário André Garcia.

SEM ESTÍMULO

Para o coronel reformado da PM-SP e ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva Filho, apesar de a PM ter vol-



DIVULGAÇÃO

Assaltante morreu em Iriri após tentativa de roubo

tado às ruas, os índices de criminalidade não voltarão ao patamar anterior – com tendência de queda – tão cedo. A falta de motivação dos policiais é o fator principal.

“Ações que policiais fariam espontaneamente, como abordagens a indivíduos e veículos, serão re-freadas. Eles vão atender os crimes e só. A polícia

voltou, mas não como antes”, avalia o coronel.

Ainda segundo o ex-secretário, com base em casos similares que ocorreram em outros Estados brasileiros, os índices de criminalidade em geral devem continuar altos. Na visão do especialista, a volta de fato da ação da PM deve demorar pelo menos dois anos.

REESTRUTURAÇÃO DA PM

Reforço da polícia em 76 bairros

Governo do Estado anuncia criação de novas companhias independentes na Grande Vitória e uma nova tropa de elite

O governo do Estado anunciou ontem a criação de nova tropa de elite da Polícia Militar e o reforço no policiamento em 76 bairros da Grande Vitória.

O anúncio, feito pelo secretário de Estado da Segurança Pública e de Defesa Social, André Garcia, e pelo comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues, faz parte do pacote de "reestruturação da corporação". Estiveram ainda presentes o coronel Cerqueira, dos Bombeiros, e a corregedora da Polícia Civil, Fabiana Maioral.

O decreto de reorganização da Polícia Militar foi assinado ontem pelo governador Paulo Hartung e será publicado hoje no Diário Oficial, quando passará a vigorar.

Com essa reestruturação, o Batalhão de Missões Especiais (BME) transforma-se em Companhia Independente de Missões Especiais e a sua nova sede será em Cariacica, onde funcionava a Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam), que será descentralizada.

Será nesse local que ficará a nova tropa de elite da corporação, composta por policiais que integram o BME, alguns da Rotam e PMs que tiverem as condições de compor o quadro, por indicação do coronel Nylton Rodrigues.

Outra reorganização é que cada batalhão da Grande Vitória terá uma Companhia Independente Tática Móvel. Segundo o coronel, o efetivo será preenchido por mili-



CORONEL NYLTON RODRIGUES, secretário André Garcia, corregedora Fabiana Maioral e o coronel Cerqueira, dos Bombeiros, estiveram presentes em anúncio de reestruturação da PM

tares da Rotam.

"Com a experiência destes militares no patrulhamento tático móvel, a celeridade nas respostas dadas à sociedade será muito melhor e este policiamento será específico de cada município, desburocratizando o uso da tropa".

Já o reforço no policiamento será mediante a criação de três Companhias Independentes da Polícia

Militar, localizadas em Jardim Camburi, na capital, Jabaeté, em Vila Velha e em Feu Rosa, na Serra.

Somado, o efetivo dessas três unidades será de 695 PMs, considerando os policiais que já atuam nesses bairros e o reforço que chegará dos batalhões e dos militares que pertenciam ao BME e Rotam.

O coronel garantiu que não há represália aos policiais. "Os poli-

ciais da Rotam, do BME e de qualquer unidade da Polícia Militar têm todo nosso respeito."

Questionado sobre as mudanças estarem sendo feitas logo após a greve, ele justificou: "É um estudo que já havia sido feito pelo Estado Maior Geral. Nós só estamos aproveitando o momento para executar estudos que vão nos levar à melhor prestação desse serviço."

MUDANÇAS NA POLÍCIA MILITAR

Novas Companhias Independentes da PM

O QUE FOI CRIADO?

> FOI ANUNCIADA ontem a criação de três Companhias Independentes da Polícia Militar: Jardim Camburi (Vitória), Feu Rosa (Serra) e Jabaeté (Vila Velha).

> RENOVAÇÃO: A Grande Vitória, que antes tinha somente a 1ª Companhia Independente, com sede em Viana, agora terá a 12ª, 13ª e 14ª Cia Independente, localizadas em Jardim Camburi, Jabaeté e Feu Rosa, respectivamente.

> EM JARDIM CAMBURI, Jabaeté e Feu Rosa já existiam Companhias da PM, mas não eram independentes, ou seja, eram subordinadas aos Batalhões de cada município. Agora, terão operações e respostas mais ágeis.

> ESSAS TRÊS UNIDADES funcionarão nos mesmos espaços das companhias anteriores e os PMs que trabalham nesses locais serão reaproveitados, além de receberem o reforço do efetivo dos respectivos batalhões, e de alguns PMs que integram o Batalhão de Missões Especiais (BME) e a Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam).

12ª Companhia Independente

> LOCAL: Jardim Camburi (Vitória)

> EFETIVO TOTAL: 221 PMs

> BAIRROS ATENDIDOS: 15 (Aeroporto, Antônio Honório, Boa Vista, Golabelras, Jabour, Jardim Camburi, Jardim da Penha, Maria Ortiz, Mata da Praia, Morada de Camburi, Parque Industrial, Pontal de Camburi, Bairro República, Segurança do Lar e Solon Borges).

13ª Companhia Independente

> LOCAL: Jabaeté (Vila Velha)

> EFETIVO TOTAL: 211 PMs

> BAIRROS ATENDIDOS: 24 (Balneário Ponta da Fruta, Barra do Jucu, Barmares, Cidade da Barra, Interlagos I, Interlagos II, João Goulart, Morada da Barra, Morada do Sol, Morro da Lagoa, Normília da Cunha, Nova Ponta da Fruta, Ponta da Fruta, Praia dos Recifes, Residencial Jabaete, Riviera da Barra, Santa Paula I, Santa Paula II, São Conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães, 23 de Maio, Xuri e Zona Rural).

14ª Companhia Independente

> LOCAL: Feu Rosa (Serra)

> EFETIVO TOTAL: 263 PMs

> BAIRROS ATENDIDOS: 37 (Alterosas, Bairro das Laranjeiras, Bairro Novo, Boa Vista II, Boulevard Lagoa, Castelhândia, Conjunto Jacaraípe, Costa Dourada, Costabella, Enseada de Jacaraípe, Estância Monazítica, Feu Rosa, Jardim Atlântico, Lagoa de Jacaraípe, Manguinhos, Marbella, Nova Almeida, Centro, Nova Zelândia, Ourimar, Parque Jacaraípe, Parque Residencial Nova Almeida, Parque Santa Fé, Portal da Jacaraípe, Praia Bela, Praia da Baleia, Praia de Capuba, Parque das Gaivotas, Praiamar, Reis dos Magos, Residencial Jacaraípe, São Francisco, São João, São Patricio, São Pedro, Serramar e Vila Nova de Colares).

O QUE É UMA CIA INDEPENDENTE?

> Conta com um major comandante, tendo efetivo aproximado de 250 po-

liciais e com estrutura administrativa mais leve que a de um batalhão.

NA PRÁTICA, O QUE MUDA?

> ESSES MUNICÍPIOS serão divididos: parte do policiamento dos bairros ficará sob responsabilidade do comandante de cada Batalhão da PM e a outra parte será do comandante de cada Companhia Independente.

POR QUE FORAM CRIADAS?

> PARA O SECRETÁRIO de Estado da Segurança Pública, André Garcia, a criação dessas unidades atende a pedidos antigos da população e também estreita a relação entre a PM e a comunidade, além de melhorar a prestação do serviço policial que estava sendo feito, ou seja, aumentando a quantidade de policiais.

COMO SERÁ O ACIONAMENTO DA POLÍCIA?

> NADA MUDA: o acionamento será pelo Ciodes, no telefone 190.

Criação de companhias tático móvel

DESCENTRALIZAÇÃO DA ROTAM

> A ROTAM, segundo André Garcia, que conta com um efetivo de cerca de 260 policiais, será descentralizada e se transformará em Companhias Independentes Tático Móvel.

> ASSIM, cada batalhão da Grande Vitória ganhará uma Cia Independente Tático Móvel, com mais motos e viaturas à disposição para operações.

> ESSA TROPA é responsável pelo patrulhamento tático, em locais de ris-

co, com presença do tráfico e armamento pesado. Alguns poderão compor a nova tropa de elite da PM.

Nova tropa de elite Companhia Independente de Missões Especiais

> O BME vai se transformar em Companhia Independente de Missões Especiais com características muito parecidas, mas não será mais responsável pelo policiamento de rua.

ENDEREÇO

> A SEDE da Cia Independente de Missões Especiais irá mudar de local: sairá da rodovia Serafim Derenzi, no bairro Santa Martha, em Vitória. Lá, funcionará o 1º Batalhão da PM, já que o antigo prédio, que fica em Marriape, passará por reformas.

> O NOVO ENDEREÇO será a antiga sede da Rotam, em Jardim América, Cariacica.

EFETIVO TOTAL

> SERÁ MENOR do que o do BME: cerca de 260 militares. Antes era de 340 policiais. Os demais policiais serão distribuídos para outros locais.

> A NOVA tropa de elite poderá ter PMs de outros batalhões, a serem indicados pelo comandante-geral da PM, coronel Nylton Rodrigues.

FARDAMENTO

> INICIALMENTE A TROPA CONTINUA com o seu fardamento, segundo a PM — já o da Rotam vai mudar. No futuro, poderá ser reavaliado, assim como o nome.



JARDIM CAMBURI conta agora com a 12ª Companhia Independente

REESTRUTURAÇÃO DA PM

“Não há vencido e nem vencedor”

Em entrevista ontem, o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, garantiu que a reestruturação da PM faz parte de um estudo que já vinha sendo feito antes mesmo da greve na corporação.

➤ **Na prática, vocês esperam levar o policial para mais perto das comunidades mais populosas ou de maior criminalidade?**

ANDRÉ GARCIA – Exatamente. Levar para mais perto, implantar a filosofia de policiamento comunitário de proximidade com a população e, o mais importante, que é desburocratizar o uso da tropa. Os batalhões metropolitanos terão a sua própria força tática.

➤ **O que acontece com a Rotam e com o BME?**

A Rotam será descentralizada para atender em cada batalhão e funcionar em cada batalhão, transformando-se em Companhias Tático Móvel. O BME vai se transformar em uma Companhia Independente de Missões Especiais com uma característica muito pa-

recida com a que tem hoje, mas não será mais responsável pela parte de rua.

➤ **É uma extinção dessas tropas para se criar outra?**

Na prática, a gente não está extinguindo nada. Estamos descentralizando.

➤ **Mas essa tropa de elite vai continuar atuando, por exemplo, em manifestações?**

Teremos uma Companhia de Missões Especiais que vai fazer o que o BME fazia, só que com o efetivo menor.

➤ **A descentralização da Rotam atende a algum objetivo estratégico, já que há informação de que o movimento de greve partiu de dentro da Rotam? Seria uma maneira de se fragmentar esse foco de rebeldia?**

Em um processo como este, onde houve uma ruptura, eu acredito, sinceramente, que não há vencedor e não há vencido. Quem perdeu fomos todos nós, inclusive a sociedade que teve a interrupção de um serviço público essencial.

A nossa decisão de fazermos a descentralização da Rotam obedece um critério de restabelecimento de uma relação da polícia com a sociedade o mais rápido possível.

➤ **Fala-se muito sobre a desburocratização, mas a burocracia não é importante quando se trata de policiais de elite, que usam armamento diferenciado? Isso**

“Quem perdeu fomos todos nós, inclusive a sociedade que teve a interrupção de um serviço público essencial”



SECRETÁRIO André Garcia contou, durante entrevista, que mudanças na PM já eram estudadas antes da greve

não vai ser prejudicial quando estiverem no meio dos outros?

Não, porque a ideia é descentralizar, mas unificar a doutrina. A ideia é não perder a mão da doutrina de policiamento especializado.

Quando você cria uma unidade menor, como a Companhia Independente de Missões Especiais, a proposta é exatamente esta: ela será a difusora da melhor doutrina de policiamento especializado para a polícia do Estado.

➤ **Em relação a concurso público na PM, alguma novidade?**

“A ideia é descentralizar, mas unificar a doutrina. É não perder a mão da doutrina de policiamento especializado”

Não temos como fazer concurso público de imediato, mas está na linha de prioridade a partir do momento que a gente tiver a folga necessária para isso. Não é só recur-

sor orçamentário, mas também da Lei de Responsabilidade Fiscal.

➤ **Sobre as investigações das ameaças feitas ao senhor e sua família, há novidades?**

Não é uma situação confortável, porque você passa a ter uma restrição de vida muito grande, mas acho que com o passar do tempo as coisas vão melhorando. As coisas estão sendo investigadas.

É uma teia complexa que o pessoal está vindo de sites hospedados no exterior, com participação de um ou outro elemento local.

MUDANÇAS NA POLÍCIA MILITAR



NILO TARDINI - 27/05/2016

SANTA TERESA e outros 17 municípios da região serrana agora passam a contar com um Comando de Polícia Ostensiva voltado exclusivamente para essas cidades

Criação de novos comandos regionais

➤ **ATUALMENTE**, três comandos regionais compõem a PM, que são o Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM), Comando de Polícia Ostensiva da Região Norte (CPON) e Comando de Polícia Ostensiva da Região Sul (CPOS). A partir de agora haverá o Comando de Polícia Ostensiva Noroeste e o Comando de Polícia Ostensiva Serrano.

➤ **OS CORONÉIS** que irão assumir os comandos serão da parte administrativa e vão ser indicados pelo coronel Nilton Rodrigues.

Comando de Polícia Ostensiva Noroeste

➤ **VAI REUNIR** o 2º (Nova Venécia), 8º (Colatina) e 11º Batalhão (Barra de São Francisco)

➤ **MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS**: 21 (Mu-

curici, Montanha, Ponto Belo, Pinheiros, Boa Esperança, Vila Pavão, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Nova Venécia, Alto Rio Novo, Pancas, São Domingos do Norte, Governador Lindenberg, Baixo Guandu, Colatina, Mariândia, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Mantenedópolis, Barra de São Francisco e Águia Branca).

Comando de Polícia Ostensiva Serrano

➤ **VAI REUNIR** o 14º Batalhão (Ibatiba), além da 2ª (Afonso Cláudio), da 6ª (Domingos Martins), e da 8ª (Santa Teresa) Companhia Independente.

➤ **MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS**: 18 (Brejetuba, Ibatiba, Iúna, Irupi, Ibitirama, Muniz Freire, Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, Domingos Martins, Marechal Floriano, Itaguaçu, São Roque do Canaã, Santa Teresa, Itarana, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina).

Companhia de Cães

➤ **A UNIDADE DE TRABALHO** com cães será reclassificada como Companhia Especial de Policiamento com Cães, que vai permanecer com sede atrás do Quartel do Comando-Geral.

➤ **ELA VAI ATUAR** de maneira avulsa e não estará vinculada à Cia Independente de Missões Especiais.

Curiosidades

CUSTOS

➤ **QUESTIONADO** se as mudanças anunciadas terão algum custo, o comandante-geral da PM, coronel Nilton Rodrigues, disse que não.

➤ **O QUE ACONTECEU** foram remanejamentos para locais onde já existiam estrutura física. O custo que virá é o custo da aquisição de viaturas. Nós estamos adquirindo 77 viaturas, e essas viaturas serão disponibilizadas nas cias. independentes.”

INDICAÇÃO

➤ **OS NOMES** dos novos comandantes estão sendo escolhidos pelo coronel Nilton e serão pessoas de alta confiança do Comando-Geral da PM.

REMUNERAÇÃO DIFERENCIADA DA NOVA TROPA DE ELITE DA PM

➤ **INDAGADO** se a nova tropa de elite da PM poderá ter uma remuneração diferenciada, o secretário André Garcia respondeu que não poderia adiantar nada, mas garantiu que isso está sendo estudado.

Especialistas defendem mais policiais nas ruas

As mudanças anunciadas pelo governo do Estado na Polícia Militar só terão efeito com mais policiais nas ruas. Essa é a visão de especialistas em segurança que valorizam mecanismos de policiamento ostensivo, representada pela criação das novas companhias independentes na Grande Vitória.

Para o especialista em segurança pública Jorge Aragão, o projeto apresentado pelo governo poderia ficar melhor com a contratação de mais profissionais para fazer a vigilância no Estado.

“A concepção é boa, desde que viesse com um aumento do efetivo”, exemplificou Aragão, que

acredita que é um anseio da população ter uma maior quantidade de policiamento ostensivo.

Jorge Lordello, especialista em segurança pública e privada, frisou a importância de manter grupos especiais, como a Companhia Independente de Missões Especiais, que agora substitui o Batalhão de Missões Especiais (BME) e se tornou a tropa de elite da PM.

“Esses grupos especiais da polícia são importantes para ocorrências diferenciadas, principalmente em que criminosos atuam em bando”, afirmou Lordello, que defende a desburocratização para um melhor aproveitamento dos policiais.



RADIOPATRULHAS saem de Batalhão em Guarapari: patrulhamento

REESTRUTURAÇÃO DA PM

Corregedoria vai fazer mais pedidos de prisão de PMs

Solicitações serão feitas contra policiais acusados de incitar greve e bloqueio de batalhões e terão como base áudios e vídeos

A Polícia Militar vai fazer, nos próximos dias, novos pedidos de prisão preventiva de policiais que são acusados de incitar greve e o bloqueio de batalhões, de acordo com fontes da Corregedoria da PM.

Esses pedidos da Corregedoria vão ser embasados por áudios e vídeos compartilhados em redes sociais, além de imagens de videomonitoramento próximas a batalhões e ao Quartel do Comando Geral (QCG), no bairro Maruípe, em Vitória.

O tamanho dos arquivos de vídeos já obtido pela investigação é de 3 terabyte, o que equivale a 120 filmes, de longa-metragem, em qualidade de alta definição.

Fontes da Corregedoria explicaram que o levantamento de militares acusados de incitar a greve está sendo feito em todos os locais do Estado onde aconteceu o motim, durante 22 dias, e que terminou com cerca de 200 homicídios ao longo do movimento paredista.

Para que o pedido de prisão preventiva seja aceito, é preciso haver o parecer favorável do Ministério Público – por entender que há elementos suficientes para as prisões – e que seja decretado pelo juiz titular da Auditoria de Justiça Militar.

Até o momento, quatro policiais militares já tiveram a prisão decretada e todos já se entregaram.

São eles: o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, que trabalhava no centro de despacho de viaturas, o oficial da reserva e ex-deputado federal Lucínio Castelo de Assunção, mais conhecido como Capitão



QUARTEL DO COMANDO-GERAL, em Maruípe: imagens de câmeras vão ser usadas como provas contra acusados

Assunção, o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva e o soldado Maxson Luiz da Conceição, que são, respectivamente, vice-presidente e presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem).

A greve, para policiais, é considerada ilegal, conforme consta no artigo 142, parágrafo terceiro, inciso quarto da Constituição, na qual se afirma que são proibidas ao militar a sindicalização e a greve.

Os policiais que foram presos já respondem a Inquérito Policial Militar (IPM) – ao todo, são 2.580 militares que respondem a IPMs –, por suspeitas de crimes de motim e revolta.

Caso processos sejam abertos na Justiça e caso sejam condenados, os PMs podem pegar até 20 anos e serem expulsos da corporação.

Ameaças contra coronel

A polícia vai investigar a conduta de PMs suspeitos de ameaçar o coronel Ilton Borges, no último sábado, em Vila Velha, quando foi cumprir o mandado de prisão do Capitão Assunção, segundo fontes da Justiça e da Corregedoria.

Segundo a Secretaria de Estado



CAPITÃO ASSUNÇÃO foi preso

da Segurança Pública (Sesp), houve resistência por parte do oficial da reserva, que teria fugido do local. Ao se entregar, na terça-feira, no Quartel do Comando Geral, em Maruípe, Vitória, Assunção destacou que não fugiu e que não houve nem resistência.

Denúncias, que foram gravadas em vídeos, apontam supostas ameaças de outros policiais contra o coronel. Essas denúncias vão ser investigadas pela Corregedoria e pelo Ministério Público. Os suspeitos podem ser presos.

Inquérito Policial Militar (IPM) deverá ser aberto para avaliar se houve conduta criminosa por parte dos PMs suspeitos de terem feito as ameaças contra o oficial.

Soldado se entrega no Quartel do Comando Geral

O soldado Maxson Luiz da Conceição, presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem), foi ontem o quarto acusado de incitar a greve dos PMs a se apresentar na Corregedoria da Polícia Militar, no Quartel do Comando Geral (QCG) da PM, em Maruípe, Vitória.

Para a defesa, que alega não ter tido acesso aos autos do processo, a prisão preventiva é injusta.

“Ele e a mulher estavam na Argentina há três semanas. O movimento iniciou-se em Feú Rosa e o soldado Maxson nunca trabalhou em qualquer departamento da polícia na Serra. Não tem ligação com o início do movimento, não há postagem alguma incitando a tropa”, disse a advogada do soldado, Karina Nunes.

De acordo com fontes da Justiça e da Corregedoria, Maxson teria oferecido apoio jurídico para o movimento grevista e sua mulher seria uma integrante do grupo.

Também já se apresentaram o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, e o oficial da reserva e ex-deputado federal capitão Lucínio Castelo de Assunção.

PEDIDO

Hoje, o advogado de defesa do capitão Assunção, Tadeu Fraga, vai entrar com um pedido de revogação da prisão do cliente.

O pedido se baseia no fato de que o movimento já acabou e que não haveria problemas para a soltura de Assunção.



SOLDADO MAXSON: investigação

ACORDO

O que as partes combinaram

> DE SEXTA-FEIRA (24) para sábado (25), as partes acordaram que não haverá abertura de novos processos disciplinares contra policiais. Os 271 processos de demissão já instaurados serão suspensos temporariamente por 15 dias, podendo o prazo ser prorrogado, para que as negociações possam avançar.

> O GOVERNO se comprometeu a desistir das ações judiciais civis movidas, por meio de sua Procuradoria, contra familiares e associações. E os 143 policiais que haviam sido transferidos para o interior deverão retornar a seus postos originais. Sendo que, os policiais que se encontram cedidos a outros órgãos públicos, devem retornar aos quadros da corporação.

Mulheres têm reunião com o governo

Mulheres e familiares de policiais militares se reúnem com um governo, em mais um encontro, mediado pelo Ministério Público do Trabalho do Estado (MPT-ES), marcado para as 14 horas de hoje, na sede do órgão, na capital.

Além das partes envolvidas, estarão presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores, do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo, da Defensoria Pública da União e das entidades representativas de classes da PM.

“A expectativa é começar a negociar sobre as reivindicações do movimento. A primeira reunião foi para começar o diálogo. Agora é discutir as propostas”, disse o pro-

curador-chefe do MPT-ES, Estanislau Tallon Bozi.

Selma de Souza, 54, faz parte do movimento e informou que as mulheres devem fazer um ato, no local da reunião. “Todas irão se vestir de branco, pedindo por paz e esperança. Esperamos que o governo cumpra com a palavra”.

As associações esperam por um acordo. “Esperamos que a reunião possa iniciar uma pauta propositiva para todos os policiais, e que as propostas dos familiares e amigos deles, bem como a das associações, encontrem receptividade pelo governo”, disse o presidente da Associação dos Oficiais Militares (Asomes), major Rogério Fernandes.



ESTANISLAU BOZI disse que a expectativa é discutir as propostas

Aumenta número de crimes no Carnaval

Os dias de folia no Espírito Santo registraram 27 homicídios em todo Estado, da meia-noite de sexta-feira até as 23h59 da última terça. O número foi divulgado na tarde de ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), e aponta um aumento de 10 mortes, se comparado ao Carnaval de 2016, quando foram registrados 17 homicídios (aumento de 58% em relação a 2016).

Apesar do aumento, o secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, disse que houve uma redução bastante significativa do número de homicídios dolosos (com intenção de matar) comparado com a média histórica do Carnaval.

“Nosso desafio é tentar restabelecer a normalidade e, em 2018, tentar restabelecer o processo de redução de homicídios”, disse o secretário.

Em relação aos crimes contra o patrimônio, Garcia admitiu que houve um aumento de 19% no número de ocorrências no período, e destacou que o que pode ter



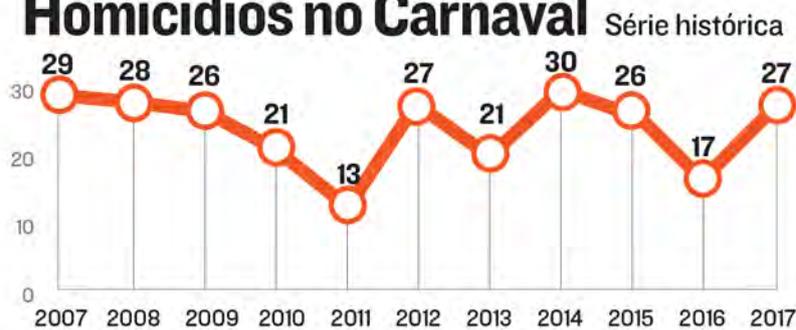
FÁBIO NUNES — 27/10/2016

PERITOS: mais assassinatos

elevado o número de ocorrências foi a greve da PM. Ele justificou, dizendo que leva-se um tempo para que a polícia volte a cumprir escalas e que restabeleça os padrões de qualidade.

“Nossa expectativa é que, com a retomada completa das escalas e o trabalho voltando à normalidade, que se retome a qualidade e intensidade dos serviços prestados da Polícia Militar.”

Homicídios no Carnaval



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

OPINIÃO DA GAZETA

▄ Nova ferramenta de consulta do Tribunal de Contas vai ajudar a acelerar as medidas corretivas na gestão orçamentária e financeira

VISIBILIDADE E AGILIDADE

Transparência deve ser regra, não exceção. E quanto mais agilidade na exposição das informações, melhor. O Tribunal de Contas dá um exemplo de presteza ao passar a disponibilizar mensalmente os dados contábeis de órgãos públicos, permitindo o acompanhamento contínuo pelo cidadão, cada vez mais interessado em saber como os recursos públicos estão sendo utilizados.

Com base nessas cifras, que começaram a ser divulgadas nesta semana com o lançamento do Painel de Controle pelo órgão, é possível constatar, por exemplo, que a Assembleia Legislativa e o Ministério Público Estadual (MPES), mesmo com a necessidade de mais austeridade, aumentaram o gasto da folha de pagamento, no comparativo entre janeiro de 2017 e o mesmo mês de 2016. No caso do Legislativo, a elevação foi de 2,5%. Já o Ministério Público Estadual gastou 1,73% a mais com o funcionalismo.

A celeridade decorrente da aplicação dessa nova ferramenta de consulta permite também que medidas corretivas sejam tomadas de forma imediata, deixando para trás a espera pelo fechamento dos relatórios de gestão fiscal, que são quadrimestrais. Assim, os alertas de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) serão disponibilizados mais rápido.

Iniciativas como a do Tribunal de Contas merecem elogios. A transparência é indissociável da boa governança e estimula a prática da cidadania. As informações da gestão orçamentária e financeira do Estado mostram a saúde dos Poderes. Assim como na medicina, quanto mais rápido se conhece a doença, mais facilmente se consegue a cura.

GERAL**0,79%****de redução**

É o comparativo do gasto com pessoal de todos os Poderes do ES entre janeiro de 2017 e janeiro de 2016, de acordo com o Painel de Controle.

ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL - 02/02/2016



RODRIGO JANOT afirmou que o auxílio-moradia não é salário disfarçado

Janot defende benefício para Procuradoria

Auxílio-moradia de R\$ 4.377 foi defendido, em parecer entregue ao Supremo, pelo procurador-geral da República

BRASÍLIA

Em parecer entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu o pagamento de auxílio-moradia a integrantes do Ministério Público. Na prática, o benefício, no valor de R\$ 4.377,73, aumenta os salários de muitos procuradores e promotores. Em alguns casos, é o suficiente para ultrapassar o teto do funcionalismo público, atualmente fixado em R\$ 33.763.

O documento foi juntado a uma ação apresentada pela Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp). O relator é o ministro Luiz Fux.

A entidade – que representa os técnicos e analistas do Ministério Público, mas não os procuradores e promotores – questiona uma resolução de 7 de outubro de 2014 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na avaliação da

Ansemp, o auxílio é pago a muitos procuradores e promotores. Segundo a entidade, isso mostra que se trata, na prática, de um complemento salarial disfarçado de verba indenizatória.

A Ansemp não é contra acabar totalmente com o auxílio, mas quer que os beneficiários comprovem as despesas. Também pede que o benefício seja restrito a procuradores e promotores que estejam fora de seu domicílio habitual. É o caso, por exemplo, de um integrante do Ministério Público que está lotado numa cidade, mas é deslocado para trabalhar em outra.

O parecer é assinado por Janot em razão de ele também ser o presidente do CNMP. Segundo ele, o auxílio-moradia não é salário disfarçado. Isso porque o benefício não é pago em cidades onde há imóveis funcionais, e tampouco é repassado a procuradores e promotores aposentados.

Além disso, no caso de integrantes do Ministério Público que são casados ou mantêm relação estável, o casal recebe apenas um auxílio, em vez de dois.

Segundo Janot, a ajuda de custo, destina-se a indenizar juízes e integrantes do Ministério Público diante da “não disponibilidade de imóvel funcional na localidade onde exerça a suas funções”.

OPINIÃO DA GAZETA

⚡ Auxílio-moradia precisa de regras claras para que seja um gasto justo e não um privilégio do Judiciário e do Ministério Público

QUESTÃO DE CRITÉRIO

O auxílio-moradia é um dos “penduricalhos” nos vencimentos de juízes e integrantes do Ministério Público que causam mais indignação. O cidadão só consegue enxergar o privilégio, principalmente por se tratar de um benefício distribuído de forma pouco ou nada criteriosa.

Nesta semana, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu o pagamento de auxílio-moradia a integrantes do Ministério Público em um parecer entregue ao Supremo, numa ação apresentada pela Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp), entidade que defende que os beneficiários comprovem a necessidade da despesa; hoje não há essa obrigatoriedade, o que na prática acaba desmascarando a situação: um complemento salarial que se disfarça de verba indenizatória. Há, contudo, magistrados que abdicam desse benefício.

O parecer tem assinatura de Janot por ele também ser o presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cuja resolução de 7 de outubro de 2014 é contestada pela Ansemp. Nela, ficou assegurado, por isonomia, o pagamento da indenização ao MP pouco depois de decisões do ministro Luiz Fux terem liberado, em 2014, o pagamento do auxílio-moradia a juízes de todo o Brasil.

Janot alega que há critérios. Por exemplo, o benefício não é válido em cidades onde há imóveis funcionais. Mas é pouco. Não há dúvidas de que a distribuição necessita de justificativas, para que o pagamento não seja mera exorbitância. É preciso que as regras sejam claras, não se trata nem de extinguir o benefício, mas torná-lo mais justo. O valor, considerado alto, também merece ser questionado. A distribuição indiscriminada é o maior problema.

BENEFÍCIO**4.377****reais**

É o valor do auxílio-moradia pago a integrantes do Ministério Público e do Judiciário.

STF quer fim do foro, mas Congresso resiste

Um grupo de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) veio a público defender o fim do foro privilegiado, mas o Congresso tem reservas sobre o tema.

Na última semana, a defesa de

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



MENDES: “Redução para todos”

mudanças no instituto do foro feita por ministros do STF já deixou em pé de guerra lideranças no Senado, como o presidente do PMDB, Romero Jucá (RR), que retrucou dizendo que, se for acabar com o foro, tem de ser para todos, inclusive para o Ministério Público.

A maioria concorda que é preciso manter foro privilegiado para casos relacionados ao exercício do cargo. Mas os mesmos que concordam que é necessário mudar alegam ser preciso encontrar um meio termo para não deixar vulneráveis os chefes de poderes.

O ministro Gilmar Mendes, do STF, defende que “se for acabar com o foro, é para todos, inclusive para o Judiciário”.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

ANTONIO CARLOS CASTRO (KAKAY), **ADVOGADO**

Fim do foro é vantajoso para classe política

Com a experiência de quem já advogou para mais de 80 governadores, três ex-presidentes e vários parlamentares em 35 anos de carreira, o advogado criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, tem procurado políticos para defender o fim da prerrogativa de foro.

Ele reconhece que há resistência da classe em abrir mão do direito, mas argumenta que só há vantagem para quem é investigado. "Do ponto de vista da defesa, eles se beneficiariam, pois teriam direito a julgamento em mais de uma instância, e não em instância única."

PREROGATIVA DE FORO. "O foro, dito privilegiado, é uma prática pouco republicana sob todos os aspectos. Não é bom para a sociedade, não é bom para o STF. Acho que o Supremo só deve tratar das questões criminais quando elas chegam lá, na forma de habeas corpus, ou em situações muito específicas. A instrução do processo seguramente não é a especialidade da corte".

LENTIDÃO. "Há uma grande injustiça com o Supremo, especialmente no caso da Lava a Jato, em que a imprensa diz que o STF é lento, leniente, e que a 13ª Vara do Paraná é o máximo. O recebimento da denúncia em primeiro grau é monocrático. No Supremo, até o recebimento é colegiado".

RESISTÊNCIA DOS POLÍTICOS. "Tenho conversado sobre isso com vários políticos, senadores, governadores. Em um primeiro momento, há uma resistência, porque eles acham que é uma prerrogativa da qual não podem abrir mão. Do ponto de vista da defesa, eles se beneficiariam, pois teriam direito a julgamento em mais de uma instância, e não em instância única".

FORO PARA QUEM? "Tenho defendido a garantia de foro apenas a presidentes da República, do Supremo, do Senado e da Câmara".

DISCUSSÃO NO STF. "O ministro Barroso (relator do tema no STF) acredita que deveria haver um juiz, indicado pelo STF, com mandato de quatro anos, para julgar políticos. Acho que isso fere o princípio do juiz natural. Defendo a livre distribuição aos juízes federais da capital".

PAPEL DO STF. "Prisão, afastamento de cargo, busca e apreensão seriam decisões do STF. Imagina um juiz mandar prender o presidente do Banco Central ou o ministro da Fazenda. Isso mexe com toda economia".

LAVA A JATO. "Vivemos um momento muito grave no Brasil, com o Poder Legislativo acuado e as principais lideranças sendo investigadas. Eu disse ao dr. Janot: 'Você tem obrigação de investigar, mas as investigações têm de ser mais rápidas'. Manter os principais líderes investigados indefinidamente enfraquece o



ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO (KAKAY), advogado

Legislativo".

JUDICIÁRIO FORTE. "Com o desastre da administração Dilma, um impeachment em que todo mundo sabia que, na verdade, não havia crime, assumiu um governo que não tem legitimidade, um governo que ainda não tem identidade. Como não houve vácuo de poder, temos um superpoder Judiciário, que está assumindo um papel muito além do que deveria ter".

SÉRGIO MORO. "Nós temos um juiz com uma nomeação exclusiva para julgar a Lava a Jato, o que, sob o meu ponto de vista, significa um juiz de exceção. Nenhum juiz pode ser designado só para uma causa. Isso é claramente inconstitucional. Nós estamos vivendo um momento de espetacularização do Poder Judiciário".

JOSÉ SARNEY. "Não se pode pretender ter um juiz de jurisdição nacional. Se a questão tem de ser investigada no STF, é no STF. Se é em Curitiba, é em Curitiba. E, nesse caso, não tinha como sair do STF devido à conexão dos fatos". (Na última semana, o STF negou pedido da Justiça Federal em Curitiba de compartilhamento da delação que cita o ex-senador José Sarney).

DELAÇÕES SEM SIGILO. "Todos os casos de repercussão de que eu tratei nos últimos 30 anos tiveram vazamentos criminosos. Então, eu prefiro mil vezes que se quebre logo o sigilo".

PAINEL

Aqui e agora

Defensores de que o Supremo reduza, por conta própria, o alcance do foro privilegiado para políticos veem o momento atual como o mais propício para a Corte discutir o tema – apesar de ele não ter entrado na pauta de março do tribunal.

Sem vácuo

A avaliação é de que, se há um entendimento de que a medida seria positiva e há clamor público – mas o Congresso não toma a iniciativa –, não se pode reclamar de o STF suprir essa lacuna.

Bancada defende fim do foro privilegiado

Parlamentares do Estado dizem que são a favor de mudanças nas regras que impedem políticos de serem julgados na 1ª instância

Caio Miranda

Tema muito discutido nos últimos dias pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Congresso, a limitação ou até a extinção do foro privilegiado conta com amplo apoio de parte da bancada federal capixaba.

Para o deputado Federal Carlos Mannato (SD), é preciso dar fim ao direito da classe política de não ser julgada na justiça comum.

"Quem cometeu crime tem que responder e ponto final. Qual político foi julgado até agora? Quase nenhum. Os processos estão todos parados nos tribunais especiais."

De acordo com a assessoria do senador Ricardo Ferraço (PMDB), o foro já estava previsto na primeira Constituição, de 1824, e foi sendo ampliado de forma generosa. Cerca de 22 mil pessoas gozam do privilégio.

Ricardo chegou a criar projeto para extinguir a regalia em casos de crimes comuns, mas não foi adiante. A matéria mais avançada que tramita no Senado é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, de autoria de Álvaro Dias (PV-PR), que aguarda votação na Casa.

"A classe política não precisa ser blindada. O momento do país já é outro. O anseio popular é para o fim da impunidade", defendeu o senador Magno Malta (PR).

O deputado Givaldo Vieira (PT) entende que o foro precisa passar por revisão.

"Tem que ser retirado qualquer



SENADO avalia proposta que muda o foro privilegiado para políticos

exagero. Boa parte das punições não são julgadas a tempo."

O professor do curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Sérgio Ricardo de Souza, explica que o foro decorre de uma tradição histórica de privilegiar os políticos, mas que por si só não é uma vantagem.

"Alguns políticos usam o foro

com a expectativa de que o processo prescreva, visto que o STF está abarrotado e a justiça comum seria mais rápida. O erro está aí".

Já o mestre em Direito Constitucional Roberto Martins defende que o foro deve existir, mas apenas para abranger infrações de natureza do cargo, como o crime de responsabilidade.

ENTENDA

Foro privilegiado

> É o direito de agentes públicos a terem um julgamento especial quando são alvos de processos penais.

> POSSUEM foro: presidente, vice-presidente, deputados, senadores, ministros, governadores, prefeitos e autoridades do Poder Judiciário.

PEC 10/2013

> DE autoria do senador Álvaro Dias (PV-PR), a Emenda quer extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

> APROVADA em novembro de 2016 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Proposta já está na Mesa Diretora e aguarda votação em primeiro turno - PECs precisam passar por dois turnos.

Fontes: Professor Sérgio Ricardo de Souza e site do Senado.

O QUE ELES DIZEM



Boa parte das punições não são julgadas a tempo. É preciso fechar brechas que contribuam para a impunidade".

Givaldo Vieira (PT), deputado federal



o STF está abarrotado e a justiça comum seria mais rápida. O erro está aí".

Sérgio Ricardo de Souza, professor da Ufes



Os processos estão todos parados nos tribunais especiais".

Carlos Mannato (SD), deputado federal

Impunidade

"Quem cometeu crime tem que responder. Qual político foi julgado até agora? Quase nenhum. Os processos estão todos parados nos tribunais especiais".

Separação

"Um deputado que comete infração que faz parte de sua atividade parlamentar é uma coisa.

Mas, se for crime de natureza comum, ele deveria ser julgado em primeiro grau.

Entendo que deva haver essa separação."

Roberto Martins, mestre em Direito Constitucional

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

STF avalia situação de Padilha como grave

Se a situação política do ministro Eliseu Padilha é delicada, a jurídica também não fica atrás. Ministros do STF avaliaram como "grave" a acusação do advogado José Yunes de que Padilha o usou como "mula involuntária" para receber um pacote das mãos do operador Lúcio Funaro. A Coluna revelou em dezembro que no pacote tinha R\$ 1 milhão, dinheiro proveniente da Odebrecht. "É óbvio que é grave", diz um ministro, para quem a única saída de Padilha para se preservar politicamente é estender o período de licença médica o quanto puder.

UMA CHANCE. Para um ministro do STF, o tempo pode ajudar politicamente Padilha porque depois do Carnaval parte das delações da Odebrecht será divulgada e o caso dele pode (ou não) ficar menor perto da avalanche que virá.

PONTO... No depoimento à PGR, José Yunes blindou o presidente Michel Temer ao colocar Eliseu Padilha na fogueira. Temer foi acusado pelo delator da Odebrecht Claudio Melo de ter pedido dinheiro para campanhas do PMDB.

... **SEM NÓ.** Pela narrativa de Yunes, Temer apenas solicitou as doações. O que foi negociado depois disso teria ficado com Padilha.



SINAIS PARTICULARES. Eliseu Padilha, ministro-chefe da Casa Civil

NÃO ENCAIXA. Procuradores querem saber por que Lúcio Funaro, que tem escritório em São Paulo, preferiu deixar um pacote com José Yunes, em São Paulo, para depois mandar uma pessoa buscar.

MUDA MAIS. Se confirmar a nomeação do líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira, para o Itamaraty, o Planalto terá mudado toda a sua articulação política no último mês.

TROCA-TROCA. De fevereiro para cá, entraram Antônio Imbassahy (Secretaria de Governo), Aguinaldo Ribeiro (líder do governo na Câmara) e Lelo Coimbra (líder da Maioria).

RECEITA DO FIM. A decisão do STF de não compartilhar com Sérgio Moro as investigações contra José Sarney causa inquietação no Judiciário. Sem mandato, Sarney não tem direito a prerrogativa de foro. Segundo um importante jurista, "se essa jurisprudência se aplicar aos demais, é o início do fim da Lava a Jato".

DEURUIM. O governo decidiu deixar o vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), falando sozinho após receber recados de que ele perdeu apoio na bancada mineira do partido ao atacar Temer.

DE OLHO. Chegou ao Palácio até mesmo a informação de que Fabinho é grosseiro com os funcionários mais simples.

TCHAU, QUERIDO. O deputado Carlos Marun defendeu a saída de Fábio Ramalho do partido em mensagem no grupo de Whatsapp da bancada do PMDB.

PREGUIÇA. Ao final da sabatina de Alexandre de Moraes na CCJ, após o senador Edison Lobão orientar senadores para se levantarem e seguirem à cabine de votação, Aécio Neves indagou: "Por que nós não votamos nas nossas posições (sentado)?"

ENTENDIDO. Insatisfeito com as explicações, Aécio insistiu quatro vezes até desistir: "Curvo-me à decisão de Vossa Excelência".



CLICK. O PMDB aproveitou o início do Carnaval para cutucar o PT. Em uma postagem na página do partido no Facebook, eles dão dicas para "não dar PT" durante a festa.



PRONTO FALE!

Carlos Zarattini, deputado federal (PT-SP)

“Ele tem que sair do ministério já. São tantas irregularidades que não tem mais sentido a permanência dele na Casa Civil”

CRITICANDO O MINISTRO ELISEU PADILHA

GIRO RÁPIDO

Fachin mantém Gim Argello na cadeia

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, negou a liberdade ao ex-senador Gim Argello (PTB/DF), preso na Operação Lava a Jato e condenado pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e obstrução à investigação.

Argello teria extorquido empreiteiras, em 2014, em troca de poupá-las da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras.

Helicópteros serviram à família de Cabral

A lista de voos de helicópteros do governo do Rio mostra que aeronaves pousaram e decolaram em Mangaratiba, mesmo quando o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) estava em viagem no exterior.

Foram ao menos 81 voos para o refúgio do ex-governador em datas nas quais ele estava fora do País em missão oficial ou a lazer.



DIVULGAÇÃO

HELICÓPTERO: voos para lazer



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

“Delírio precoce”

Ex-senador Teotônio Vilella (PSDB), sobre a suposta dobradinha com Renan Calheiros, em 2018

Brasil, como EUA, deve fixar mandato para o STF

Nos Estados Unidos, o mandato dos membros da Suprema Corte é vitalício. No Brasil, a idade-limite para permanência de um ministro no Supremo Tribunal Federal agora é 75 anos, após a aprovação da “PEC da Bengala”.

Essas duas regras podem mudar: tanto juristas americanos quanto brasileiros defendem a mudança das respectivas regras. Nos EUA, a tendência é limitar o mandato entre 10 e 18 anos.

TRIBUNAL DE CONTAS

Políticos perto de ficar livres de punição

Mais de 260 contas de gestores que estão paradas devem ter pareceres pela aprovação caso PEC seja aprovada

Caio Miranda

Gestores que têm prestações de contas anuais (PCA) a serem analisadas pelo Tribunal de Contas (TC-ES) podem ser beneficiados de eventuais irregularidades ou ter julgamento exclusivamente político. Isso porque tramita na Assembleia uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá prazo de até dois anos para o tribunal analisar as finanças.

Passado o limite de 24 meses, o órgão terá por obrigação enviar com parecer positivo as contas do Estado, de prefeituras e presidências de câmaras. Mas a decisão final caberá aos deputados estaduais, no caso das contas do governador, e aos vereadores, responsáveis em votar as contas dos prefeitos.

Hoje, 170 prestações de contas anuais de prefeituras, 92 de presidências de câmaras municipais e duas de presidência da Assembleia estão paradas no Tribunal de Contas, totalizando 264 processos. A maioria dos processos é do último ciclo municipal (2013-2016), mas alguns datam mais de 10 anos, como o da Assembleia, do ano de

2005. Autor da PEC, o deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) afirma que a proposta não vai trazer impunidade.

“A emenda estabelece punição ao Tribunal de Contas, caso não respeite o prazo. O que não pode é um processo ficar parado por anos. Ai é o TC-ES que estará promovendo a impunidade”, avaliou o parlamentar, que já foi conselheiro do tribunal.

Em nota, a assessoria do Tribunal de Contas informou que não vai comentar a PEC. No entanto, registra que, desde o ano passado, atua no sentido de eliminar estoques e estabelecer prazos para julgamento e apreciação. O Tribunal também explicou que o estoque, atualmente de 2.869 processos, foram divididos em metas anuais, sendo que a meta de 2017 é de 718 processos (25% do total).

Os autos são divididos por prioridades como: prestação de contas anuais de gestores; consultas; processos com repercussão social; processos em que a punição esteja prevista para ocorrer até 2019; e tomadas de contas especiais, representações, denúncias e fiscalizações com dano apurado. O plano é zerar o estoque até 2020.

A proposta de Enivaldo já foi aprovada em primeiro turno, no dia 13, por 20 votos a 1. Ela agora aguarda a votação do 2º turno, que deverá acontecer nas próximas semanas. O quórum mínimo para votar uma PEC é de 3/5 da Casa (18 deputados).

Gestores aprovam proposta

Gestores com contas ainda a serem apreciadas pelo Tribunal de Contas enxergam a PEC como uma boa medida. No entanto, alertam para uma possível perda na qualidade das avaliações.

Para Leonardo Deptulski (sem partido), que foi prefeito de Colatina entre 2009 e 2015 e atualmente integra a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, eficiência é primordial no processo.

“O prazo facilita, pois as infor-

mações não são perdidas até o início da auditoria. Mas tem de combinar celeridade com a capacidade de avaliação do tribunal. As contas não podem ser aprovadas no automático”, destacou.

Já o deputado estadual Marcos Bruno (Rede), que era presidente da Câmara da Serra em 2013 e 2014, se mostrou preocupado com a capacidade do tribunal em dar conta do recado.

“Há de se estudar também a capacidade física e humana dos profissionais do tribunal em cumprir com qualquer tipo de prazo estipulado, pois imagino que não seja um trabalho fácil. Entendo que deva ser bem analisado, para que não haja qualquer tipo de injustiça”.

Geraldo Luzia Júnior, o Juninho (PPS), prefeito de Cariacica; Carlos Casteglione (PT), ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim; e Ivan Carlini (DEM), presidente da Câmara de Vila Velha, também expressaram preocupação com a estrutura do tribunal.



FACHADA DO TRIBUNAL DE CONTAS: órgão terá, segundo a PEC, até dois anos para analisar as finanças públicas

ALGUNS POLÍTICOS QUE ESTÃO COM AS CONTAS ATRASADAS NO TRIBUNAL

Prazo de dois anos

> **PONTO** principal da PEC, o prazo para apreciação das contas públicas é de até dois anos, a partir do início do trabalho interno do Tribunal de Contas do Estado.

> **CASO** o órgão ultrapasse o período, a devolução das contas sem um parecer ou com a aprovação das mesmas passa a ser obrigatório por parte do Tribunal.

Responsabilidade

> **OS CONSELHEIROS** do Tribunal de Contas que descumprirem o prazo de até dois anos serão responsabilizados junto ao gestor, caso seja comprovado dano ao erário.

> **SANÇÕES** como o ressarcimento dos cofres públicos poderiam ficar ao alcance de conselheiros e técnicos do Tribunal.

Alguns políticos com contas a serem analisadas:

PREFEITURA DE VILA VELHA

> **NEUCIMAR Fraga (PR)**: prefeito de 2009 a 2012. Prestação de Conta Anual (PCA) pendente: 2012

> **RODNEY Miranda (DEM)**: prefeito de 2013 a 2016. PCAs pendentes: 2014 e 2015

PREFEITURA DE VITÓRIA

> **JOÃO Coser (PT)**: prefeito de 2005 a 2012. PCA pendente: 2012

> **LUCIANO Rezende (PPS)**: atual prefeito (desde 2013). PCAs pendentes (2013 e 2015)

PREFEITURA DA SERRA

> **SÉRGIO Vidigal (PDT)**: prefeito de 2009 a 2012. PCA pendente: 2012

> **AUDIFAX Barcelos (Rede)**: atual prefeito (desde 2013). PCAs pendentes: 2013, 2014 e 2015

PREFEITURA DE CARIACICA

> **HELDER Salomão (PT)**: prefeito de 2005 a 2012. PCA pendente: 2012

> **JUNINHO (PPS)**: atual prefeito (desde 2013). PCAs pendentes: 2013, 2014 e 2015

PREFEITURA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

> **CARLOS Casteglione (PT)**: prefeito de 2009 a 2016. PCAs pendentes: 2014 e 2015

PREFEITURA DE COLATINA

> **LEONARDO Deptulski (sem partido)**: prefeito de 2009 a 2016. PCAs pendentes: 2012, 2014 e 2015

PREFEITURA DE LINHARES

> **GUERINO Zanon (PMDB)**: atual prefeito (desde 2017). PCA pendente:

2012 (em outro mandato)

> **NOZINHO Corrêa (PRB)**: prefeito de 2013 a 2016. PCA pendente: 2015

CÂMARA DE VILA VELHA

> **IVAN Carlini (DEM)**: atual presidente (desde 2007). PCAs pendentes: 2009, 2010, 2014 e 2015

CÂMARA DE VITÓRIA

> **NAMY Chequer (PCDoB)**: presidente de 2015 a 2016. PCA pendente: 2015

CÂMARA DA SERRA

> **RAUL Cezar Nunes (Rede)**: presidente de 2011 a 2012. PCA pendente: 2011

CÂMARA DE CARIACICA

> **ADILSON Avelina (PSB)**: presidente de 2011 a 2012. PCA pendente: 2011

> **MARCOS Bruno (Rede)**: presidente de 2013 a 2014. PCA pendente: 2014

> **CÉSAR Lucas (PV)**: atual presidente (desde 2015). PCA pendente: 2015

CÂMARA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

> **JULIO CÉSAR CECOTTI (PMDB)**: presidente de 2013 a 2014. PCA pendente: 2014

PREFEITURA DE LINHARES

> **JOSÉ Cardia (PSD)**: presidente de 2011 a 2012. PCA pendente: 2011

O QUE ELES DIZEM



“A emenda estabelece punição ao tribunal. O que não pode é um processo ficar parado por anos”

Enivaldo dos Anjos (PSD), deputado



“O prazo facilita. Mas tem de combinar celeridade com a capacidade de avaliação do tribunal”

Leonardo Deptulski, ex-prefeito



“Entendo que deva ser bem analisado, para que não haja qualquer tipo de injustiça”

Marcos Bruno (REDE), deputado



JUNINHO: estrutura questionada

LEONE IGLESIAS - 19/01/2017

Carlos Alberto Di Franco

É jornalista
E-mail: difranco@ise.org.br

Violência não é uma invenção da mídia, mas sua espetacularização deve ser evitada. Não se trata de sonegar informação, mas sim de contextualizá-la

Boa notícia é informação

Impressiona-me o crescente espaço destinado à violência nos meios de comunicação, sobretudo no telejornalismo. Catástrofes, tragédias e agressões, recorrentes como chuvas de verão, compõem uma pauta sombria e perturbadora. A violência, por óbvio, não é uma invenção da mídia. Mas sua espetacularização é um efeito colateral que deve ser evitado. Não se trata de sonegar informação. Mas é preciso contextualizá-la. A enxurrada de violência na mídia pode gerar fatalismo e uma perigosa resignação. Não há o que fazer, imaginam inúmeros leitores, ouvintes, telespectadores e internautas. Acabamos, todos, paralisados sob o impacto de uma violência que se afirma como algo irrefreável e invencível. E não é verdade. Podemos, todos, jornalistas, formadores de opinião, estudantes, cidadãos, enfim, dar pequenos passos rumo à cidadania e à paz.

Mesmo em épocas de crise (e estamos vivendo uma gravíssima crise de segurança pública), é preciso não aumentar desnecessariamente a temperatura. O jornalismo de qualidade reclama um especial cuidado no uso dos adjetivos. Caso contrário, a crise real pode ser amplificada pelos megafones do sensacionalismo. À gravidade da si-

tuação, inegável e evidente, acrescenta-se uma dose de espetáculo. O resultado final é a potencialização da crise.

Neste Brasil sacudido por uma tremenda crise ética, alimentada pelo cinismo e pela mentira dos que deveriam dar exemplo de integridade, há, felizmente, uma ampla classe média sintonizada com valores e princípios que podem fazer a diferença. E nós, jornalistas, devemos escrever para a classe média. Nela reside o alicerce da estabilidade democrática. O que segura o Brasil é o cidadão comum. É o trabalho honrado e competente. É o empreendedorismo que consegue superar o terreno minado pela incompetência do Estado. É o empresário que toca o negócio e não dá propina. Sou otimista. Apesar de tudo.

A juventude, por exemplo, ao contrário do que fica pairando em algumas reportagens, não está tão à deriva. A delinquência bem-nascida, denunciada muitas vezes neste espaço opinativo, está longe de representar a maioria esmagadora da população estudantil. A juventude real, perfilada em várias pesquisas e na eloquência dos fatos, está identificando valores como amizade, família e trabalho. O futuro depende de esforços pessoais que se somam e começam a mudar pequenas coisas. É preciso fazer o que é correto, e não o que pega bem. Mudar os rumos exige, sobretudo, a coragem de assumir mudanças pessoais.

A boa notícia também é informação. E, além disso, é uma resposta ética e editorial aos que pretendem fazer do jornalismo um refém da cultura da violência.

João Baptista Herkenhoff

É juiz de Direito aposentado, palestrante e escritor
E-mail: jbphekenhoff@gmail.com

/// Neste ano, o tema escolhido foi este: “Biomass brasileiros e defesa da vida”. O lema, a partir do tema, é: “Cultivar e guardar a criação”

Campanha da Fraternidade

A imposição das cinzas, na frente dos fiéis, marca o início da Quaresma. O ritual assusta algumas pessoas. O celebrante, fazendo uma cruz, coloca partículas das cinzas na testa dos fiéis, que se postam em fila. Não são as cinzas que causam arrepios, mas a frase fúnebre, pronunciada em tom soleníssimo: “Memento homo, quia pulvis es, et in pulverem reverteris.” (Lembra-te, homem, de que és pó e em pó te hás de tornar).

Algumas Igrejas Cristãs, que guardam a Quaresma, não adotam o ritual das cinzas, uma tradição que leva milhões de pessoas às igrejas, pelo mundo afora.

Nestes tempos de Ecumenismo, de um papa profundamente ecumênico, todos os cristãos devem dar as mãos para construir um mundo mais humano. O Cristo pediu a unidade, o Cristo quer a unidade, o Cristo é a unidade.

Para além do domínio cristão, creio que celebram a memória do Crucificado, mesmo sem pronunciar Seu Santo Nome (Mateus, 7, 21), todos aqueles que abominam as exclusões e as discriminações, todos que lutam para construir um mundo de Fraternidade.

A Igreja Católica e outras Igrejas Cristãs (Luterana, Presbiteriana, Anglicana) celebram, durante o tempo da Qua-

resma, a Campanha da Fraternidade.

Um tema é escolhido para a campanha e uma frase serve de mote para inspirar a reflexão dos fiéis. Neste ano, o tema escolhido foi este: Biomass brasileiros e defesa da vida. O lema, a partir do tema, é: Cultivar e guardar a criação.

Bioma é o conjunto dos seres vivos de uma área. É entendido também como o conjunto de ecossistemas terrestres. O bioma é uma comunidade de plantas e animais, geralmente de uma mesma formação. Os principais biomass brasileiros são: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pampas, Caatinga e Pantanal. Nosso Estado integra a Mata Atlântica.

A Mata Atlântica está sendo violentada por extração irracional de madeira, industrialização anárquica, comércio ilegal de plantas e animais nativos, exportação ilegal de material genético e fragmentação das áreas preservadas.

Na encíclica *Laudato si* (Louvado sejas), doutrina o Papa Francisco: “O cuidado dos ecossistemas requer uma perspectiva que se estenda para além do imediato, porque, quando se busca apenas um ganho econômico rápido e fácil, já ninguém se importa realmente com a sua preservação”.

Tentemos interiorizar os versos do hino da Campanha da Fraternidade de 2017: “Que entre nós cresça uma nova ecologia, onde a pessoa, a natureza, a vida, enfim, possam cantar na mais perfeita sinfonia ao Criador que faz da terra o seu jardim”.

"PRISÃO NÃO TRARIA VÍTIMA"

POLÊMICA Goleiro Bruno acredita que já pagou pelo seu crime e frisou que prisão perpétua não traria Eliza de Volta

BELO HORIZONTE - O goleiro Bruno Fernandes, condenado a 22 anos e 3 meses de prisão pelo assassinato da ex-namorada Eliza Samúdio, afirma que a prisão perpétua não traria de volta a vítima do crime. O ex-jogador deu a declaração em entrevista exclusiva à TV Globo Minas após ser libertado na noite de sexta-feira.

"Independente (sic) do tempo que eu fiquei também, eu queria deixar bem claro, se eu ficasse lá, tivesse prisão perpétua, por exemplo, no Brasil... não ia trazer a vítima de volta", afirmou o ex-jogador.

Bruno deixou a unidade prisional por decisão do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF). Embora tenha sido condenado, o goleiro estava preso preventivamente, enquanto aguarda o julgamento de sua apelação ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Marco Aurélio enten-

deu que há excesso de prazo nessa prisão e que o goleiro tem direito a aguardar em liberdade a decisão sobre os recursos. Depois de julgados os recursos, caso a condenação seja mantida, ele deve voltar para a prisão.

Na entrevista, Bruno avaliou que pagou pelo "erro" que cometeu. "Paguei, paguei caro, não foi fácil. Eu não apagaria nada. Isso serve pra mim de experiência, serve como aprendizado e não como punição", disse.

"Eu acho que, nessa questão de apagar o passado das coisas, eu não

apagaria nada através de muito... por mais que eu não tivesse amigos verdadeiros, por mais que eu não tivesse passado por certas situações na [Penitenciária] Nelson Hungria, como eu passei, eu talvez não daria tanto valor à vida hoje."

O goleiro também afirmou que quer retomar a vida profissional. "Eu quero deixar bem claro que eu vou recomeçar. Não importa se seja no futebol, não importa se seja em outra área profissional, mas estar na área do futebol, é o que eu almejo pra mim".

De acordo com o TJMG, a condenação de Bruno em primeira instância está mantida até que todos os recursos da defesa sejam julgados. O goleiro deverá ter endereço fixo, devidamente informado à Justiça. Sobre a demora no julgamento do pedido de habeas corpus, o tribunal disse que não vai se manifestar.

2019

É O PRAZO. É até quando vai o contrato que Bruno assinou com o Montes Claros, time do Norte de Minas.



Bruno Fernandes (à esquerda) sorri para os amigos ao deixar a cadeia em Minas

BRUNO É BEM DESEJADO NO MERCADO

✦ O goleiro Bruno nem mal saiu da Apac de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde cumpria pena desde 2015, e já vê seu nome circulando no mercado da bola. Um dos clubes que confirmou interesse pelo atleta, atualmente vinculado ao Montes Claros-MG, foi o Penarol-AM, equipe que disputa a Série B do Campeonato Amazonense, mas que já garantiu acesso à elite estadual. O diretor de futebol do

Leão da Velha Serpa, Sérgio Rodrigues, disse que o entusiasmo existe, mas até agora não há nada de oficial. De acordo com o dirigente, o objetivo

"Ele está no mercado e não vamos medir esforços para contratá-lo"

SÉRGIO RODRIGUES
Diretor de futebol do Penarol

é elevar o marketing do clube e, para isso, "não serão medidos esforços". "Fiz contato com Mário (Ottononi), conversamos, e ele disse que há cinco equipes interessadas. Aproveitamos que ele está no mercado e não vamos medir esforços para contratá-lo. Flamengo e Vasco comandam o Amazonas, e o nosso objetivo é elevar o marketing do clube. Vamos tentar contar com ele agora, que ainda não está muito valorizado", disse.

CASO ELIZA SAMUDIO

Bruno é solto e já tem propostas

Condenado pela morte da modelo, goleiro deixa a prisão e vai aguardar em liberdade o julgamento dos recursos

BELO HORIZONTE

O goleiro Bruno Fernandes, de 32 anos, ex-jogador do Flamengo, deixou às 19h35 de ontem a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Santa Luzia, na Grande Belo Horizonte (MG), onde cumpria pena de 22 anos e 3 meses de prisão pelo sequestro, assassinato e ocultação de cadáver da ex-amante, Eliza Samudio, com quem teve um filho.

A defesa do jogador conseguiu, na última terça-feira, um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão foi do ministro Marco Aurélio Mello, que considerou o fato de Bruno estar preso há seis anos e sete meses sem que o júri que o condenou tenha sido referendado em segunda instância.

A defesa recorreu da decisão do Tribunal do Júri. Bruno chorou ao saber da decisão e deixou a Apac com a mulher, Ingrid Calheiros, e advogados.



O GOLEIRO BRUNO deixa a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de mãos dadas com a mulher

"Glória a Deus!", disse o goleiro, rapidamente, quando chegava à casa do advogado Lúcio Adolfo.

O goleiro vai aguardar em liberdade o julgamento dos recursos. Depois de julgados todos os recursos, caso a condenação seja mantida, ele volta à prisão.

Durante o dia de ontem, antes do ex-capitão do Flamengo ser solto, o advogado Lúcio Adolfo já revelava que o goleiro "tem pro-

posta de trabalho de alguns times". "Hoje ele não tem contrato com ninguém. Mas ele vai voltar a jogar, sim. Ele quer trabalhar, ele ama futebol. Recebi vários contatos nas últimas horas, mas não vou revelar os nomes dos clubes".

O Montes Claros, com quem o goleiro assinou contrato em 2014, garante que o documento é válido.

Bruno foi preso em julho de 2010, no Rio, acusado de envolvi-

mento no desaparecimento da modelo Eliza Samudio, 25 anos, que foi amante do jogador.

Em março de 2013, ele foi condenado a 22 anos e três meses de prisão. O júri entendeu que Bruno foi o mandante do assassinato da amante. O corpo de Eliza Samudio nunca foi encontrado — seus restos mortais teriam sido jogados aos cachorros do jogador, no sítio do qual ele era o dono.

Mãe de Eliza lamenta soltura e teme pela vida dela e do neto

ANHANDUÍ, MS

A soltura do goleiro Bruno não foi muito bem aceita pela mãe da ex-modelo Eliza Samudio, Sônia Moura. Ela, que teme pela própria vida e do neto Bruninho, de sete anos, afirmou que a decisão do Ministro do STF Marco Aurélio Mello lhe causou "muita indignação". "O momento é de muita indignação. Infelizmente não podemos confiar na Justiça dos homens, só na de Deus. É uma dor que reacende", lamentou Sônia.

Vendedora de doces, ela mora em Anhanduí, distrito de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e também revelou acreditar que, mesmo preso há sete anos, Bruno ficou pouco tempo na cadeia.

"Infelizmente, ele ficou menos de sete anos preso. Se ele está arrependido, eu não sei e não quero saber. Não me interessa".

Eliza desapareceu em 2010 e seu corpo nunca foi encontrado. Ela tinha 25 anos e era mãe do filho recém-nascido do goleiro Bruno, de quem foi amante.

MARCO AURÉLIO MELLO MINISTRO DO STF

"Não podemos nos curvar ao clamor"

Horas depois de conceder o habeas corpus para o goleiro Bruno, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que, ao tomar a decisão, sabia que a sociedade não a receberia bem.

No entanto, ele ponderou que o Judiciário deve cumprir as leis, mesmo que o clamor popular ecoe em outra direção.

> **A decisão do senhor repercutiu negativamente na opinião pública, nas redes sociais. Como o senhor vê isso?**

MARCO AURÉLIO MELLO — Nem sempre nós concebemos harmonia com os anseios sociais.

Às vezes, o Supremo tem que ser contra majoritário. É função dele tornar prevalecente a ordem jurídica, e foi o que eu fiz. Claro que minha posição não foi politicamente correta.

> **O senhor fica incomodado de ser criticado pela decisão que tomou?**

Não, isso nunca me incomodou e não é agora que vai incomodar. Estou sempre atento ao que pensa a sociedade. Quando posso decidir de forma a atender aos anseios (da sociedade), decido. Caso contrário, paciência.

> **O senhor não teme que Bruno volte a cometer outro crime**

após ser colocado em liberdade?

Não, ele é réu primário, de bons antecedentes. O homicídio geralmente é praticado por um agente episódico, por motivação na base da emoção, da paixão. A não ser que a pessoa seja integrante de um grupo de extermínio. No caso dele, não é isso.

> **Como ele deverá se comportar em liberdade?**

Em minha decisão, alertei para que ele adote uma postura de uma pessoa plenamente integrada à sociedade. Nós, julgadores, não podemos simplesmente nos curvar ao clamor social.



MARCO AURÉLIO MELLO: decisão

Decisão dentro da lei

A decisão liminar tomada pelo ministro Marco Aurélio Mello permite que Bruno aguarde em liberdade o julgamento de sua apelação ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG).

Advogado criminalista e conselheiro seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Espírito Santo (OAB/ES), Rivelino Amaral explica que a medida está correta, nas linhas da legislação brasileira.

"Agiu acertadamente o ministro, notadamente porque a gravidade do delito não se presta tão somente para manter as pessoas presas, porque o Estado precisa dar as respostas para a sociedade dentro de um prazo razoável. E quatro anos de pendência para julgamento é irrazoável".

ENTENDA O CASO

JULHO DE 2010

NO DIA 7 DE JULHO DE 2010, o goleiro Bruno, então capitão do Flamengo, foi preso no Rio, acusado de envolvimento no desaparecimento da modelo Eliza Samudio, que foi amante do jogador. Ela tinha 25 anos e seu corpo nunca foi encontrado.



O JOGADOR FOI INDICIADO, NO DIA 29 DE JULHO DE 2010, por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver, além de sequestro do filho que ele teve com Eliza.



MARÇO DE 2013

BRUNO FOI CONDENADO EM 8 DE MARÇO DE 2013 a 22 anos e três meses de prisão, em regime fechado: 17 anos e seis meses pelo crime de homicídio triplamente qualificado; três anos e três meses, em regime aberto, por sequestro e cárcere privado; e ainda um ano e seis meses por ocultação de cadáver.

JULHO DE 2016

EM JULHO DE 2016, a defesa do goleiro recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a prisão preventiva, alegando que o goleiro está há seis anos aguardando novo julgamento. O pedido de habeas corpus foi negado três meses depois pelo STJ.

FEVEREIRO DE 2017

NA ÚLTIMA TERÇA-FEIRA, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu o habeas corpus para Bruno. O goleiro deixou a prisão na noite de ontem e vai aguardar em liberdade a decisão sobre os recursos. Ele precisa manter residência fixa e comparecer à Justiça sempre que convocado. Para voltar a jogar, precisa de permissão da Justiça que o libere para viajar.